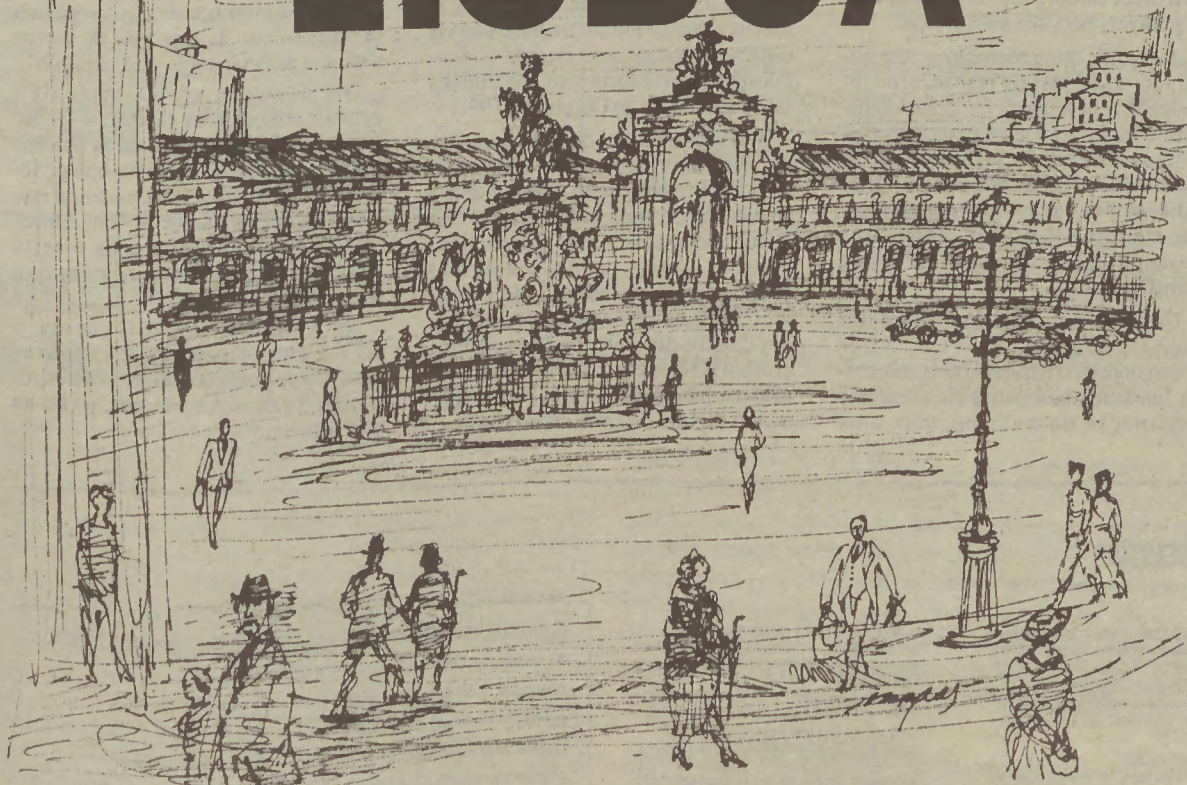


O Natal de Cavaco Silva

Limites aos aumentos e inauguração de derrocadas...

O Gabinete de Imprensa do PCP denuncia a anunciada intenção do Governo de tentar impôr um tecto de 6% para os aumentos salariais (Pág. 3) e a DORAL denuncia (Pág. 16) as pressas de abertura da Via do Infante que aluiu 48 horas depois de inaugurada pelo primeiro-ministro...

POR LISBOA



Suplemento com entrevistas dos vereadores da CML Rui Godinho, Rego Mendes e Vitor Costa, do presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira e da Junta Metropolitana de Lisboa, Daniel Branco, e Jorge Sampaio, presidente da CML

Suplemento



Porto Comunistas analizam orçamento e plano para a cidade

Pág. 4



Defesa nacional e Forças Armadas

Pág. 16



Clinton: uma estratégia ambiciosa e ambígua

— artigo de
Miguel Urbano Rodrigues

Pág. 6



Avaliação dos alunos do Ensino Básico: um sistema para produzir cidadãos de segunda?

Pág. 8



«Por melhores condições de vida e trabalho»: a luta «furou» em algumas empresas o tecto salarial do Governo (foto de arquivo)

RESUMO

22 Terça-feira

Alguns dos feridos no desastre aéreo que vitimou mortalmente 54 pessoas no aeroporto de Faro começam a ser repatriados para a Holanda ■ Outro desastre aéreo ocorre na Líbia, vitimando mortalmente 157 pessoas, a totalidade de passageiros e tripulantes que seguíam a bordo ■ Uma bomba explode na estação do metro de Hampstead, Londres, sem que haja notícia de vítimas ■ O Supremo tribunal de Israel confirma a deportação dos 415 palestinianos e afirma que se encontram no Líbano, negando que as autoridades os tenham expulso para a «terra de ninguém» ■ O ex-ministro dos Negócios Estrangeiros de Cavaco, Deus Pinheiro, é «contemplado» com o Pelouro das Relações com os Estados Membros da Comunidade Europeia, pela respectiva Comissão chefiada por Delors ■ Os embaixadores dos 16 países da NATO aprovam em Bruxelas um acordo sobre a criação de um exército franco-alemão.

23 Quarta-feira

A Comissão Europeia formaliza em Bruxelas a aprovação do projecto Ford/Volkswagen para Palmela, mas impõe condições e contrapartidas ■ É divulgada em Moscovo a composição do novo Executivo chefiado por Chernomirdin ■ O candidato derrotado à presidência da Sérvia, Milan Panic, acusa a comunidade internacional de ter «prejudicado a causa da democracia» ao impor sanções contra o seu país ■ As autoridades chinesas encerram o consulado francês em Cantão, na sequência da venda de material de guerra a Taiwan ■ É inaugurado o novo troço da Via do Infante, com grande estardalhaço cavaquista.

24 Quinta-feira

Meia centena de urnas contendo outros tantos cadáveres de vítimas do acidente de aviação ocorrido no aeroporto de Faro são transportadas para a Holanda num avião da mesma companhia que os transportara em vivos para o Algarve ■ O governo do Vanuatu decide proibir a passagem do navio japonês «Akatsuki», que transporta plutónio, nas águas da sua Zona Económica Exclusiva ■ As Ilhas Fidji são abaladas por um sismo de magnitude 6.6 (escala de Richter) ■ O novo primeiro-ministro da Rússia, Chernomirdin, declara que vai «prosseguir as reformas» e «pôr fim» à alta dos preços.

25 Sexta-feira

Ocorre um aluimento de terrenos na via do Infante que obriga ao encerramento do troço entre Olhão e Faro, dois dias após a sua inauguração por Cavaco Silva ■ O presidente George Bush encerra o dossier judicial do Irangate, concedendo o perdão ao secretário da Defesa Caspar Weinberger ■ João Paulo II nomeia quatro bispos para a Albânia, os primeiros no país desde há 40 anos ■ Falece a militante anti-«apartheid» Helen Joseph, pioneira do movimento das mulheres na

África do Sul ■ O britânico ouvem o discurso de Natal da rainha que qualifica 92 para a família real como um *annus horribilis* ■ A Turquia decide transferir mais de mil presos curdos do Norte do Iraque para a região de Suleimanieh ■ Quinhentos soldados da força Restaurar a Esperança entram na cidade somali de Huddur ■ A imprensa paquistanesa revela que este país vai adquirir 329 tanques T-72 à Polónia ■ O primeiro-ministro israelita recusa a autorização à Cruz Vermelha para abastecer os 415 palestinianos expulsos de Israel.

26 Sábado

O presidente Boris Ieltsin coloca sob seu controlo directo as televisões e agências estatais russas ■ Forças da Unita começam a movimentar-se em direcção à província de Cuando-Cubango, provenientes das províncias de Huambo e Bié ■ O pianista russo Nikita Magaloff falece aos 80 anos, na Suíça ■ O presidente cessante da Sérvia, Slobodan Milosevic, é reeleito com 56,32 por cento dos votos expressos, segundo os dados oficiais ■ É assinado na Somália o primeiro acordo geral de paz entre os dois homens fortes do país, o general Aidid e o presidente interino Ali Mahdi, numa altura em que a força multinacional continua a avançar no interior do país.

27 Domingo

O subsecretário-geral da ONU, James Jonah, encontra-se com Shimon Peres, Ministro dos Negócios Estrangeiros de Israel, num esforço para convencer o governo de Telavive a permitir o retorno dos 415 deportados palestinianos ■ A Polícia sul-africana revela que se registam 30 mortos na onda de violência ocorrida durante o Natal ■ População ataca uma trintena de extremistas de direita que se manifesta em Meschede, no Oeste da Alemanha ■ Um avião de combate F-16 das forças norte-americanas que patrulham a zona de exclusão aérea no Sul do Iraque, abate um Mig iraquiano.

2 Segunda-feira

A CGTP anuncia que algumas empresas subscreveram já tabelas salariais em contratos colectivos de trabalho que deitam por terra o tecto defendido pelo Governo, com aumentos que vão dos 9,8 por cento aos 11,3 ■ Uma fonte militar não identificada revela a diversos órgãos de comunicação social que o Governo português terá decidido comprar alguns caças F-16 à Holanda em vez de o fazer aos Estados Unidos depois de «desentendimentos» entre os dois países depois de os norte-americanos terem decidido acabar com a ajuda militar a Portugal ■ O Governo português anuncia o reconhecimento das novas repúblicas checa e eslava ■ Começam em Genebra as negociações entre russos e norte-americanos para a assinatura do START II que visa a redução dos respectivos arsenais nucleares ■ O presidente norte-americano em exercício, George Bush, ameaça os líderes sérvios com uma intervenção militar caso a guerra se estenda ao Kosovo.

EDITORIAL

1992 – A luta continuou a esperança fortaleceu-se

O ano de 1992, que está prestes a terminar, iniciou-se da forma mais sombria.

No plano internacional, dominava o impacto do desmoronamento e da desagregação da URSS, depois de várias derrotas do socialismo no Leste europeu.

No plano nacional, faziam-se sentir as consequências da obtenção da segunda maioria absoluta pelo PSD, nas eleições para a Assembleia da República, favorecendo o desenvolvimento e a intensificação do processo contra-revolucionário.

No plano partidário pesava esta difícil conjuntura de derrotas e insucessos e os augúrios da propaganda adversa sobre «o declínio irreversível do PCP».

Ao terminar o ano, a atmosfera e as perspectivas políticas são consideravelmente mais positivas. No mundo e no nosso país a luta dos trabalhadores e das forças mais consequentes da democracia não parou, antes continuou a desenvolver-se e, embora em condições muito desfavoráveis, rasga novas possibilidades para o futuro.

No plano internacional, as forças do imperialismo, confrontadas com uma das mais profundas crises económicas das últimas décadas, não tiveram muito tempo para cantar vitória.

No plano nacional, a ofensiva do grande capital e da direita foi realmente desencadeada, mas enfrenta uma vigorosa resistência popular.

No plano partidário, o XIV Congresso do PCP constituiu uma importante afirmação de unidade, vitalidade, identidade e força combativa do Partido.

A esperança fortaleceu-se.

O ano de 1992 marcou de facto a generalização de nova crise cíclica do capitalismo, que grassava desde 1990 nas economias americana e inglesa, aos centros mais dinâmicos do sistema — a Alemanha e o Japão — e praticamente todos os países capitalistas mais desenvolvidos.

As teorias sobre a inevitabilidade das crises generalizadas sofrem assim uma severa contestação e fica mais uma vez em evidência que as crises, com o seu cortejo de desgraças, são intrínsecas ao próprio sistema, só superáveis pela sua substituição.

À medida que a recessão se tem instalado, as colossais transnacionais, sedeadas nos Estados Unidos, Alemanha, Japão, Inglaterra e noutros países, que pareciam desafiar o Universo com o seu poderio, entram em sérias dificuldades e confirmam outro traço característico do sistema, lançando no desemprego centenas de milhares de trabalhadores.

Como salienta a Resolução Política do XIV Congresso do PCP: «Hoje como ontem, o capital vive e sobrevive fundamentalmente pela crescente exploração do trabalho, com uma

cada vez mais insustentável acentuação das desigualdades sociais, a polarização da riqueza e da miséria à escala mundial como dentro de cada país capitalista, com o surgimento massivo e crónico de um enorme desemprego (o que significa a inutilização brutal da mais importante força produtiva — a força de trabalho)».

Nos diferentes países capitalistas os governos, ao serviço do grande capital, intensificaram as medidas de «rigor», «austeridade» ou «convergência» para lançar sobre as populações laboriosas as consequências mais duras da crise.

O ano de 92 fica, no entanto, assinalado por grandes lutas dos trabalhadores dos países capitalistas mais desenvolvidos, especialmente na Europa Ocidental, que ripostaram com grande energia e expressão de massas à intensificação das políticas de exploração e contra, também, em muitos casos, as orientações conciliadoras e capitulacionistas das direcções sindicais reformistas.

A nova ordem internacional imposta pelo imperialismo e hegemonizada pelos Estados Unidos confirma-se, cada vez mais, como um sistema de

O ano de 1992, que está prestes a terminar, iniciou-se da forma mais sombria.

Ao terminar o ano, a atmosfera e as perspectivas políticas são consideravelmente mais positivas.

poder que usa a chantagem política e económica e não hesita no recurso à força para assegurar a submissão dos povos e criando permanentes focos de ameaça à paz.

Mas o imperialismo não foi também capaz de paralisar a luta dos povos do chamado «Terceiro Mundo» pela emancipação nacional e contra as situações de verdadeira tragédia humana criadas em tantos países pelo neocolonialismo.

Os povos têm razões redobradas para lutar pelo socialismo.

O ano de 1992, no plano nacional, iniciou-se, praticamente, com o deflagrar de um importante surto de lutas sociais como há muito tempo se não via e que atenuou, em certa medida, o triunfalismo e a arrogância com que a direita saiu das eleições de Outubro de 1991.

A vitória eleitoral do PSD traduziu-se, porém, como o PCP insistentemente tinha prevenido, numa intensa aceleração do processo contra-revolucionário em todos os domínios essenciais. O grande capital e a direita avançaram na restauração do capital monopolista, avançaram no ataque aos direitos dos trabalhadores e outras conquistas sociais do nosso povo, avançaram na tentativa de instauração de um regime de cariz autoritário.

O ano de 1992 fica assinalado por escandalosas e ruinosas privatizações no sector bancário, dos seguros e dos petróleos; pela imposição de leis de aberto combate aos trabalhadores como a alteração à Lei da Greve e a «Lei dos disponíveis»; por intenso ataque aos órgãos de fiscalização do Estado e novas campanhas para a alteração de toda a legislação eleitoral num sentido antidemocrático; por uma ofensiva reaccionária na área da cultura, incluindo com a utilização de práticas censórias e inquisitoriais.

A ratificação do Tratado de Maastricht, pelos votos associados do PSD e do PS, apresenta-se, no entanto, se o Tratado vier a entrar em vigor nos termos em que está concebido, como o acontecimento ocorrido, no ano que vai terminar, que mais comprometerá o futuro do nosso país, não só pelas severas limitações à soberania e independência nacionais, mas pelos recuos que tenderá a impor ou favorecer nas conquistas democráticas do nosso povo no plano social, económico, político e cultural.

Apesar deste quadro negativo e inquietante, o ano termina como começou com um novo e importante surto de lutas populares, incluindo com calendários que já se prolongam para o próximo ano.

A luta continuou e vai continuar.

Esta luta não tem causas fugazes ou meramente conjunturais. Desenvolve-se, é, em torno de objectivos concretos, mas tem como principal base objectiva o antagonismo entre os interesses dos grupos capitalistas monopolistas e das suas clientelas, que determinam a política do Governo, de um lado, e, do outro lado, os interesses de todas as outras classes e camadas sociais, que constituem a grande maioria dos portugueses, e que se exprimem nas lutas populares. É esta vasta frente social cujos interesses são lesados pela política de restauração monopolista que constitui a base objectiva de apoio para uma alternativa democrática ao Governo e à política de direita.

Ora o PCP diz, como salienta a Resolução Política do XIV Congresso, que «luta por uma alternativa democrática não apenas com determinação, mas também com uma perspectiva confiante e optimista.» É fundamenta porque: «Esta perspectiva radica no papel que atribui à luta das massas populares e à sua comprovada capacidade de transformar o quadro político do país, através da redução da base de apoio do Governo e do seu crescente isolamento, da dinamização do entendimento e da convergência democráticas, da atracção de novos sectores para o campo democrático».

Numa situação política em que o PS aparece em questões capitais — como por exemplo Maastricht ou as privatizações — não do lado da oposição, mas do lado do Governo, é natural que os portugueses que se opõem consequentemente à política de direita vejam no PCP o Partido com que podem contar.

Para todos esses portugueses, o XIV Congresso do PCP é seguramente um poderoso motivo de esperança para o Ano Novo, para os próximos anos.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72
DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390. Fax: 796 22 64
ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!», SA — Rua de São Bernardo, 14, 2.º, 1200 Lisboa. Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47059. NIF — 500 090 440
DISTRIBUIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO ADE's Editorial Avante! — R. S. Bernardo, 14, 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93
Alterações de remessa: Até às 17 horas de cada sexta-feira: Fax: 396 87 93; Telex: 65 791; Telef. (01) 395 21 93

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS — Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda, Sector de Distribuição. Sede: Rua do Norte, 115, 1.º, 1200 Lisboa. Telef. (01) 342 07 94/342 23 49/342 22 04. Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra — Telef. (039) 71 35 77. Delegação Norte: R. Monte dos Pípos, 326, Guilfões, 4450 Matosinhos. Telef. (02) 953 15 66/953 17 49/953 17 50
ASSINATURAS: R. de S. Bernardo, 14, 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93
PUBLICIDADE: Rua de S. Bernardo, 14, 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93
Composto e impresso na Heskia Portuguesa, SA R. Elias Garcia, 27 Venda Nova — 2700 Amadora Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (CONTINENTE) — 50 número: 5.400\$00; 25 números: 2.790\$00
REGIÕES AUTÓNOMAS — 50 número: 6.786\$00
ESPANHA — 50 número: 8.328\$00
MACAU — 50 número: 13.042\$00
GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE — 50 números: 14.056\$00
EUROPA (e ARGÉLIA, MARROCOS, TUNÍSIA) — 50 números: 14.960\$00
EXTRA-EUROPA — 50 números: 18.760\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____
Morada _____ Telef. _____
Código Postal _____
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

TRABALHADORES

A revoltante "prenda"

A propósito da "revoltante 'prenda' de Natal do Governo", o gabinete de imprensa do PCP emitiu uma nota em 24 do corrente cujo teor se transcreve na íntegra:

1. O anúncio ontem feito pelo Secretário de Estado das Finanças da intenção do Governo de impor um tecto de 6% para os aumentos salariais constitui uma insolente declaração de guerra a interesses essenciais dos trabalhadores e uma clara confirmação da obstinação governamental em promover uma significativa redução dos salários reais, no quadro de uma política geral de agravamento das condições de vida e de trabalho.

2. A comparação entre o nível de aumentos salariais admitidos pelo Governo e a taxa de inflação previsível para 1993 torna perfeitamente evidente que as referências do Governo à «moderação» ou «contenção» salarial não passam de eufemismos usados para esconder uma política que visa efectivamente a redução do poder de compra dos salários e a diminuição do nível de vida dos trabalhadores, fazendo recair exclusivamente sobre quem trabalha a factura dos erros da política económica do Governo e da sua voluntária e indesculpável subordinação à lógica de Maastricht.

3. Acresce que a degradação do poder de compra dos salários seria muito superior à que resulta daquela comparação, uma vez que o Governo tem vindo a descarregar para os orçamentos familiares crescentes encargos com serviços sociais fundamentais, como se revela, por exemplo, no facto de em 1992 as receitas próprias do Serviço Nacional de Saúde, fundamentalmente como resultado da ampliação e encarecimento das taxas moderadoras, terem crescido 23 milhões em relação ao ano anterior e de, para 1993, o Governo prever um seu novo acréscimo de outros 23 milhões de contos.

4. O PCP denuncia vivamente a manobra do Governo do PSD que consiste em, agitando um cenário de falências em série que, em rigor, devia achar impossível à luz dos «éxitos» económicos que tanto propagandeia, pretender inculcar a ideia envenenada de que aceitar reduções de salários seria uma forma de defender os postos de trabalho. O PCP chama a atenção para que a política governamental, como se demonstra nomeadamente pelo exemplo da Função Pública, visa simultaneamente degradar os salários e intensificar os despedimentos e ampliar a insegurança no emprego, pelo que as cedências e a abdicação na luta por aumentos salariais justos só teriam como efeito animar e dar força ao Governo para acelerar e agravar a sua ofensiva contra a estabilidade de emprego.

5. Face à gravidade da ofensiva governamental em curso contra os interesses e direitos dos trabalhadores e da população em geral, impõe-se o alargamento e a intensificação das acções de protesto, de resistência e de luta com base na justa convicção e confiança de que esse é o único caminho seguro para derrotar uma política profundamente desumana e injusta e para poupar os portugueses a acrescidas e injustificadas privações e dificuldades.

O Gabinete de Imprensa do PCP

Função Pública Frentes sindicais marcam greve para dia 15

Fonte da frente sindical da Função Pública disse à Lusa que as organizações sindicais não aceitam a interrupção unilateral das negociações e, mantendo a greve anunciada para 15 de Janeiro, vão pedir a negociação suplementar prevista na Lei. Segundo aquela agência noticiosa, a Federação Nacional dos Sindicatos da Edu-

cação convocava em 19 do corrente no Porto, uma greve também para o mesmo dia. A FENPROF, por sua vez, como está integrada numa das comissões negociadoras, deve também aderir à greve.

Como sucedeu em 13 do mês passado, a greve deve ter âmbito nacional.

Carlos Mamede, coordenador da Federação Nacional

dos Sindicatos da Função Pública (FNSFP) disse à Lusa que a convocação da greve abrange todos os sindicatos do sector.

Aquele dirigente sublinhou mais uma vez que os aumentos reais que o Governo tenta impor são de três por cento e não de cinco em média, referindo-se como se sabe, ao chamado adicional

de dois por cento prometido em 1992 e do qual o Governo não falou, até agora, nas negociações para os salários do próximo ano.

Em declarações públicas, dirigentes sindicais da CGTP e da UGT, assim como outros não pertencentes às duas centrais condenaram claramente a posição do Governo quanto à matéria salarial para 1993.

Greves na CP

CGTP exorta o Governo a repor a legalidade

Sindicatos falam de «vaga de repressão»

Nos três dias que antecederam a greve nacional de 18 do corrente, o conselho de gerência da CP cometeu ilegalidades de «extrema gravidade», afirma a CGTP que escreveu aos Ministérios do Emprego e Segurança Social e das Obras Públicas Transportes e Comunicações «reclamando a sua intervenção urgente».

Os dirigentes da CGTP-IN, depois de recordarem em 23 do corrente que o pré-aviso de greve foi emitido pela Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Ferroviários Portugueses (FSTFP) «bem dentro dos prazos legais, ao abrigo da Lei 65/77 ainda em vigor», enumera algumas das ilegalidades cometidas pela gestão da CP:

- Procedeu à nomeação de trabalhadores para os serviços mínimos num período em que a competência para isso é atribuída às organizações sindicais;

- Obrigou trabalhadores que tinham terminado os respectivos turnos a permanecer nos locais de trabalho, sob a ameaça de sanções disciplinares;

- Suspendeu, arbitrariamente e ilegalmente, trabalhadores por «não terem comparecido» nos respectivos locais de trabalho em dia de greve para cumprir aquilo que a empresa considerou serem os serviços mínimos.

Esta «interpretação» dos serviços mínimos faz parte, afinal, das restrições ao exercício do direito à greve, cuja

aplicação sindicatos e trabalhadores têm rejeitado.

Os gestores da CP utilizaram o exercício do direito à greve como ameaça de despedimento. A FSTFP sublinhava quarta-feira, 23, que tinha actuado imediatamente, obrigando a gestão a «recuar nos seus propósitos» quanto às dezenas de trabalhadores suspensos.

«A suspensão foi levanta-da — acrescenta a FSTFP num comunicado —, facto que representa uma importante vitória para os ferroviá-

rios». A Federação tinha-se referido a uma «vaga de repressão».

Os dirigentes sindicais pretendem afastar «o clima de intimidação criado pela CP». Continuam a bater-se contra o «quadro de excedentários», pela redução do horário de trabalho e da idade da reforma e por um novo regulamento de carreiras.

Como noticiámos na semana passada, um outro sindicato da CP, o SIFA, marcou uma greve de 24 horas para amanhã.

Desmentido • O secretário de Estado das Finanças, Elias da Costa, foi desmentido quarta-feira pela CGTP que, «nunca em nenhuma reunião da Concertação Social, ou em qualquer outra, defendeu ou reconheceu validade à contenção salarial para a resolução dos problemas do País». O desmentido da Central refere-se a declarações de Elias da Costa ao «24 Horas» da RTP de 22 de Dezembro. Aquele membro do Governo afirmou, segundo nota da CGTP, que «em sede de concertação social, nas reuniões realizadas este ano, todos os parceiros sociais, quer o patronato quer os sindicatos, reconheceram que a moderação salarial era a chave da política económica global».

Penalizados • Os trabalhadores são objectivamente penalizados pelo Orçamento do Estado para 1993. Para a União dos Sindicatos do Porto (USP), que organizou um debate sobre o assunto, aquele instrumento da política do Governo, além de agravar «as assimetrias regionais» e as «desigualdades sociais», reduz as despesas com a Saúde, com a Educação, com o desemprego. O Orçamento aprovado para o ano que vem «não serve os interesses nem corresponde às necessidades» do distrito do Porto e da região Norte.

Movimento de opinião • Num seminário/debate, organizado a semana passada em Évora pela União dos Sindicatos do distrito (USDE), foi decidido constituir no âmbito distrital um «Movimento de Opinião SOS» em defesa da Saúde. Entre as conclusões da iniciativa destaca-se o pedido de «revogação do Estatuto do Serviço Nacional de Saúde», assim como a reclamação ao Governo e aos serviços regionais da ARS sobre «a melhoria dos serviços de saúde a prestar às populações do distrito».

Concentração na Torralta

A política salarial seguida em vários sectores, acompanhada de despedimentos, tem obrigado ultimamente trabalhadores e sindicatos a tomadas de posição e acções de luta, incluindo manifestações.

Depois de cerca de 50 trabalhadores têxteis se terem manifestado no Porto, em 21 do corrente, de o Sindicato dos Trabalhadores dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas ter marcado para o dia seguinte uma concentração em frente do Estado-Maior do Exército, e de em Vila do Conde duas centenas de trabalhadores da Conserveira Praia Mar terem feito o mesmo junto da empresa, foi anunciada para hoje, 30, uma concentração do pessoal da Torralta, em Lisboa.

Segundo a Federação dos Sindicatos da Hotelaria e Turismo de Portugal (FESHOT), a administração da Estoril-Sol «accitou de discutir os problemas específicos dos profissionais da sala de jogos tradicionais, dos bingos, salas das máquinas e Tamariz». Mas foi considerado «insuficiente» a proposta de aumentos salariais de valor igual à inflação prevista para 1993. Ficou marcada nova reunião para 11 de Janeiro.

Sabia-se entretanto que na semana do Natal, o conselho de gerência da CPB-Companhia Petroquímica do Barreiro decidiu despedir 26 dos seus 99 trabalhadores. Entre os despedidos encontram-se um casal, uma grávida e alguns trabalhadores com deficiências físicas.



Gestão ruinosa

A Beralt Tin and Wolfram Portugal, SA, proprietária das Minas da Panasqueira, que ainda há pouco empregava 636 trabalhadores e continua a ser a única mina de volfrâmio em laboração em toda a Comunidade Europeia, acaba de convidar todos os trabalhadores, incluindo os quadros técnicos, a rescindir o seu contrato individual de trabalho. A Comissão Intersindical da empresa considera que tem havido uma gestão «perniciosa» e «não acreditada» que a Beralt esteja a passar por «grandes dificuldades». Um exemplo: há dois anos, havia dois directores na Panasqueira; hoje, há dez

Comunistas analisam Orçamento e Plano para a cidade do Porto

Em conferência de imprensa realizada no passado dia 23 de Dezembro, a Direcção da Organização da Cidade do Porto (DOCP) do PCP tornou pública a avaliação que faz do Orçamento e Plano para o próximo ano sobre o qual a Assembleia Municipal do Porto era chamada a pronunciar-se anteontem. Nessa avaliação, «o PCP exclui o exame das soluções puramente técnicas cujo acerto não põe em causa, e pretende afastar-se de qualquer linha de consideração eleitoralista, a qual seria mais própria de um partido, o PSD, cujas opções de fundo reveladas em mandatos anteriores não são substancialmente diferentes das da actual maioria PS, e estão longe do programa de desenvolvimento que o Porto precisa», como pode ler-se no documento distribuído. Na conferência de imprensa participaram Jorge Sarabando, do Secretariado permanente da DORP, Lusitano Correia, da Assembleia Municipal e vice-presidente da Assembleia Metropolitana do Porto, Carlos Espaim, da AM do porto, e José Maria

Silva, todos os três últimos sendo membros da Comissão Permanente da DOCP.

Referindo-se às propostas em análise — e sublinhando que, por dizerem respeito ao último ano do actual mandato, estas oferecem «uma visão de conjunto da actualização da Câmara e permitem assim efectuar um balanço claro, que responsabiliza as forças políticas que as aprovam ou não», a DOCP adianta:

«A análise detalhada dos documentos, já sem o constrangimento do curtíssimo prazo com que foram presentes à sessão da Câmara, permite concluir que carecem de credibilidade, confirmam orientações erradas, procedem a uma distribuição desequilibrada dos recursos, comportaram iniciativas de recorte eleitoralista e, a política de que são instrumento afasta-se em questões nucleares do projecto que, há três anos, apresentámos à população. Projecto verdadeiramente alternativo que tinha condições para romper com anos de estagnação e levar à prática uma política de crescimento equilibrado, respondendo a carências por todos

reconhecidas, em diálogo com a população e autarcas eleitos.

«Cremos ser oportuno recordar que integravam o programa da CDU — com realismo e sem demagogia —, propostas de moralização e desburocratização dos serviços, criação dum Gabinete de Atendimento e Orientação do Município, concretização dum Plano de Emergência para a habitação, medidas essenciais para descongestionar o trânsito, beneficiar os arruamentos e melhorar a eficácia dos transportes públicos, de resolução de graves e acumuladas deficiências no saneamento básico. Também se estabelecia o firme compromisso de «pôr termo à sobreocupação de solos e à acção descaracterizante e agressiva da construção civil especulativa «procurando preservar o tecido urbano da cidade.

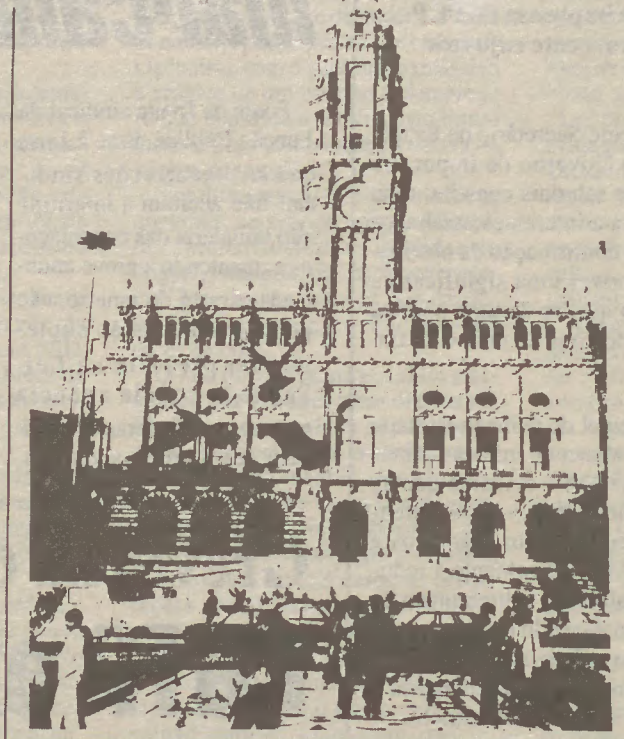
«Medidas neste campo tanto mais necessárias quando se assiste hoje à construção de um devastador conjunto terciário no centro do Porto, que agride a cidade e gera sérios problemas ambientais; medidas tão pertinentes quando observamos e vivemos o trânsito caótico resultante de obras mal planeadas e desordenadamente executadas e da ineficiência dos transportes públicos existentes.»

Projectos e acções pouco consistentes

«Como foi, desde logo, sublinhado na declaração de voto do vereador do PCP na reunião do Executivo, o Orçamento é definido pelo próprio Gabinete de Planeamento e Controlo como «perigoso» e propiciador de «crises de tesouraria».

«É um Orçamento que dá como certas receitas de venda de património, concessões e proveitos financeiros sem garantias de realização. E, previsivelmente empola despesas que sustentam projectos e acções que a experiência de anos anteriores revela serem por vezes pouco consistentes.

«A título de simples exemplo observe-se que as obras previstas no âmbito do CRUARB foram realizadas em 1990 a 31%, em 1991 a 38%, e o andamento das que estão em curso não consente previsão mais optimista.



«Dir-se-á que os Planos Municipais podem conter uma certa margem de incumprimento, aceitável e natural. Mas devemos convir que essa margem não pode ser tão extensa que permita o arbítrio e afecte a credibilidade de propostas para as quais se pede o voto de todos os deputados.

«O Plano de Actividades confirma os atrasos existentes em projectos essenciais para a cidade, na forma sumida como descreve o presente e no modo entusiástico e minudente como apresenta o futuro próximo. Em duas frases corridas é referido o projecto de distribuição de gás à cidade e o ante-projecto da linha n.º 1 da rede de Alta Capacidade, vulgo metro de superfície, bandeiras publicitárias da actual maioria, mas a área de Urbanismo e Reabilitação Urbana desdobra-se em numerosos projectos de conclusão prevista, começo anunciado ou estudo projectado para 93.

«E parece-nos oportuno aqui assinalar o facto de ter sido aprovada uma campanha publicitária para divulgação do metro de superfície e da bondade da solução que representa, ao mesmo tempo que é omitida a necessária e urgente informação à Câmara e à Assembleia de projectos e alternativas existentes.

«O desequilíbrio do tratamento das actividades dos diversos pelouros é manifesto. Onde sobra de pormenor e detalhe no âmbito da cultura e animação — sem que no entanto fique claro o empenho da Câmara na reabertura

do Museu Etnológico, encerrado pelo Governo, no reforço da Régie Sinfonia, no aproveitamento do Recinto do Palácio de Cristal, e a razão de tão magra verba destinada às colectividades populares — faltam projectos consistentes na área ambiental. Onde há rigor e sobriedade como no sector dos Mercados e Equipamentos, abunda no Ensino a retórica do «ano de 93 cheio de alegria no respeito pelas tradições escolares e vivências infantis», que encobre as desatenções e insuficiências na educação pré-escolar.

«Não pode deixar de se referir a exiguidade de verbas e tratamento superficial que respeitam às áreas de protecção Civil e Acção Social e o esquecimento a que são votados os Bairros Municipais degradados e as ilhas ou arruamentos e saneamento das zonas habitadas pelas classes menos favorecidas.

«Faz sorrir que em ano eleitoral a Câmara se proponha criar um «Cartão Porto Jovem», a lembrar Cavaco, com direito a desconto em espectáculos, na Feira Popular e nas Piscinas, sempre superlotadas. Sorriso que se perde quando verificamos que o Plano Municipal de Prevenção da Toxicod dependência se limitou até agora a editar um prospecto sobre este problema, com particular incidência na juventude.

«O PCP, os seus eleitos nos órgãos autárquicos têm guiado a sua intervenção pelo propósito de contribuir activamente para uma gestão democrática, dinâmica, ao serviço das populações.

«A crítica, exigente e rigorosa, será acompanhada por propostas construtivas destinadas a corrigir orientações em nosso entender menos correctas. É a forma, responsável e coerente do PCP agir no Poder Local e em todas as instituições democráticas.»

Comité Central Errata

Chegaram à nossa redacção algumas correcções a biografias de membros do Comité Central eleitos no XIV Congresso do Partido, que agora publicamos:

Membros Efectivos

— Manuel António Teixeira de Freitas

Actualmente não é membro do Conselho Distrital da União dos Sindicatos do Porto.

— Rui Manuel Neto Paixão

Foi coordenador do Sindicato dos Metalúrgicos do Sul. O actual coordenador é o camarada Luís Patrício. O camarada Rui Paixão é actualmente Coordenador da União dos Sindicatos de Setúbal.

— Serafim Brás da Silva

Actualmente não é membro da Assembleia Municipal de Freixo de Espada à Cinta.

Membros Suplentes

— Albino Valdemar Madeira

Actualmente não é vereador da Câmara Municipal de Matosinhos

— António Ramos Cardoso

Foi membro do executivo da Comissão Distrital de Castelo Branco e do Secretariado da DORBeira Interior.

Actualmente não existem estas estruturas.

CAMARADAS FALECIDOS

FLÁVIO ALVES

Faleceu recentemente o camarada Flávio Alves, com 81 anos de idade. Nascido em 1911, aderiu ao Partido nos anos 30. Residia no Barreiro, onde era muito estimado. Antifascista de longa data, esteve várias vezes preso, vindo a ser agraciado com a medalha «Barreiro Agradecido», após o 25 de Abril. Era membro da URAP. No seu funeral, realizado no passado dia 28 do mês passado, participaram largas dezenas de pessoas.

A família do camarada o colectivo do «Avante!» apresenta as mais sinceras condolências.

Ordem e Macedo

Por lapso, o nome do ministro das Finanças foi posto na ordem dos Médicos, na notícia que publicámos no número anterior sobre as eleições para aquela associação. Como o leitor terá certamente reparado, não foi Braga de Macedo que ocupou o cargo de bastonário da Ordem desde 1986, mas sim Machado Macedo. Com as nossas desculpas, pomos assim ordem nesta troca de diferentes Macedos.

NACIONAL

Polícia identifica dirigentes dos agricultores

A Federação dos Agricultores do Distrito de Leiria denunciou em comunicado recente «as forças policiais, instruídas pelo Governo», que «num processo intimidatório, aliás, que se vem tornando regra, vêm identificando nas suas residências os dirigentes mais destacados do movimento dos agricultores» da região do Oeste, na sequência da manifestação efectuada em Óbidos há três semanas.

«A orientação do Governo de criar serviços de informação, visando particularmente o controlo e a intimidação das organizações representativas dos interesses das populações, é manifestamente um abuso de autoridade e à revelia do direito constitucional de manifestação e reunião», afirma o comunicado desta Federação que «reafirma que nada nem ninguém os fará retroceder na luta que travam pela defesa dos interesses dos agricultores da nossa região e alertam os agricultores para que se não deixem intimidar por processos desta natureza».

Afirmando que a sua luta é legítima e justa, a Federação diz ainda que «se alguém tem de prestar contas é o Governo, pela sua política de ruína da agricultura regional». As razões para esta luta são descritas da seguinte forma: «o vinho não se vende, a não ser a preços de miséria. A fruta e as batatas apodrecem nas explorações agrícolas. O preço do gado não é compensador. Os factores de produção não param de aumentar. As taxas de juro são insuportáveis. As ajudas são canalizadas para meia-dúzia de grandes lavradores e de grandes agro-indústrias. As reformas são de miséria para uma vida inteira de trabalho. A vida nas zonas rurais degrada-se a olhos vistos».

COMUNIDADE EUROPEIA

Lei Torricelli
condenada no PE

Parlamento Europeu aprovou na sua reunião de Dezembro uma resolução em que solicita ao presidente eleito dos EUA, assim que se inicie o seu mandato, e ao Congresso, a anulação do "Cuban Democracy Act", ou Lei Torricelli, que considera uma "inequívoca violação do comércio livre e do livre trânsito internacional". A referida lei impõe sanções aos países que mantenham relações comerciais com Cuba, o que constitui um limite unilateral à sua soberania. Considerando que semelhante legislação é "incompatível com os princípios da Declaração Transatlântica CEE-EUA" e que a mesma foi rejeitada pela Comissão e pela Presidência do Conselho de Ministros dos Estados-membros da Comunidade, pelos Governos do Canadá e do Uruguai e pelos parlamentos do México e da Venezuela, o PE decidiu subscrever a queixa apresentada ao Departamento de Estado dos EUA pela Presidência do Conselho de Ministros da Comunidade Europeia.

Na sua resolução, o PE sublinha ainda que "o isolamento de um Estado, que não seja consequência de uma decisão das Nações Unidas, ao invés de contribuir para a democratização só poderá servir de pretexto ao endurecimento de uma política". Assim, o PE exige a abolição da Lei Torricelli e apela ao reforço, através das Organizações Não Governamentais, do apoio humanitário à população cubana.

Carros usados

Os veículos usados, com mais de quatro anos, vindos de países da Comunidade Europeia, não vão ser mais baratos a partir do próximo dia 1 de Janeiro. De acordo com o novo quadro fiscal do imposto automóvel da CEE, aquele tipo de automóveis vai deixar de pagar IVA. No entanto, os veículos com matrícula de trânsito terão de pagar IVA, desde que não façam prova de pagamento desse imposto no país de origem. Segundo informa a Lusa, a "pedra de toque" da regularização da situação fiscal do veículo admitido (nova designação para a antiga importação) da CE é a "declaração de veículo ligeiro" (DVL), que corresponde à apresentação da mercadoria à alfândega. Foram criados quatro tipos de DVL's: o operador registado, regime geral, regimes especiais e pedido de liquidação. Os veículos providos de matrícula definitiva comunitária podem circular em território nacional, durante 90 dias, após a apresentação do pedido de regularização fiscal, munidos de autorização passada pelas alfândegas.

Listas de preços

Os construtores de automóveis vão passar a publicar regularmente as listas comparativas dos preços das viaturas na Comunidade. A ACEA (Associação dos Construtores Europeus de Automóveis) aceitou a proposta da Comissão Europeia de fornecer semestralmente, a partir de Maio de 1993, as listas dos preços sem impostos e com impostos de pelo menos um modelo largamente vendido em cada gama de veículos no mercado europeu, "a fim de reduzir as diferenças". Os preços serão fornecidos em moeda local, juntamente com as diferentes taxas de câmbio em relação ao ecu, para facilitar a comparação.

Novos comissários

Jacques Delors foi confirmado a semana passada Presidente e responsável pelo secretariado-geral da Comissão Europeia, enquanto o comissário belga Karel Van Miert substitui o britânico Leon Britain no pelouro da Concorrência. O ex-ministro dos Negócios Estrangeiros da Holanda, Hans Van Der Broek, passa a controlar as Relações Externas da Comunidade, e o ex-ministro português João de Deus Pinheiro toma conta do novo pelouro da Imagem da CE e das Relações com o Parlamento Europeu. O espanhol Manuel Marin é o novo responsável pelas relações com a América Latina, Médio e Próximo Oriente, Ásia e África, substituindo Abel Matutes, que passa a responder pelos Transportes e Energia. O novo colégio de comissários europeus entra em funções no próximo dia 6 de Janeiro e, se o Tratado de Maastricht entrar em vigor, o seu mandato será apenas de dois anos. De acordo com o Tratado da União Europeia, no início de 1995 entrará em funções um novo executivo comunitário, cujo mandato de cinco anos será coincidente com o do Parlamento Europeu, a eleger em Junho de 1994.

Revisão do EEE

"não" da Suíça ao Espaço Económico Europeu (EEE) vai obrigar à revisão do acordo que alargava o mercado único aos sete países da EFTA (Austria, Suíça, Suécia, Noruega, Finlândia, Islândia e Liechtenstein). A exclusão da Suíça tem consequências, nomeadamente para o fundo de coesão, criado no âmbito do acordo, com o qual os países da EFTA participam no apoio ao desenvolvimento dos países menos desenvolvidos da Comunidade, Portugal, Grécia, Irlanda e Espanha. A Suíça devia participar com 25 por cento das verbas do fundo, pelo que importa saber se o montante global do mesmo será diminuído ou se os restantes países da EFTA tomarão a seu cargo a quota-parte dos suíços.

Jovens portugueses
defendem Timor
no Parlamento
Europeu

Alertar a comunidade internacional para o problema de Timor-Leste e pressionar as instâncias internacionais, nomeadamente a Comunidade Europeia, para que se empenhem na resolução da questão timorense, foi o objectivo que levou ao Parlamento Europeu, de 13 a 19 de Dezembro, uma delegação de jovens portugueses.

A viagem, feita a convite dos eurodeputados do PCP, levou até Estrasburgo trinta e cinco jovens, entre os quais membros da JCP, jornalistas e Brigada Vitor Jara. Numa iniciativa inédita que sensibilizou o PE, manifestaram-se junto à sede do Parlamento, exigindo o boicote militar e económico à Indonésia e uma maior intervenção das instâncias comunitárias junto das Nações Unidas

com vista à resolução da questão de Timor.

Durante a estada em Estrasburgo, os jovens portugueses foram recebidos pelos deputados Maria Belo (PS), Pedro Canavarró (independente), Rui Amaral Pais e António Capucho (PSD) e Sérgio Ribeiro (PCP), que integram o Intergrupo para a Questão de Timor, bem como por Ken Koates, presidente da subcomissão para os Direitos Humanos do PE. Ainda que com posições distintas sobre a questão timorense, todos os eurodeputados se mostraram sensibilizados com a iniciativa e afirmaram o seu empenho na defesa dos direitos do povo maubere.

Na ocasião, os jovens entregaram no PE uma declaração que a seguir se transcreve na íntegra.

Declaração

Considerando:

— que o território de Timor-Leste foi invadido e ocupado em 7 de Dezembro de 1975 e anexado em Julho de 1976 pela Indonésia;

— que se encontra desde então sujeito à ocupação da Indonésia, que provocou o genocídio de mais de um terço da população, assim como avultados prejuízos económicos;

— que os mais elementares direitos humanos estão a ser violentamente violados, sendo prova disso as prisões, as deportações, as deslocações forçadas das populações, os maus tratos, as torturas, as execuções em massa, as restrições à circulação de pessoas e correspondência, a violação do domicílio, a supressão do direito de reunião, de liberdade de expressão e as restrições à liberdade religiosa;

— que está a ser destruída a identidade cultural do povo timorense, pela imposição da língua estrangeira, da eliminação da língua nacional, da difusão oficial de valores culturais alheios às tradições e à história de Timor-Leste;

— que sempre existiu o desejo do povo timorense pela sua autodeterminação e independência e uma resistência armada contínua contra a potência ocupante.

Condenamos

— o assassinio brutal de mais de 200 000 timorenses pelo ocupante indonésio, bem como os atentados contra os mais elementares direitos humanos;

— os Governos dos países que, defendendo reacções da comunidade internacional em outras situações de violação dos direitos humanos, fecham os olhos à ocupação de Timor-Leste e ao genocídio do seu povo e mantêm relações políticas, diplomáticas e económicas com a Indonésia;

— a cumplicidade, designadamente da Austrália e dos EUA que, devido aos seus interesses económicos e estratégicos, permitem a ocupação de Timor-Leste e suportam militar, política e financeiramente o regime criminoso de Jacarta.

Exigimos

— a libertação imediata de Xanana Gusmão, e de todos os presos políticos em Timor;

— que o governo da Indonésia cesse imediatamente as hostilidades contra o povo timorense, ponha fim à ocupação deste território e respeite o direito do povo timorense à autodeterminação e independência;

— o direito do povo de Timor-Leste a manter, desenvolver e afirmar a sua identidade cultural, linguística e religiosa;

— o cumprimento integral das resoluções aprovadas pelo Conselho de Segurança e Assembleia Geral da ONU sobre Timor-Leste;

— o reconhecimento internacional de Timor-Leste como um Estado soberano, com direito a decidir sobre o seu próprio destino;

— um papel activo dos países da Comunidade Europeia na imposição no plano internacional de um embargo económico e militar à Indonésia;

— que os países membros da CE tenham uma acção concertada junto da ONU no sentido de haver uma intervenção do Conselho de Segurança que ponha fim à ocupação ilegal de Timor-Leste pela Indonésia.



Delegação de jovens portugueses que foi ao PE lembrar o drama de Timor

Preços comunitários
salários portugueses

O aumento dos preços dos bens de consumo e serviços públicos para a média comunitária vai fazer-se sentir em Portugal, com a entrada em vigor do mercado interno, muito mais rapidamente do que a aproximação ao nível dos salários. Esta a conclusão de um estudo elaborado por Augusto Mateus, docente do Instituto Superior de Economia e Gestão, divulgado pela Lusa no início da semana.

De acordo com o estudo, o aumento da média dos preços em Portugal, que é actualmente de cerca de metade da média comunitária, situar-se-á entre os 20,6 e os 35,2 por cento no horizonte de 1996. A aproximação dos preços à média comunitária, tendo por base a estrutura de consumo e nível de preços de 1990, sentir-se-á sobretudo nos sectores da habitação, aquecimento e iluminação (61,4 por cento), serviços médicos (33,4 por cento), bens e serviços diversos (30,3 por cento) e no ensino, cultura e lazer (26,8 por cento). De salientar que Portugal possui já um conjunto de preços acima da média comunitária: todos os que têm a ver com equipamento, sejam electrodomésticos, automóveis ou associados ao lazer ou à cultura. Neste âmbito, o nível geral dos preços em Portugal é 20 a 25 por cento superior ao nível dos preços comunitários, pelo que não são previsíveis aumentos.

No contexto geral, um dos cenários possíveis apontados no estudo admite que a taxa de inflação em Portugal se mantenha na casa dos 12 por cento em termos de médio prazo e a taxa de inflação comunitária entre os 5 e os 6 por cento. A verificar-se esta situação, um dos resultados seria a subida do

nível geral dos preços em Portugal no horizonte de 1996, em termos de os preços dos produtos passarem de 51 por cento para 65 ou 71 por cento da média comunitária dos preços.

Neste cenário, refere o docente, seria provável "caso seja correcta a hipótese de a produtividade crescer um pouco mais em Portugal do que na Comunidade e se se aceitar integrar no salário real o factor do crescimento da produtividade", que os salários portugueses passassem, no sector produtivo, dos actuais 24 ou 25 por cento para 35 por cento do valor dos salários comunitários.

O estudo salienta ainda que Portugal representa três por cento da população da Europa dos "doze" e apenas dois por cento em termos de consumo, e que a estrutura do consumo em Portugal se diferencia dos restantes Estados-membros por um peso da despesa alimentar muito mais significativo, menor peso da despesa em serviços (saúde, educação e cultura) e muito menor nível de equipamento no respeitante a bens duradouros.

Estas características levam o autor do referido estudo a afirmar que "Portugal está na situação do surfista sem onda, ou seja, de ter adiado todo um conjunto de ajustamentos sem que todavia as coisas não tenham deixado de parecer correr bem". Na sua opinião, Portugal, depois de apenas ter feito dois pequenos ajustamentos (1978/1979 e 1983/1984) à custa do investimento e dos salários reais, irá ter "um ajustamento brutal" a meio da década de 90.

INTERNACIONAL

Clinton: uma estratégia ambiciosa e ambígua

■ Miguel Urbano Rodrigues

A poucos dias da posse do novo Presidente dos EUA começam a desvanecer-se as esperanças suscitadas pelas promessas feitas durante a campanha eleitoral. Só existe uma certeza: a grande viragem que alguns liberais de esquerda defenderam não se verificará.

A escolha da equipa, na qual se destacam homens que fizeram carreira na Administração Carter, não clarificou dúvidas. Bill Clinton tem mantido silêncio quanto às linhas fundamentais da sua estratégia no que se refere a iniciativas concretas.

Os analistas têm dedicado por isso atenção especial aos compromissos assumidos durante a campanha. Mas tal tarefa é muito ingrata porque o ex-governador do Arkansas prometeu então aos americanos o impossível. Na própria noite da sua vitória disse-lhes que se propunha

Tal como George Bush, Clinton acredita que os EUA devem dirigir a humanidade. Não utilizou até agora a fórmula de Nova Ordem Mundial, mas tem declarado que os Estados Unidos devem «comandar a mudança» e assumir o desafio de «moldar o mundo novo». O estilo é diferente, a linguagem mais próxima da de John Kennedy, mas o objectivo é o mesmo.

Muito antes da Convenção Democrática que lhe abriu o caminho para a Presidência, Bill Clinton, numa conferência pronunciada em Washington, intitulada «Um Novo Pacto para a Segurança dos Estados Unidos», esboçou com alguma precisão os contornos de uma estratégia de hegemonia planetária.

Contrariamente a Bush, que até ao fim inventou êxitos miríficos, Clinton reconheceu que os EUA atravessam uma crise económica e social muito grave.

«Os EUA — sublinhou então — encontram-se fora da competição, apresentando-se como um gigante militar minado pela debilidade económica e uma visão incerta».

Para restituir ao Estado o prestígio e a capacidade de intervenção perdidas, preconizou a criação de um Conselho de Segurança Económica («se não formos fortes internamente não poderemos dirigir o mundo pelo qual tanto temos feito...») paralelo ao Conselho de Segurança Nacional. A sua tarefa seria garantir à economia um papel fundamental na segurança nacional.

Clinton definiu durante a campanha quatro premissas básicas para a segurança nacional, tal como a concebe. Transcrevo palavras suas:

1. «O colapso do comunismo não significa o fim do perigo. Uma nova série de ameaças num mundo em mudança obrigar-nos-á, mesmo enquanto procedemos à reestruturação da nossa defesa, a manter a guarda elevada».

2. «Os EUA devem recuperar o seu poderio económico para que possamos manter a nossa posição de liderança global. Entretanto, o poder militar continuará a ser vital para a nossa segurança nacional, mas a sua utilidade declinará na medida em que aumentar o poder económico».

3. «O poder irresistível das ideias reina na Idade da Informação. A televisão, as cassetes de vídeo, o fax, ajudaram as pedras a perfurar o muro de Berlim e a derubá-lo».

4. «Finalmente, a nossa definição de segurança deve incluir a existência de ameaças a qualquer povo. Ameaças ao meio ambiente e outros temas globais; a nossa própria sobrevivência depende de os EUA assumirem a liderança».

Estamos perante um discurso cheio de ambiguidade, mas transparente no tocante a um objectivo: a manutenção, sem partilha, da hegemonia dos EUA sobre o mundo, alicerçada no poderio militar, garantido por um poder económico reconstituído.

Para dissipar ilusões, na noite da sua eleição, Bill Clinton foi categórico: «Os EUA manterão a força militar mais poderosa para defenderem a Terra».

As referências a «ameaças externas», repetidas com muita frequência, são pouco tranquilizadoras. O conceito do que seja uma ameaça externa à segurança dos EUA é propositadamente vago, tão amplo como o de Bush.

Essa quarta premissa da segurança suscitou naturais preocupações na América Latina, onde os analistas estudaram com especial atenção a famosa conferência de Clinton pronunciada em Washington a 12 de Dezembro

de 1991. A fórmula serve para tudo e poderá ser invocada para justificar intervenções militares dos EUA em qualquer país do Terceiro Mundo. O ensaio da Somália, realizado no final da Administração Bush provocou natural inquietação. Colunistas da imprensa norte-americana salientaram, com oportunidade, que Bill Clinton lamentou publicamente não ter sido consultado a respeito da operação militar no Corno de África, mas não a criticou. Parece claro que o pretexto da ajuda humanitária também serve para justificar intervenções militares dos EUA.

A ambiguidade das declarações de Clinton sobre a questão jugoslava levou já alguns observadores a admitir que o novo presidente poderá, logo no início do seu mandato, ampliar a escalada da intervenção nos Balcãs.

Relativamente a Cuba são também pouco tranquilizadoras as posições assumidas por Bill Clinton. Durante a campanha deu o seu apoio ostensivo às organizações contra-revolucionárias de Miami e recebeu das mãos de Más Canosa — presidente da Fundação Cubano Americana e líder da tendência mais reacçãoária da emigração cubana — um importante cheque.

A terceira premissa é esclarecedora do uso que o presidente Clinton espera fazer das campanhas mediáticas de perversão da opinião pública. O precedente da guerra do Golfo está vivo na memória da humanidade.

Muitas incógnitas

O Presidente não esconde que a necessidade de concretização dos seus objectivos globais outorga aos EUA, na sua opinião, o direito de ingerência.

Nas Forças Armadas a entrada de Clinton na Casa Branca foi, contrariamente ao que alguns analistas previam, recebida com tranquilidade e mesmo com simpatia.

O Presidente enunciou três objectivos para que os EUA mantenham no mundo uma superioridade militar absoluta, indo portanto ao encontro da tese formulada no famoso documento secreto do Pentágono divulgado em Março p. p. pela imprensa norte-americana:

1. Reestruturar as Forças Armadas, adaptando-se às exigências da Nova Era;

2. Prolongar indefinidamente o momento histórico-militar unipolar;

3. Trabalhar com os «aliados» para a consolidação da democracia no mundo.

Segurança, democracia e economia formam, no dizer dos homens do Presidente, a trilogia da nova política externa dos EUA para a Nova Era, expressão que começa a ser utilizada com muita frequência.

No tocante a ameaças externas, Bill Clinton, instado a defini-las já depois da sua eleição, citou algumas, em resposta a perguntas embaraçosas dos jornalistas.

No seu entender, a segurança dos EUA será ameaçada, por exemplo, se a desordem se generalizar no território da ex-União Soviética, levando a conflitos armados entre repúblicas que dela fizeram parte. Outra hipótese que levantou foi a da disseminação de armas de destruição maciça, sejam elas nucleares, químicas ou biológicas. Uma terceira hipótese: tensões explosivas em regiões de grande importância estratégica ou irrupção da violência separatista dentro das fronteiras de um Estado mas que possa ameaçar outros (a alusão à Jugoslávia é transparente).

Como se verifica, os exemplos citados são de molde a oferecer justificações para a intervenção militar dos EUA em qualquer lugar da Terra.

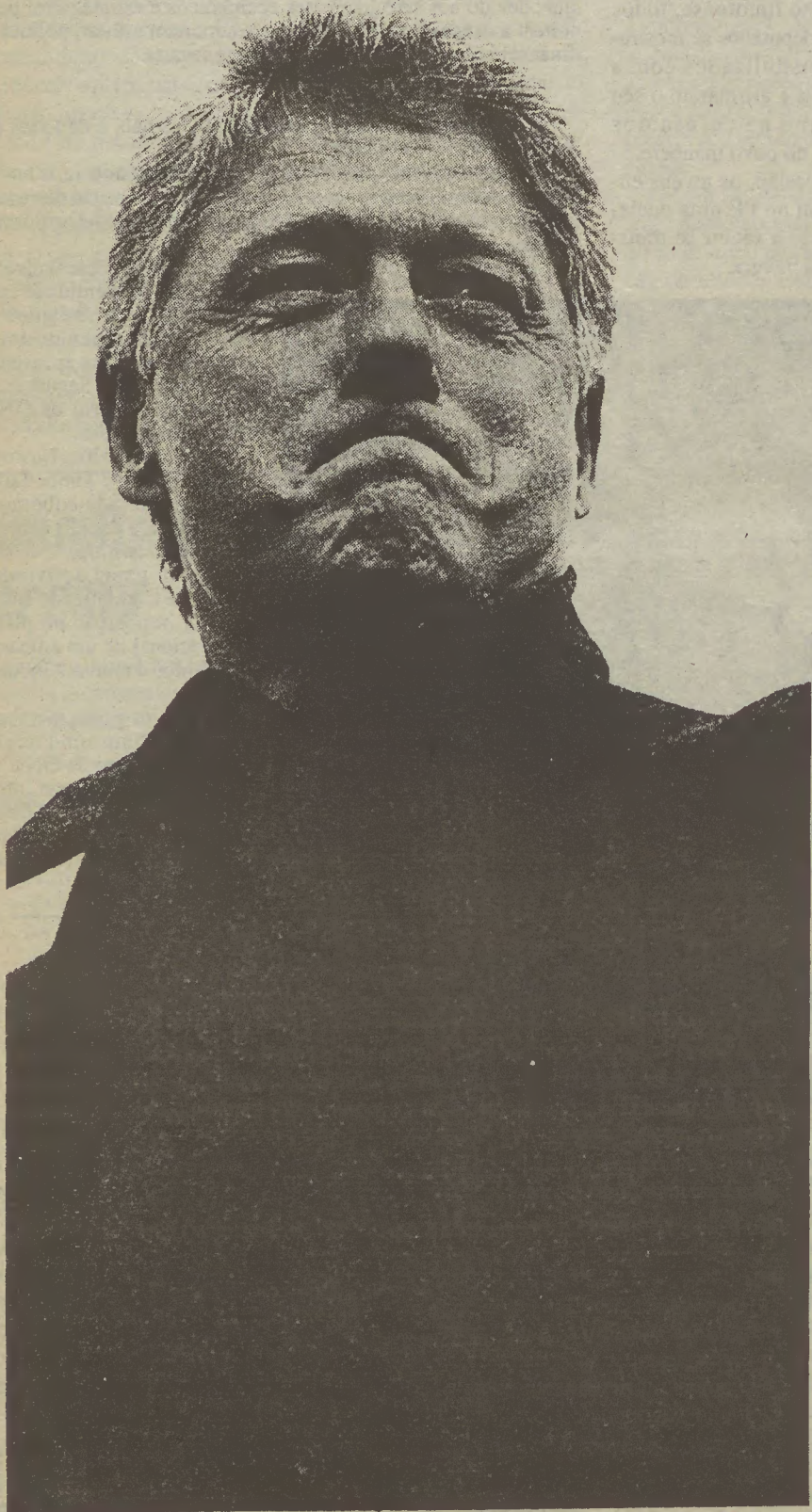
Bill Clinton entra na Casa Branca com um programa e um discurso que não abrem espaço para políticas soberanas de autêntica independência nacional, traçadas de acordo com os interesses de cada país.

Que tipo de Presidência será a sua?

Qualquer resposta seria prematura. Em primeiro lugar a pessoa do Presidente é menos determinante do que geralmente se pensa. A engrenagem do Poder, numa sociedade como a norte-americana, tem um funcionamento próprio que limita muito a acção do chefe do executivo.

Por ora, a perspectiva optimista e a pessimista são igualmente gratuitas.

Não está nas intenções de Bill Clinton (nem nas suas possibilidades) colocar o poderio dos EUA ao serviço do grande desígnio que aponta para a criação de «um mundo seguro, de liberdade e democracia». Longe disso. O que se sabe dos seus projectos suscita legítima inquietação. Mas, como dizem os cubanos, um presidente pior do que George Bush é uma impossibilidade. Esperemos para ver.



a retomar o desafio de 1946 e «construir um mundo seguro, de liberdade, democracia, mercados seguros e crescimento».

Clinton não foi, portanto sincero, porque tem consciência de que a Administração Truman, ao terminar a segunda guerra mundial, não perseguiu eses grandes objectivos.

O novo presidente dos EUA foi, porém, muito claro ao afirmar que fará o que estiver ao seu alcance para garantir e reforçar, no século XXI, a liderança mundial do seu país.

Grã-Bretanha

○ Supremo Tribunal de Londres declarou «ilegal» o plano do governo para o encerramento de mais de metade das minas de carvão britânicas, uma medida que colocaria no desemprego cerca de 30 000 pessoas.

O governo do primeiro-ministro John Major alega que não há mercado para o carvão havendo neste momento enormes quantidades daquele combustível armazenadas no país, que cada vez mais recorre ao uso de gás natural.

A primeira proposta governamental, apresentada no dia 13 de Outubro, apontava para o encerramento de 31 minas, proposta posteriormente alterada para 10 minas, devido aos vários protestos surgidos de todos os quadrantes, incluindo do Partido Conservador, no poder.

O presidente do Supremo, Iain Glidewell, afirmou que o tribunal decidiu que o plano original para o encerramento das 31 minas era ilegal, assim como a segunda proposta que aponta para o fecho de apenas 10 minas.

O Sindicato de Mineiros já reagiu com satisfação à deliberação do Supremo, afirmando que, após esta decisão, apenas resta ao governo revogar o seu plano e manter em funcionamento todas as 31 minas.

Itália

S eis milhões de italianos (10 por cento da população do país) vivem abaixo do limiar da pobreza, segundo um inquérito do Centro de Pesquisas Sociais de Itália (CENSIS), publicado em Roma.

O rendimento dessas pessoas é inferior a metade do rendimento médio nacional, entre 700 mil a 800 mil liras por mês (perto de 70 contos).

Segundo o CENSIS, perto de 400 mil pessoas vão juntar-se àquele número de pobres nos próximos meses, devido a política de contenção salarial e ao aumento de despesas com a saúde.

Os mais afectados são as famílias numerosas (26,1 por cento), depois as mulheres solitárias (11,6 por cento) e as famílias monoparentais (9,5 por cento).

A pobreza está mais espalhada no Sul do país.

Pela primeira vez, o CENSIS refere a progressiva entrada numa situação de indigência de uma parte da classe média, que tinha saído beneficiada com o «desenvolvimento económico dos anos 80».

A partir de Janeiro, as despesas com a saúde deverão afectar grandemente cerca de 15 milhões de pessoas, com a instauração de uma taxa fixa para beneficiar os serviços do médico convencionado e a diminuição da percentagem de reembolso.

Alemanha

M ais de 200 mil pessoas, empunhando velas e archotes, manifestaram-se em Berlim contra o racismo e a xenofobia na Alemanha.

Os habitantes da cidade colocaram velas e lanternas nas janelas e em frente das casas, como parte da manifestação, que contou com o apoio de organizações políticas, sindicais e religiosas.

Os manifestantes formaram uma cadeia humana com cerca de oito quilómetros de comprimento, desde a Praça Lustgarten, na Avenida Unter Den Linden, até a Praça Theodor Heuss, passando pela Porta de Brandenburgo.

Entre os manifestantes havia muitos estrangeiros residentes em Berlim.

Salvador

Pelo menos 100 pessoas foram assassinadas em 1992 pelos «esquadrões da morte», em El Salvador, denunciou o bispo auxiliar de São Salvador, Gregório Rosa Chavez.

Durante uma homília, o bispo disse que «em 1992 acabaram as violações ao cessar-fogo, mas infelizmente 14 salvadorenses foram mortos pela detonação de engenhos explosivos».

Em termos gerais, a igreja salvadorenha considera 1992 um «ano extraordinário», período em que «os céus abriram quando Deus escutou o clamor de todo um povo sedento de paz».

Depois da missa, Rosa Chavez afirmou aos jornalistas que os objectivos para 1993 são «a reconciliação da sociedade e a extrema pobreza», que segundo ele, «é também uma forma de violência».

O governo salvadorenho e a Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN), agora transformada em partido, assinaram em 16 de Janeiro, no México, acordos de paz que terminaram uma guerra de 11 anos que provocou dezenas de milhar de mortos e feridos.

Palestina

«Só há uma solução o fim da ocupação»

«Lançamos um apelo à ONU, e não ao Líbano porque respeitamos a sua soberania: já não temos uma gota de água potável desde ontem à noite e precisamos de uma grande quantidade de medicamentos devido à multiplicação de casos de desintéria, por causa da água poluída do ribeiro, e afecções pulmonares, em consequência do frio» — este um apelo, na noite de Natal, dos 415 deportados palestinianos.

Na mensagem de Natal «aos cristãos de todo o mundo», divulgada pelo porta-voz dos deportados, Abdel Aziz Al-Rantissi, pede-se: «da tristeza que pesa em cada uma das nossas casas, onde cada família perdeu um mártir, tem um filho preso ou um amado deportado».

A situação do grupo palestinianos encurralado entre Israel e o Líbano, tem vindo a deteriorar-se. Há doentes e feridos, e entretanto a Cruz Vermelha vê-se impedida de prestar assistência. O Comité Internacional da Cruz Vermelha pediu a TelAviv para autorizar a entrega de ajuda aos deportados através da zona do Sul do Líbano controlada por Israel, mas o governo do primeiro-ministro Yitzhak Rabin respondeu que a ajuda poderia ser entregue a partir do Líbano e que a Cruz Vermelha estaria a ser usada como instrumento para passar «propaganda contra Israel».

A situação gerada com as deportações está a ter consequências políticas, nomeadamente em Israel, onde a votação do executivo de

TelAviv — oito votos contra a entrega de ajuda e seis a favor — revela clivagens no seio do próprio governo.

Num comunicado emitido em Tunes, a Organização de Libertação da Palestina (OLP), afirma que o processo de paz se encontra bloqueado, por não ser permitido o regresso dos deportados e pede ao Conselho de Segurança da ONU para adoptar «uma resolução com carácter executivo contra Israel».

Reunidos no Cairo, os ministros dos Negócios Estrangeiros do Egipto, Síria, Jordânia e Líbano e o chefe do departamento político da OLP, Farouk Kadoumi, pediram às Nações Unidas que determine um prazo específico para a implementação da resolução 799 que

pede o regresso imediato dos deportados.

Entretanto em Israel, cerca de 200 presidentes de Câmara, vereadores municipais e deputados árabes manifestaram-se frente à sede do governo israelita, em Jerusalém, contra as deportações. Os representantes da população árabe exigiram das autoridades o regresso dos palestinianos expulsos, ao mesmo tempo que empunhavam cartazes onde se podia ler: «Não às deportações» e «Só há uma solução: o fim da ocupação».

Dias antes, os 750 000 árabes israelitas cumpriram uma greve geral de protesto, que afectou as escolas, transportes públicos, administração civil e comércio em todo o sector árabe de Israel.

Solidariedade com palestinianos deportados

«A pretexto do assassinato de um coronel do exército israelita, 415 palestinianos (que, na sua quase totalidade, já se encontravam na prisão) foram deportados, na realidade expulsos da sua Pátria, e nos territórios ocupados os palestinianos foram proibidos de sair da sua área de habitação» — sublinha-se em nota do Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC). «Nenhum inquérito, nenhum processo foi instaurado relativamente ao assassinato do coronel israelita. Todos os dias o exército israelita mata palestinianos, a maior parte jovens e adolescentes, transformando assim os territórios ocupados num imenso campo de concentração com mais de dois milhões de pessoas».

Em conclusão, a nota da Direcção Nacional do CPPC «dirige-se à consciência, à humanidade, ao dever e ao respeito pelo Direito e pela Lei Internacional para que o Governo Trabalhista de Israel pondere e ponha termo ao crime que está a cometer e à imensa dor que está a provocar em todos nós».

O CPPC apela também «para as Nações Unidas no sentido de fazer respeitar, por todos os meios ao seu alcance, as resoluções do Conselho de Segurança».

Também o Comité Português de Solidariedade com os Direitos do Povo Palestiniano apelou à comunidade internacional para que impeça Israel de «exercer chantagem e sabotar o processo de paz».

Em comunicado emitido na sequência da deportação dos mais de 400 palestinianos, o Comité considera que «a ONU, o Parlamento Europeu e os governos dos diferentes países têm a obrigação de exercer sobre Israel as formas de pressão previstas e legítimas no sentido de fazer respeitar as regras respeitantes aos direitos humanos».

Condenando a «barbárie e arrogância da atitude do governo israelita», o Comité exige o regresso dos palestinianos deportados e o fim das agressões de Israel para que seja restabelecido o clima adequado ao prosseguimento do processo de paz».

Economia mundial

Perspectivas pessimistas

A economia mundial conhecerá em 1993 um crescimento ainda menos acentuado do que o previsto anteriormente — 2,3 por cento contra 3,1 por cento, assinala o Fundo Monetário Internacional (FMI), num relatório em que revê as suas previsões de Setembro, revisão que, em si, é um facto inédito.

Uma «contração inesperada da actividade de numerosos países-chaves», tensões crescentes no comércio internacional e a crise monetária na Europa, e de forma mais atenuada no Canadá, levaram a esta revisão.

À excepção dos Estados Unidos, onde se admite um crescimento da actividade económica da ordem dos 3 por cento, os principais países industrializados estarão sujeitos a um aumento mais moderado da sua economia, 2 por cento contra os 2,9 por cento anteriormente estimados.

Note-se que esta ausência de recuperação ocorre depois de dois anos de crescimento débil ou mesmo de recessão, conforme os países.

Neste quadro prevê-se que a taxa de desemprego nos países industrializados atingirá os 7,7 por cento em 1992 e 8 por cento em 1993.

Será ainda mais pronunciada na CEE, onde deverá atingir 11 por cento em 1993, aumentando na Alemanha para os 8,5 por cento e situando-se entre os 10,5 por cento e os 11,5 por cento na França, Itália, Inglaterra e noutros países.

A debilidade da actividade económica influenciará também a inflação, que deve subir para os 3 por cento nos países industrializados em 1993.

Para os EUA, o FMI recomenda a redução do défice orçamental «com redução dos impostos para o investimento e aumentando-os nos consumidores». Ou seja — à custa dos trabalhadores, já profundamente afectados pelo crescente desemprego e as limitações crescentes na segurança social.

O último estudo da OCDE não é mais animador.

Em relatório sobre a situação dos 24 países industrializados seus membros, a OCDE (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico) prevê um crescimento económico não superior a 1,9% em 1993, contra 1,5% em 1992.

Em contrapartida, o crescimento será forte nos países para onde as multinacionais do Ocidente deslocam as suas empresas, na mira dos baixos salários e de uma mão-de-obra sem direitos.

Na Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong, Singapura, Tailândia e Malásia, o crescimento económico deverá aumentar dos actuais 6,5% para 6,8% em 1993 e 7% no ano seguinte.

Nos países da OCDE, o desemprego deverá atingir cerca de 34 milhões de pessoas, o que corresponde a 8,3% da população activa (contra 9,7% em 1992). A média da CEE deverá ser de 10,9%, não se prevendo qualquer baixa no desemprego até 1994.

Uma situação com gravíssimas consequências sociais, como é referido no próprio relatório da OCDE, que afirma: «Muitos dos que forem atingidos pelo desemprego nos próximos dois anos irão engrossar as filas dos desempregados de longa duração, com tudo o que isso acarreta em termos de erosão de competências, da moral e de dificuldades financeiras».

Avaliação dos alunos do Ensino Básico

Um sistema para produzir cidadãos de segunda?

A concretização, neste final do 1º período lectivo, do novo sistema de avaliação dos alunos dos 5º e 7º anos de escolaridade começa no meio de uma inaceitável confusão, por responsabilidade exclusiva do Ministério da Educação.

Não é a primeira vez que a Comissão para as Questões da Educação e do Ensino do PCP se pronuncia publicamente sobre esta matéria. Impõe-se, porém, retomá-la - os caminhos que o Ministério da Educação está a trilhar, pautados pelo total desrespeito pelo trabalho dos professores como profissionais, pelo esforço dos alunos, pelos pais e pelos seus interesses e direitos, pelas mais elementares regras científicas em matéria de avaliação obrigam a uma crítica veemente do que está a acontecer.

Qualquer sistema de avaliação de alunos não pode deixar de ser apreciado em diversos planos

deveriam ter feito: que os alunos deveriam ter mostrado em todas as disciplinas "iniciativa", "criatividade", "perseverança", "confiança em si próprio", "autonomia", "interesses diversificados", "avaliação do seu trabalho", "relação com os colegas", "relação com os adultos", "participação

O novo sistema de avaliação desrespeita o trabalho dos professores, o esforço dos alunos, os pais e os seus interesses e direitos, as mais elementares regras científicas.

ções concretas da escola e do meio respectivo, bem como a disponibilidade, motivação e empenho dos professores e dos demais intervenientes".

Ou, por outras palavras, "apoio educativo aos alunos com dificuldades" só depende de cada escola e da vontade dos professores. O Ministério, por si, não tem nada a fazer nem para criar as condições nem para estimular e preparar os professores.

É uma solução pouco séria para uma questão demasiado séria.

O Ministério da Educação, entretanto, joga cínicamente com o facto de já ter decidido em lei que todos os alunos passam de ano (tendo aprendido ou não) e tanto mais depressa quanto nenhuma acções de apoio educativo lhes tenham sido proporcionadas.



de análise: o plano científico-técnico de concepção; o plano do conteúdo escolar de aplicação; o plano dos efeitos sociais gerais da avaliação produzida.

O novo sistema de avaliação dos alunos do Ensino Básico, produzido pelo actual Ministério da Educação há cerca de seis meses, visou corrigir parcialmente um despacho de Roberto Carneiro que nunca chegara a ser aplicado e contra o qual existiu uma quase unanimidade de opiniões.

Mas se alguns erros grosseiros de concepção científica do "modelo Carneiro" foram eliminados nada foi feito no "modelo Couto dos Santos" para viabilizar o novo sistema nas escolas concretas que temos (cheias de carências de toda a ordem, como é sabido) nem foi abandonada a ideia de criar um falso sucesso escolar pela simples "proibição" administrativa (ou quase) de reprovação dos alunos.

E a provar que estas afirmações da Comissão para as Questões da Educação e do Ensino do PCP são legítimas, está o modo como o Ministério da Educação não viabilizou, em tempo oportuno, quaisquer medidas para uma aplicação séria do novo sistema de avaliação.

De facto, é agora, a escassos dias do fim do 1º período escolar, que professores e alunos tomam conhecimento do trabalho que o Ministério da Educação agora vem dizer implicitamente que

no trabalho de grupo", "atitude perante o ambiente", "respeito pela cultura portuguesa", "respeito por outros povos e culturas", etc., e que os professores o deveriam ter incentivado e observado.

Seria ridículo se não fosse, em certa medida trágico, e se não pudesse, porventura, distrair professores, alunos e pais de outras questões ainda mais graves que estas.

Com efeito, a presunção de que a reprovação dos alunos no final do ano deve passar a ser uma situação excepcional - o que, em si, é o maior e mais justo desejo de alunos, professores e pais - implica que em cada escola existam espaços, professores disponíveis e preparados, recursos pedagógicos de qualidade para oferecer aos alunos com dificuldades, e tão cedo quanto possível, medidas de apoio educativo que levem à superação das dificuldades diagnosticadas. Só assim existirá verdadeiro sucesso escolar.

A Comissão para as Questões da Educação e do Ensino do PCP não pode deixar passar em claro um ponto da nota enviada às escolas e aos professores, onde o Ministério da Educação, temendo porventura excessos de zelo profissional dos professores quanto às referidas acções para apoio aos alunos com dificuldades, estabelece quanto às propostas desta natureza que: "Não se presume um preenchimento total (do documento), mas uma utilização que tenha em conta as condi-

Poderá haver quem distraidamente pergunte: "E qual é o problema?" O Ministério da Educação pensou em tudo! Claro que não haverá diplomas de aproveitamento, ao fim de nove anos de escola, para os que, entretanto, pouco ou nada aprenderam. Dá-se-lhes um diploma de assiduidade - foram à escola. Não podem continuar a estudar. Que empregos poderão encontrar? Certamente, não dos melhores.

Serão os novos cidadãos portugueses de segunda.

É contra um edifício político desta natureza em matéria de avaliação dos alunos que, em nome dos interesses e direitos actuais e futuros destes, da dignidade dos professores e das escolas, de um futuro melhor para Portugal que também se constrói na educação, que a Comissão para as Questões da Educação e do Ensino do PCP não pode deixar de estar, não pode deixar de denunciar, não pode deixar de convidar à acção e à luta por melhores condições de trabalho nas escolas, por uma formação de qualidade dos professores, pela responsabilização efectiva do Estado e deste Governo no cumprimento dos preceitos constitucionais visando a igualdade de todos no acesso e sucesso escolares.

Dezembro de 1992

A Comissão para as Questões da Educação e do Ensino do PCP

O Governo manifesta um interesse pela dinamização da investigação científica em Portugal (Orçamento do Estado para 1992 - Produto Interno Bruto) para investigar ao impor um estrangulamento das diversas instituições que desenvolvem actividades em diversos domínios.

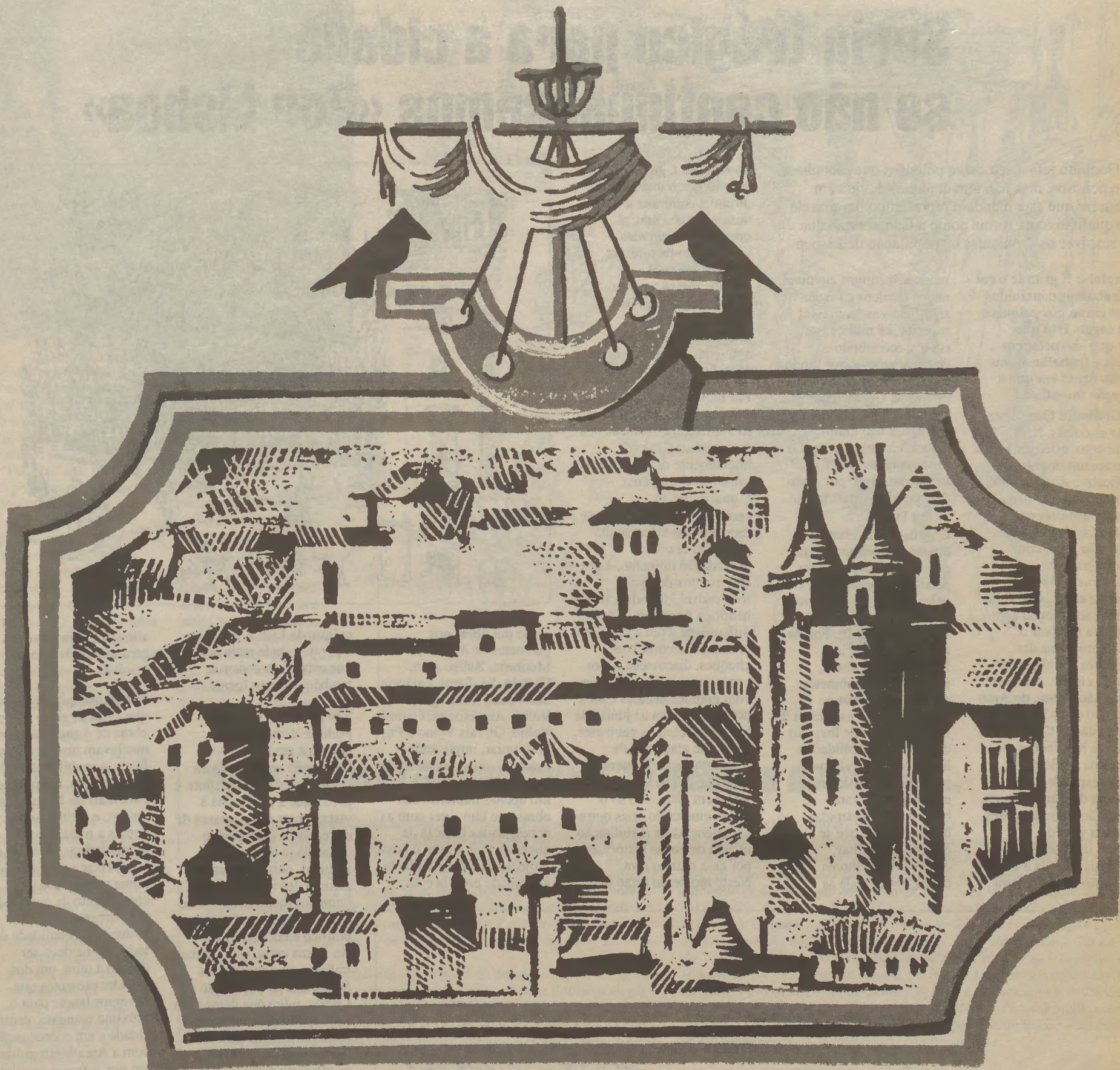
O orçamento global da JN (Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica) em 1991 totalizou 13,5 milhões de contos, dos quais 10 milhões foram aplicados através do programa CIENCIA (quase totalmente infra-estruturas). Apenas cerca de 3 milhões de contos foram destinados para financiamento de projectos de investigação e desenvolvimento experimental (incluindo actividades ligadas à participação em organizações internacionais e à formação e desenvolvimento de recursos humanos). Este programa deve ser completado com o financiamento da execução do programa STRE (1992) estar sensivelmente afectado pelo facto também de o resultado do concurso aberto no âmbito do Programa de Base de Investigação Científica e Tecnológica ter apenas satisfeito uma pequena fracção ínfima dos projectos apresentados no concurso para financiamento.

Devemos recordar que dois programas de financiamento de fundos estruturais da CEE (de onde provém o FEDER e o FSE), e que se encontram a acontecer com o programa de financiamento de actividades de I&D (Investigação e Desenvolvimento) em Portugal. Por outro lado é de assinalar que no âmbito do corrente Programa de Financiamento de Actividades de I&D (Investigação e Desenvolvimento) Tecnológico (1990-94), não obstante a sua função dever em princípio ser de financiamento de projectos de investigação de 8,0 milhões de contos, não muito superiores para as actividades de I&D (Investigação e Desenvolvimento) (mental).



Avante!

SUPLEMENTO



POR LISBOA

«Avante!» entrevista Rui Godinho

vereador do Saneamento, da Limpeza e Higiene Urbana e da Reabilitação Urbana, e presidente substituto da CML

Seria trágico para a cidade se não continuássemos «Por Lisboa»

Rui Godinho tem a seu cargo pelouros que reconhece como penosos, mas não tem qualquer dúvida em considerar que este mandato representou um grande salto qualitativo na forma como a Câmara trabalha para resolver os problemas da população de Lisboa

«Avante!»: É grande o rol dos trabalhos concluídos ou em curso nos pelouros a teu cargo. Isto quer dizer que são pelouros difíceis e trabalhosos ou que são áreas em que a coligação investiu?

Rui Godinho: Quer dizer ambas as coisas. No saneamento, estão em curso e tiveram um impulso significativo durante 1992 algumas das obras mais importantes feitas em Lisboa para despoluir o estuário do Tejo, com destaque para os interceptores Algés-Alcântara e av. 24 de Julho. Também se avançou com obras para resolver o crónico problema das inundações em algumas zonas da cidade, como as ruas de São Bento, do Arco Carvalhão e das Portas de Santo Antão, a Calçada do Galvão, a Madreus e a plataforma de Beirolos. Isto corresponde a uma estratégia da Câmara numa das suas áreas importantes que tem a ver com a melhoria das condições ambientais de toda a zona do estuário do Tejo. Para

isso conseguimos envolver meios técnicos e financeiros significativos, num total superior a 5 milhões de contos, recorrendo designadamente aos fundos estruturais, através do Programa Operacional da Grande Lisboa (em condições não muito favoráveis, uma vez que o financiamento do FEDER foi apenas de 50 por cento, quando pode financiar até 70 por cento).

É verdade que estes são alguns dos pelouros mais difíceis da Câmara, quer pela sua complexidade e pelos meios que envolvem, quer por serem uma inovação na CML. Fomos nós que criámos a Reabilitação Urbana, instalámos os gabinetes dentro dos bairros e definimos uma estratégia de intervenção onde lhes são dadas responsabilidades horizontais por vários serviços dentro de áreas específicas na zona histórica, consideradas homogêneas e que se pretende reabilitar, conferindo melhores condições de vida às

populações e garantindo às populações o inalienável direito a continuar a viver nessas áreas. Estas são operações integradas, envolvendo factores de ordem estrutural, arquitectónica e urbanística, mas também questões de cultura, de impacte e intervenção social, de ambiente, de ocupação de espaços livres...

Por minha proposta, a Câmara optou por juntar a Reabilitação Urbana às três áreas estratégicas inicialmente definidas. Seria impensável que uma Câmara com as características políticas que esta tem não atacasse um problema como a degradação iminente, e que alguns consideravam irreversível, de toda a zona histórica da cidade. Com dificuldade, com erros, com avanços e recuos, com choques, discussões e, por vezes, com incompreensões, com grandes debates com a população, com as juntas de freguesia, com os gabinetes, creio que atacámos de forma correcta. E quando digo que é uma inovação, tenho em vista, não só o nosso município, mas outras experiências de reabilitação urbana de zonas históricas por esse mundo fora. Neste momento estão em



curso mil obras nos gabinetes de Alfama, Mouraria, Bairro Alto, Castelo, Sé, Santa Catarina, São Paulo, Madragoa, Lapa Velha, Ameixoeira, Carnide Velho, Olivais Velho e Paço do Lumiar, implicando investimentos da ordem dos 3 milhões de contos. Não são apenas números, são obras que têm a ver com as necessidades básicas de quem ali vive e com o nosso projecto de salvaguarda da identidade própria e da

cultura da Lisboa histórica, a par da cidade mais nova que estamos a construir também noutros locais.

São pelouros pesados?

Pode-se dizer que são pelouros pesados. Mas foram-nos entregues para resolvermos os problemas, e penso que a prova está à vista: temos sido capazes de os resolver, com grande capacidade técnica dos serviços, com um grande esforço dos recursos humanos disponíveis e com o devido acompanhamento político e coordenação. Na forma como esta Câmara trabalha para resolver os problemas da população de Lisboa, julgo que demos um salto qualitativo enorme relativamente ao passado, nestas como noutras áreas: as infraestruturas viárias estavam atrasadas há anos; estamos a fazer um esforço sério na construção de habitação social e na resolução dos problemas ligados ao realojamento; antes não só não havia planos, como quando os havia não eram respeitados, quer planos de pormenor, quer de urbanização em geral, e nós não só estamos a obrigar a que a intervenção urbanística se faça em obediência a planos (de pormenor, parciais, ou o Plano Geral de Urbanização ainda em vigor), como teremos pronto até meados de 1993 o novo Plano Director da Cidade.

Na diferença que é em si o mandato iniciado em 1990, o que distingue o ano de 1992?

Este ano tem a característica de ser o terceiro de um mandato de 4 anos, um ano em que há um grande esforço de consolidação das obras lançadas nos anos anteriores; de consolidação ou, pelo menos, de expansão das obras e dos empreendimentos lançados antes. 1993 será um ano de

afinação, para terminar, para consolidar, para resolver.

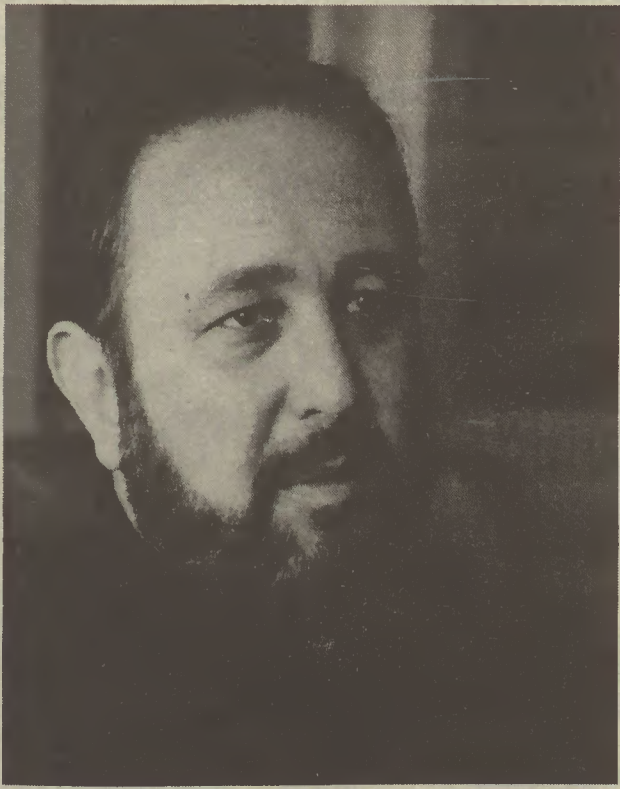
Mas penso que as obras de que Lisboa carece não são obras de 4 anos, são obras que levam mais tempo a fazer. A reabilitação urbana, por exemplo, é um projecto para mais de 10 anos, pelo menos, e continuando depois a trabalhar sob outras formas para preservar e valorizar a zona histórica, numa perspectiva de crescimento da qualidade da vida urbana.

Aumentar a qualidade da vida urbana deve ser, quanto a mim, um dos grandes projectos que devemos lançar para o próximo mandato, dentro da cidade e em coordenação com a Área Metropolitana em que estamos envolvidos. Outra linha de força é o reequilíbrio da cidade, aproveitando a Expo 98 para requalificar, reabilitar, reordenar toda a zona oriental de Lisboa.

O facto de falares nestes termos em próximo mandato significa que a Coligação «Por Lisboa» vai continuar?

Os dois principais partidos já fizeram declarações inequívocas, ao mais alto nível, afirmando que a coligação é para prosseguir. Pessoalmente, creio que se a Coligação «Por Lisboa» não se mantivesse e se não lhe fosse dada a oportunidade de continuar o trabalho que está a fazer, seria um erro trágico para todos, mas principalmente para a cidade. Com declarações repetidas dos mais altos responsáveis, parece-me evidente que a coligação vai permanecer. Agora, é preciso passar ao trabalho concreto: ver em que termos, dar conteúdo ao acordo, negociar os aspectos concretos, como se fez em 1989. Creio que até os nossos





adversários políticos reconhecem hoje que o trabalho desta coligação tem sido um trabalho meritório, e isso viu-se há duas semanas, numa sondagem do "Público" que mostrava 57,3 por cento do eleitorado do PSD/CDS a achar que fizemos bom trabalho. Logo que ganhámos as eleições disse em várias ocasiões que a Coligação «Por Lisboa» abateu alguns tabus na sociedade portuguesa. O primeiro tabu era que comunistas e socialistas não se entendiam - e entenderam-se. O segundo era que, se se entendessem, afastavam votos - e não só não afastaram, como acrescentaram votos aos que cada partido tinha individualmente. O terceiro era o tabu de que comunistas e socialistas não eram capazes de gerir bem o Governo ou, no caso, uma cidade como Lisboa - e a demonstração está à vista, proporcionando condições para que este terceiro tabu seja também enterrado. Estamos a trabalhar melhor que a direita e, nos tempos que correm, isto é importante que seja dito para todos, para toda a gente, de todos os quadrantes políticos.

Foi em 1992 que o PCP perdeu um vereador independente. É um problema já ultrapassado?

Assumi comigo próprio o compromisso de não tecer mais comentários sobre esse assunto. A Coligação «Por Lisboa» na Câmara, de 1989 a 1993, incluiu 4 vereadores indicados pelo PCP. Penso que é assim que deve continuar no próximo mandato.

Além do rol das obras nos pelouros da tua responsabilidade, foste ainda por várias vezes presidente substituto.

É o que está a acontecer agora: estou a despachar tudo o que é dos meus pelouros e tudo o que é dos outros vereadores e do presidente.

Foi frequente isso suceder em 1992?

Sucedeu algumas vezes. Nos termos do acordo da coligação, sou presidente substituído de 4 em 4 meses, rotativamente com João Soares. Agora, até estou como presidente substituído em exercício, porque Jorge

Sampaio está de baixa devido à operação que fez há já umas semanas. Nestas funções tenho procurado responder da forma como respondo à gestão dos meus pelouros: coordenar a equipa de vereadores como posso e sei, sem quebras de ritmo e sem quebras no funcionamento da Câmara. Estou ao corrente do que é necessário estar para substituir o presidente nestas circunstâncias e tenho procurado dar as melhores respostas que esta função requer. Creio que não se tem notado nenhuma diminuição da capacidade de intervenção da Câmara.



Onde (quase) se gastaram 15 milhões de contos...

Foi neste ano de 1992 que se tornaram reconhecíveis muitos dos resultados de um trabalho de base, iniciado nos dois anos anteriores da gestão «Por Lisboa» em pelouros da responsabilidade de Rui Godinho. O trabalho nas áreas do saneamento, resíduos sólidos e reabilitação urbana, muito dele necessário e vital para a cidade há já muitos anos, foi finalmente concretizado, numa fase muitas vezes pouco visível de um intenso esforço que durante o ano que finda começou a surgir à luz do dia e que durante o ano que se inicia aparecerá na sua maior parte à superfície ou, se quisermos, aos olhos dos lisboetas...

Sonhar com uma capital em que os níveis de poluição das águas, nomeadamente do rio Tejo, regressem aos dos anos 40 num futuro próximo e venham até a descer aos níveis do princípio do século poderia parecer utópico ou irrealizável. Não é. Quando ficar concluído o sistema geral de esgotos de Lisboa essa será uma realidade possível. João Galdes, chefe do gabinete do vereador Rui Godinho, afirmaria ao «Avante!» que isso será possível, pois até 1998 as três estações de tratamento de águas residuais (Alcântara, Chelas e Beirolos) terão sistemas de tratamento secundário, indo a de Beirolos a beneficiar de uma sistema terciário que permitirá a reutilização das águas para fins industriais.

Até ao final do ano que vem, estarão concluídos os interceptores de esgotos de Algés/Alcântara e da Avenida 24 de Julho, os colectores da Calçada do Galvão, Rua de São Lázaro, Terreiro do Paço/Santa Apolónia, Alameda do Beato/Avenida Infante Dom Henrique, Rua de Xabregas, Quinta Monteiro Mor/Paço do Lumiar, o prolongamento do colector da Avenida do Uruguai, a reconstrução do sistema de esgotos da baixa pombalina, e a instalação de um sistema vídeo de inspecção da rede de esgotos.

Uma quantidade de obras impressionante, na sua grande maioria já em curso e muitas vezes em coordenação com outras entidades como a EDP, EPAL, Gás de Portugal e Carris. Trabalhos responsáveis pelo «esvaziamento» de largas zonas da cidade nos últimos tempos e pela remodelação de inúmeras estruturas essenciais: rede de águas, electricidade, rede viária. «Nem sempre essa coordenação corre da melhor forma, como é o caso, por exemplo, das obras na 24 de Julho, mas pensamos que as coisas correrão melhor depois da recente assinatura de um protocolo entre a Câmara e essas diversas entidades, visando acabar com os atrasos nos trabalhos ou o frequente «tapa-destapa» sucessivo em determinadas ruas que a persistente descoordenação provoca», disse João Galdes.

Concluídos ficaram já os colectores da Rua de São Bento (uma reconstrução integral de um equipamento com mais de 100 anos), da Rua e Travessa do Possolo, da Avenida José Malhoa e o sistema de drenagem de esgotos da Plataforma de Beirolos. Em toda esta remodelação do sistema de esgotos lisboeta ficaram investidos três milhões e 900 mil contos, tudo para ficar escondido por debaixo da terra...

Recuperar património edificado

Mas a área da responsabilidade de Rui Godinho que absorve mais verbas é a da reabilitação urbana: só em obras em curso ou recentemente executadas contabilizam-se cerca de sete milhões de contos que abrangeram 26 mil e 427 casas nos bairros de Alfama, Mouraria, Madragoa, Carnide, Bair-

ro Alto, Ameixoeira, Olivais Velho e de pátios e vilas operárias. Os dinheiros vieram da Câmara, do IGAPHE e no âmbito do projecto RECREIA.

A estes dinheiros teremos de juntar um milhão e 600 mil contos de intervenções diversas em obras que estão em curso. Em Alfama a recuperação do Convento do Salvador, do edifício do SCAIL, do Largo do Chafariz de Dentro e edifício do Recinto da Praia (onde ficará instalada a Orquestra Metropolitana de Lisboa e a Academia Superior de Orquestra), do Largo e Igreja de Santo António. Na Mouraria a recuperação do Palácio e Largo da Rosa, do Teatro Taborada, dos Palácios Marquês de Tancos e dos Távoras, do Quarteirão 1A e do Largo da Achada. No Bairro Alto a recuperação do Alto do Longo, dos quarteirões de Santa Catarina e Encarnação e do Palácio Marquês de Pombal e Largo da Academia de Ciências. Junte-se ainda a recuperação do Palácio Pancas-Palha em Santa Apolónia, do Baluarte do Livramento em Alcântara e de Barbadinhos/Santos-o-Novo.

Lixos

No domínio da limpeza e higiene urbana, o principal trabalho desenvolvido diz respeito à melhoria e optimização do sistema existente na remoção doméstica de lixos. Uma remoção hermética e totalmente mecanizada está a funcionar em toda a cidade desde há 14 anos mas agora levou novos ajustamentos: a realidade mudou e em 1979 o lixo doméstico lisboeta tinha cerca de 56 por cento de matéria orgânica enquanto hoje essa percentagem desceu para os 22 por cento, sendo todo o resto constituído por materiais inertes.

Esta mudança qualitativa obrigou à redefinição da estratégia seguida no tratamento e recolha destes lixos. Em curso está a introdução de um sistema de remoção selectiva de papel destinado a reciclagem e de circuitos de remoção não diária de resíduos sólidos domésticos em algumas áreas de Lisboa. Também a realizar-se está a construção e recuperação de nove postos de limpeza e foram gastos 293 mil contos no reequipamento dos serviços de limpeza (o que inclui, por exemplo, a aquisição de contentores, papeleiras ou varredoras mecânicas de pequena e média capacidade).

A renovação da frota de limpeza, um estudo para a criação de instalações sanitárias e a construção, conservação e remodelação de instalações sanitárias, balneários e lavadouros públicos municipais foram outros trabalhos entretanto efectuados ou em curso nesta área, assim como o lançamento do processo de luta contra a poluição por dejectos caninos, a construção de um novo canilgatil do município e a renovação e reequipamento dos cemitérios municipais.

Obras de grande envergadura em curso são o início da construção do novo cemitério de Carnide, a recuperação e ampliação da estação de tratamentos sólidos de Beirolos e o desenvolvimento de um projecto para remoção, transporte e tratamento final de resíduos sólidos hospitalares contaminados, de importância vital para a saúde pública, obras estas que envolvem investimentos da ordem do milhão e setecentos mil contos.

Com base nos dados fornecidos pelo chefe do gabinete de Rui Godinho, somámos as parcelas e chegámos a esta conclusão: para estas obras recentes ou em curso, estes pelouros implicaram o investimento em Lisboa de cerca de 14 milhões e 900 mil contos, certamente não demasiado para a extensão do trabalho que aqui se deu conta.

«Avante!» entrevista Jorge Sampaio
presidente da Câmara Municipal de Lisboa

É preciso que esta cidade seja agradável de viver e trabalhar

O dr. Jorge Sampaio, presidente da Câmara Municipal de Lisboa no quadro da Coligação «Por Lisboa», deu uma entrevista ao «Avante!» onde, em diálogo fluente, nos falou do que está a mudar na capital graças ao trabalho desenvolvido pelo actual executivo camarário, fazendo o contraponto entre o casuísmo que imperava na gestão da cidade e o trabalho planificado que há três anos actua em profundidade sobre os problemas e necessidades de Lisboa. A ilustrar o bom relacionamento entre as duas principais forças da Coligação que governa a capital — PCP e PS — o nosso entrevistado assinalou que a melhor prova desse bom funcionamento está no facto de ninguém falar dela e, sim, do seu bom trabalho.

Começando por fazer um breve balanço do trabalho já realizado, o dr. Jorge Sampaio recordou que “nos defrontámos com a necessidade de atacar simultaneamente várias frentes de problemas, o que é sempre uma pressão muito grande, quer financeira, quer de gestão. Tivemos que considerar prioritárias as questões da habitação, do saneamento básico, das vias e das acessibilidades, e ao mesmo tempo não descuidar a necessidade de avançar nas questões do ambiente, culturais, do desporto e da juventude, e por aí fora, o que significa que a cidade de Lisboa tem problemas que são de há muitos anos atrás, tem os problemas de hoje e tem que olhar muito seriamente para a forma como se pode apetrechar para resolver os problemas do futuro. O que significa que a gestão municipal está confrontada, como eu costumava dizer, com problemas que cobrem o espaço de 20 anos”. Entretanto verificou-se “uma ausência grande de investimento na cidade de Lisboa nas últimas duas décadas e, na última, de planeamento e de ordenamento, quer no território da cidade de Lisboa quer na respectiva área metropolitana, e, portanto, confrontamos hoje com condições de vida muito difíceis, talvez das mais difíceis que se verificam em Portugal, pelo menos no chamado país urbano”.

Um salto importante

Aqui, o presidente da Câmara Municipal de Lisboa enunciou, ainda que sucintamente, o muito que já se fez para alterar a situação: “Ora se olharmos para o que se pôde desenrolar em matéria de habitação, para o que se está a fazer em relação ao saneamento básico, para o salto que se deu quanto a acessibilidades e vias de comunicação (quer na sua reparação, quer no lançamento de novas), o esforço que se está a desenvolver em matéria de planeamento urbanístico

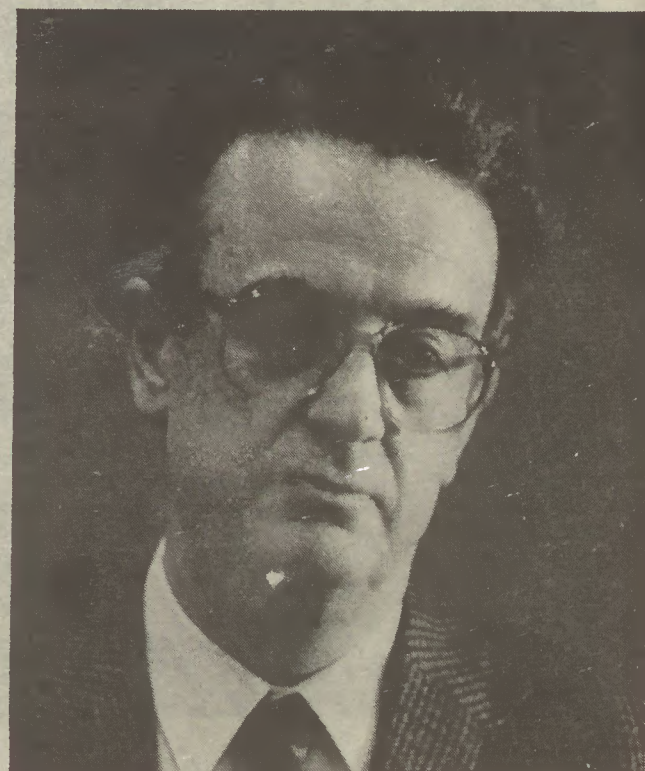
(lançando e avançando com o plano estratégico, entrando em fase acelerada na preparação do plano director municipal ou tratando dos vários planos de pormenor para certas áreas da cidade), o esforço e concretização que se verificou em matéria de espaços verdes e de ambiente, nomeadamente com a aparição do parque juvenil da Serafina ou a remodelação de Monsanto com a criação da estrutura verde principal, se olharmos ainda para a oferta cultural na cidade, quer na perspectiva da recuperação do património, quer no conjunto diversificado de manifestações culturais que se realizaram, penso que isto corresponde a um salto importante, agora acompanhado por uma reorganização administrativa que

estamos a desenvolver e, decerto, será uma preocupação fundamental no segundo mandato. “Penso, portanto, que estamos a alterar as condições desta cidade, estamos a fazer um trabalho programado, com os objectivos de fundo bem planificados e que se traduzem nisto: é preciso que esta cidade seja agradável para viver e trabalhar, que nela não haja tão profundas diferenças sociais, que tenha uma base competitiva ao nível das cidades europeias modernas, o que significa a modernização das suas actividades, uma qualidade ambiental muito superior à que tem hoje, que seja um centro desta área metropolitana, sem perder de vista as necessárias individualidade e capacidade dos outros municípios, mas também não esquecendo que Lisboa, enquanto cidade, é o centro motor desta área metropolitana”.

O desafio fundamental

Entretanto “estamos na antecâmara de duas iniciativas de valor diverso

- Lisboa Capital Europeia da Cultura em 1994 e a Exposição de 1998”. São “elementos dinamizadores, que criam eles próprios efeitos importantes do ponto de vista económico, cultural e do ordenamento”, estando assim Lisboa colocada perante novos desafios que, para Jorge Sampaio, “implicam a continuação desta estratégia que está a ser desenhada, a sua confirmação e até o seu aperfeiçoamento”. Acrescentando-se “uma máquina administrativa mais oleada e mais descentralizada sempre onde o puder ser, a consolidação dos aspectos do planeamento urbanístico, nomeadamente no que resultar da aprovação de um Plano Director Municipal” e uma administração financeira “que tem sido sábia, num contexto de grandes dificuldades para as finanças municipais no seu conjunto”, com estes instrumentos o presidente da Câmara Municipal de Lisboa espera que “consigamos manter os objectivos propostos”. Por outro lado nem sequer tempo há para olhar para trás. “A exigência e as expectativas das populações são tão



grandes — afirma Jorge Sampaio —, o estado das carências é tão evidente, que isso implica uma permanente actividade”. Mas Lisboa tem as suas especificidades, pormenor que, para o nosso entrevistado, não tem sido devidamente realçado: “A capital tem responsabilidades acrescidas em relação a quaisquer outras cidades do continente; tem de ter condições para albergar e satisfazer a procura de serviços de um conjunto vasto de pessoas muito mais elevado do que a sua própria população residente, tem funções institucionais e de alojamento de um conjunto imenso de serviços do Estado e, por consequência, a capital tem que ser dotada dos mecanismos financeiros e organizativos legais que lhe permitam maior agilidade e maior capacidade para intervir

naquilo para que é constantemente chamada”, frisou, acrescentando: “Isto parece ser o desafio fundamental da próxima década, que é saber em que medida a administração municipal da capital, como centro do País e da sua área metropolitana, vai ou não estar em condições, habilitada financeira e estrategicamente, para poder responder aos desafios que eu enunciei e que, no fundo, continuam a ser os objectivos da administração municipal”.

Coligação «Por Lisboa»: a perspectiva da cidade

Quisemos saber a opinião do presidente da Câmara Municipal de Lisboa sobre o funcionamento e relacionamento das duas principais forças políticas que a integram, o PCP e o PS, e a resposta não se fez esperar: “Sinceramente, e por estranho que isto possa parecer, penso que o melhor elogio que se pode fazer à Coligação «Por Lisboa» tem a ver com a circunstância de não se falar dela. Hoje fala-se muito mais na cidade do que se falava há três ou quatro anos, as pessoas discutem os problemas da cidade e eu penso que isso é muitíssimo positivo. Digamos que a Coligação entrou nos hábitos da capital. Porquê?!... Porque tinha um plano que tem estado a aplicar, com os ajustamentos que sempre são necessários. As pessoas encontraram formas de convivência entre si muito importantes, nós temos mantido fiéis ao desenvolvimento dos compromissos políticos que assinámos em 1989, ninguém está a discutir a teoria política mais elaborada que qualquer dos partidos a que pertencemos certamente discutirá, com as divergências que se conhecem. Pelo contrário, temos uma base teórica relativamente à cidade que foi muito discutida na preparação eleitoral de 89, e essa tem dado os seus frutos, porque não só permitiu um aprofundamento — a que

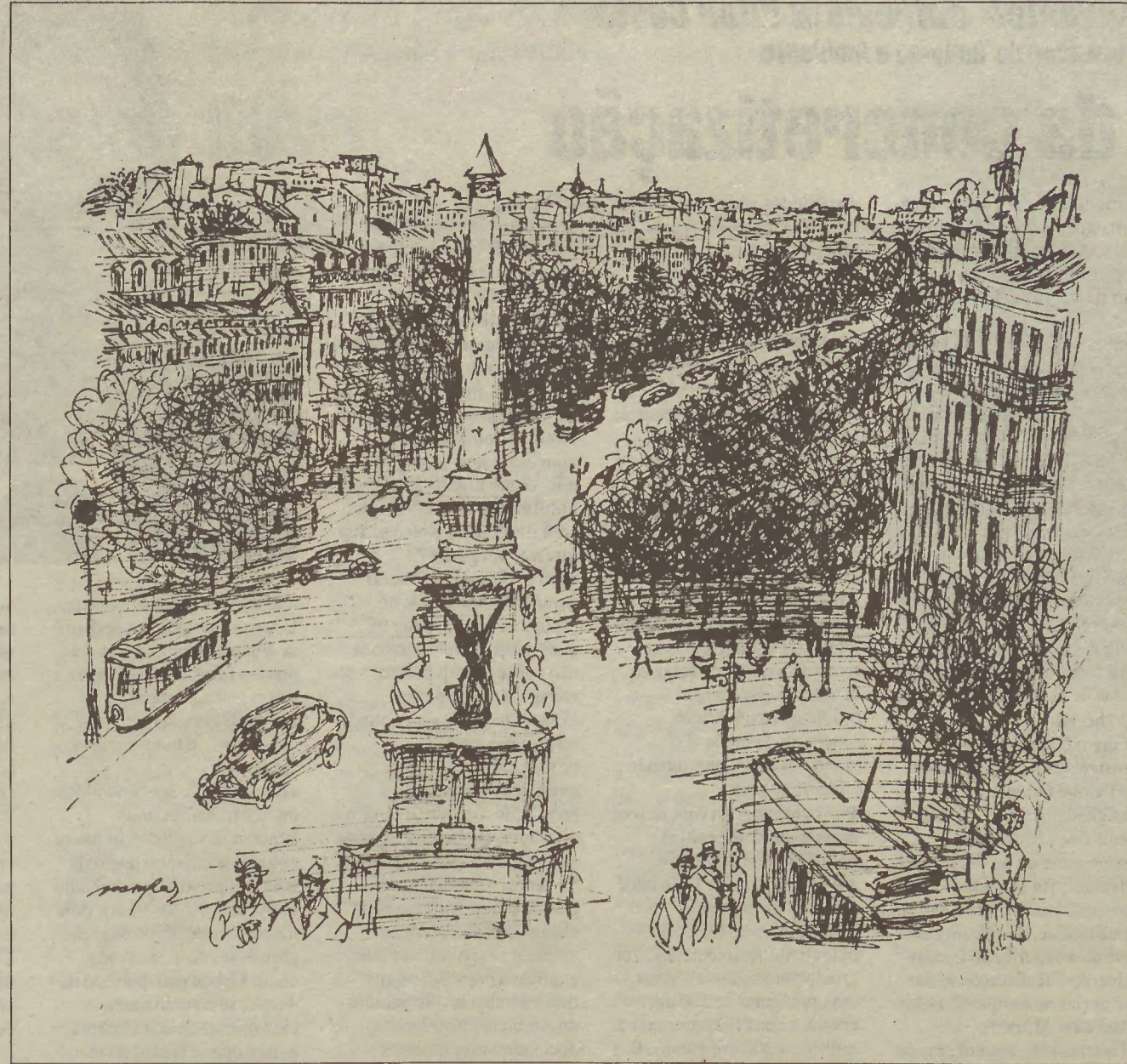


hoje se junta a experiência de três anos — como permitiu que conosco também estivesse a trabalhar um diversificado número de pessoas das mais diferentes proveniências, e isso eu penso ser fundamental para termos sempre uma massa crítica que permita avançar. Donde, quando eu digo que não se fala da Coligação, significa que ela está a trabalhar e que tem, penso eu, provado bem: com equilíbrio, com razoabilidade”.

E Jorge Sampaio acrescentou: “Por isso eu tenho dito — disse-o desde o princípio, quando declarei a minha disponibilidade para me recandidatar — que, para mim, a forma que existe é uma forma que se deve manter, sobretudo na perspectiva da cidade. É natural que cada partido tenha, porventura, uma leitura diversa de tudo isto, mas folgo em ler que os partidos, pelo menos os principais partidos que fazem parte da Coligação, também têm uma leitura positiva desta experiência. Por isso mesmo eu penso que esta experiência deve continuar, porque o seu objectivo é demonstrar que se é capaz de abordar as questões da cidade e da capital de uma forma coerente, e que estão criadas as condições para agora investirmos também na qualidade. Esta cidade está apouquetada por problemas de quantidade, mas também de qualidade. Agora também temos de atacar os problemas da qualidade. Assim, francamente, estou disponível para repetir a experiência da Coligação e continuá-la na forma como se tem estado a processar”.

Do casuísmo ao novo tipo

Tornava-se evidente, no decorrer da conversa, a importância do planeamento que a nova gestão da Câmara Municipal de Lisboa trouxera à capital. Jorge Sampaio concordou: “É efectivamente verdade que a tradição do planeamento não existia na CML, neste sentido moderno e actual do termo, nomeadamente em matéria de planeamento urbanístico. Nós tivemos que desencadear o planeamento municipal, o plano estratégico...” Interrompemos, manifestando a ideia de que nas anteriores gestões não havia qualquer espécie de planeamento, tudo era feito ao sabor de improvisos que até queriam “incendiar a cidade”. Jorge Sampaio prosseguiu, integrando a questão:



“...Havia estudos diversos, sem orientação comum, imperava o casuísmo, como acabou de dizer, e o casuísmo é mau conselheiro quando se trata de ter uma visão global e integrada da cidade. A capital não pode comportar certas aventuras, o nosso espaço é diminuto, o que significa a necessidade de articularmos muito bem as opções urbanísticas. Lisboa é uma cidade que está a perder população, precisa de ser rejuvenescida, de ver a população devolvida para o seu interior, e tudo isto são opções que exigem ponderação e uma estratégia prosseguida com vontade política”.

Quanto ao funcionamento com o Poder Central, Jorge Sampaio dividiu a questão, falando, em primeiro lugar, do relacionamento directo da Câmara de Lisboa, a mais importante do País.

“A autarquia faz parte de um poder, que é o municipal, e portanto tem uma autoridade democrática inquestionável e deve pugnar por aquilo que julga indispensável para a prossecução dos seus planos. São relações que neste momento considero normais, acho que em certas áreas do passado foram piores, mas também considero que estamos com um certo relacionamento normalizado; ninguém se ilude, as carências e as dificuldades são muito grandes, e espero que pelo menos este relacionamento institucional se mantenha no ano difícil de 1993. Espero-o sinceramente, pela cidade de Lisboa e a sua população; nós temos considerado e eu tenho

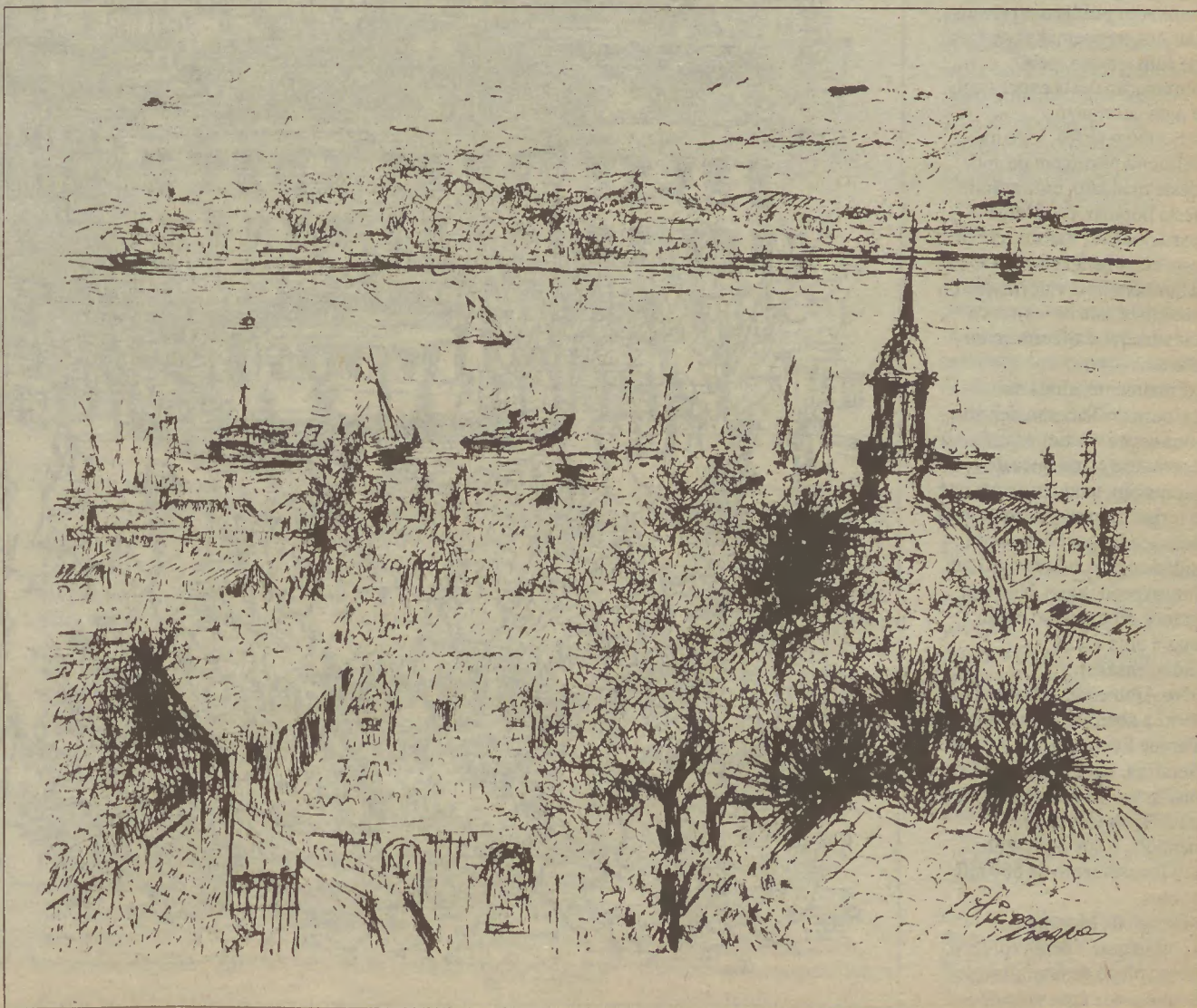
considerado, pessoalmente, que não sou apenas presidente de quem me elegeu, sou presidente da CML, e o mesmo tem acontecido com os meus colegas de vereação. Isto é importantíssimo. As pessoas, no fundo, querem é os seus problemas resolvidos. Nós não vamos traficar em matéria das nossas próprias convicções, como é sabido, com certeza; as pessoas esperam de nós um

comportamento institucional. Também suponho que o exigem do Governo”. Mas do ponto de vista geral, “já me preocupa muito mais: as dificuldades de desenvolvimento económico, o problema da diminuição das verbas para as autarquias, os perigos sérios que Lisboa corre de se ver desapossada daquilo que recebe por via das derramas, a circunstância de, em Portugal, o Poder

Local receber do Estado uma percentagem menor que em muitos países europeus, tudo isto são questões que revelam uma ausência efectiva de diálogo institucional, assumido como algo permanente e não como uma coisa que se tem de fazer por causa do OE. Neste sentido — frisou — encaro a realidade com um certo pessimismo: depois da história do FEF — uma negociação que não teve quaisquer consequências

— a circunstância de irmos atravessar uns anos de contenção, pelo menos a nível público, isso obriga-me a estar preocupado em relação ao futuro, a começar pela Câmara de Lisboa, que pode ver as suas receitas diminuídas. E aí, sim, eu penso que é necessário encontrar um relacionamento de tipo novo”.

Estávamos no final da entrevista, mas ainda pusemos a questão da Grande Exposição de 1998, que anda a levantar algumas apreensões. Jorge Sampaio considerou tratar-se, de facto, de algo muito complexo e que “as Câmaras de Lisboa e Loures participarão, com certeza, nesse processo na medida das suas possibilidades”. Assim as preocupações são compreensíveis, “mas — sublinhou Jorge Sampaio — penso que não temos razões para isso, na medida em que o problema mais importante é a questão do próprio desenvolvimento económico de Portugal, onde se encontra um conjunto de actividades que já estão em situação de crise muito grande — e essa crise não é imputável a um acontecimento que ainda não se realizou e para o qual não há ainda nenhum acto concreto no terreno”. E reiterou: “A grande questão é a reconversão industrial e do nosso tecido produtivo”.



«Avante!» entrevista Vítor Costa vereador do Turismo e Ambiente

Foi o ano da concretização

Para Vítor Costa, vereador comunista que tem a seu cargo os pelouros do Ambiente e do Turismo, «este terceiro ano de mandato da Coligação "Por Lisboa" foi, naturalmente, um período já de concretização, por um lado, e por outro lado, ainda de início e preparação de várias alterações».

Na área do turismo, 1992 «foi o ano da consagração das Festas de Lisboa com o modelo que temos vindo a implantar desde o princípio do mandato, com o envolvimento da população, das colectividades, das freguesias, dos agentes culturais e sociais, com uma programação para todos os gostos, valorizando o património da cidade, o ambiente, o espaço público». **Daqui para a frente vai ser difícil ver Lisboa sem umas Festas assim?**

«Eu penso que em 1993 as Festas serão melhores. Mas 1992 foi definitivamente o ano da consagração de um novo modelo de Festas. Em 1990 fizemos a análise do que até aí, de forma dispersa e incoerente, a Câmara realizava como Festas; nesse ano começámos a experimentar, corrigimos o que havia a corrigir em 1991 e, em 1992, foi a consagração do modelo: Lisboa tem um momento de afirmação colectiva em Junho que, julgo eu, vai persistir para o futuro. «No ano que agora termina tiveram lugar, com sucesso, as duas edições da Moda Lisboa, que se afirmou como um espaço de promoção e de afirmação dos nossos valores artísticos nesta área. Está consagrado que se faz duas vezes por ano, mas o modelo organizativo pode ainda ter algumas adaptações, de forma a ganhar, como temos pretendido, um lugar no calendário internacional.

«Pela primeira vez, fez-se em 1992 a "Lisboa, Capital do Artesanato" - um conjunto de realizações em que, com a CML, se empenharam várias entidades públicas e privadas, durante três semanas do mês de Julho, e que, pela apreciação desta experiência, é para continuar.

«Também se fez, logo na primeira passagem de ano deste mandato, uma grande festa popular, com larga participação. Vamos repetir esta celebração colectiva, que é também uma valorização da autêntica sala de visitas da cidade, que é o Terreiro do Paço.

«Finalmente, ainda no pelouro do Turismo, fez-se uma acção continuada, coerente e estratégica de promoção, tendo presente que o turismo é uma das principais actividades económicas da cidade e por onde passa o seu futuro económico. Não tem grande repercussão pública, mas é uma acção indispensável.

«No Ambiente, destaca-se em 1992 a abertura ao público do Parque Recreativo do Alto da Serafina, um espaço de lazer no Parque de Monsanto como há 50 anos não surgia nenhum, e que representou um investimento de 650 mil contos.

«Dentro de Monsanto, continuando a desenvolver o nosso plano de revitalização, houve ainda uma série de

outros trabalhos da estrutura verde principal: iniciou-se a construção do complexo do Grupo Desportivo de Direito, adjudicámos a construção do Centro Hípico, começou a ser construído um *garden center*, foi iniciada a construção do Parque Ecológico.

«1992 foi o ano em que a CML aprovou e iniciou, simbolicamente no Dia da Árvore, o Parque Periférico, um projecto a 10 anos para uma terceira grande zona verde de Lisboa, com cerca de 330 hectares.

«Foram feitas melhorias sensíveis em vários núcleos do Parque Oriental, designadamente o Clube de Ténis que entrou em funcionamento no Parque de Alvalade; foi lançado o concurso para a parte final deste parque, que ficará com uma área superior ao Parque Eduardo VII; fizemos várias melhorias no Parque da Bela Vista e no Alfundão.

«Tiveram este ano um grande incremento as obras e as intervenções nas áreas expectantes, para aproveitamento dos pequenos espaços que normalmente não têm utilização e são transformados em lixeiras ou zonas degradadas. Muitas vezes em conjunto com as populações e as freguesias, foram concluídas dezenas de obras deste tipo por toda a cidade.

«Foram renovados e

construídos vários parques infantis. Começámos uma viragem em termos da sua concepção, dos pisos e dos materiais utilizados, com uma zona de lazer para a terceira idade junto ao parque infantil. «Está em marcha um plano de renovação do mobiliário urbano (esplanadas, bancas de jornais, quiosques). Está praticamente pronta a rede de medição da qualidade do ar. Desenvolvemos um programa de sensibilização ambiental, com o envolvimento de associações de defesa do ambiente e escolas. Mobilizando meios técnicos e humanos, actualizámos a resposta nas nossas áreas de competência para os problemas da poluição sonora, onde havia 500 processos pendentes quando tomámos posse.»

Por comparação com outros anos, houve diferentes condições em 1992 que permitiram fazer tudo isto?

«Houve um aumento significativo de meios no pelouro do Ambiente, que foi criado por nós em 1990 com um orçamento de 300 mil contos e em 1993 vamos ter 2 milhões e 300 mil contos. É um reforço progressivo, que nos tem permitido nestes anos desenvolver uma estratégia e uma acção coerente com meios de intervenção.

«O ambiente, não sendo das principais prioridades da Câmara — que estão definidas e são consensuais: a habitação, o trânsito e o saneamento —, foi considerada entre as áreas que têm a ver com a qualidade de vida e que seria preciso

reforçar.

«No Turismo não houve um crescimento nesta proporção. No ano passado tivemos até alguma retracção.»

Falando do trabalho feito, vem à memória um período inicial do mandato da coligação, em que toda a gente reparava nas placas a anunciar obras, que aparecem agora, em 1992, e não, como alguns já nos vão habituando, em 1993, que será um ano de eleições. Por que não foi assim?

«Em relação às placas, no Ambiente temos hoje um problema ao contrário: há muitas obras em curso onde não conseguimos colocar atempadamente placas.

«Esta não é, do meu ponto de vista, uma questão propagandística, é uma questão de informação à população, que tem o direito de saber o que se está a passar no espaço público à sua volta. Se vamos remodelar um parque infantil, não se pode chegar lá sem mais nem menos e tirar tudo, tem que se explicar à população o que está a acontecer. No pelouro do Ambiente distribuímos documentação, fazemos reuniões, explicamos as intervenções que vamos ter — e não é só para cumprir uma formalidade, quase sempre uma reunião com moradores implica alterações. Sinto que as pessoas estão, de facto, muito ansiosas por participar, e gostam de dar a sua opinião.

«A estratégia delineada não determina o fim das obras em 1993, ano de eleições. De qualquer modo, penso que 1993 vai ter muitas obras a



acabar e outras irão começar. É natural, porque o mandato é de 4 anos: quando se entra é preciso fazer uma avaliação da situação, preparar metodologias, lançar concursos... e tudo isto leva o seu tempo.

«Em 1993 vão ser concluídos muitos trabalhos, mas também se vai começar muita coisa. É necessário que haja uma continuidade do trabalho que se tem vindo a fazer, pois não se consegue resolver os problemas de uma cidade como Lisboa num período de 4 anos, sobretudo numa cidade onde durante muitos anos o que se fez foi criar problemas e muito pouco resolver problemas, modernizar a cidade. É natural que em 1993 haja muita coisa a começar e que a população de Lisboa venha depois a considerar que é necessária a continuação da coligação por mais 4 anos.»

Falaste na consagração das Festas de Lisboa como modelo de trabalho cultural e lúdico. Será que, na actividade destes anos, se

verificou a afirmação também de um modelo de gestão que, a princípio, estava apenas nas intenções e em projecto?

«Penso que sim. O que distingue a Coligação "Por Lisboa" — e, dentro da coligação, como por todo o País, os eleitos comunistas — é trabalharmos em ligação com as populações e com as populações, é um trabalho que não é feito apenas no gabinete e que não esquece as pessoas. Esta é a marca que nos distingue, quer nas Festas — em que temos o envolvimento de centenas de associações, instituições, empresas —, na Moda, nas obras do Ambiente e na forma como as fazemos.»

Mas isso era já o que se anunciava como projecto antes das eleições de 1989. Com o tempo, o projecto não perdeu força, não se deixou corromper pela rotina e pelo poder?

«Penso que não, até porque a população de Lisboa é muito exigente, é muito crítica, não está ali para deixar as coisas correr e nós todos sentimos a pressão da população que quer participar e dizer a sua opinião. Penso é que, à medida que o tempo corre, nós temos até melhorado esta componente.»

Mas as pessoas não estavam muito habituadas a isso da parte da Câmara com Abecasis...

«As pessoas também participavam. Participavam mais lutando e opondo-se a decisões incorrectas de uma gestão que não correspondia aos seus anseios. Nós, comunistas, também cá estivemos na oposição — eu, pessoalmente, estive cá 4 anos — e tínhamos esse mesmo papel, ainda que noutras condições. Mas também transmitíamos à Câmara o resultado do contacto com a população, lutávamos por soluções que correspondiam àquilo por que as pessoas ansiavam. A direita não tinha essa atitude, e por isso perdeu as eleições. E por causa desta experiência é que, ao fim destes anos, a diferença em termos eleitorais entre direita e esquerda em Lisboa se acentuou a favor da esquerda. «A população de Lisboa, pelo que tenho verificado, não é uma população amorfa. Nas reuniões em que participo e nos sítios aonde vou, o que vejo é que as pessoas têm opinião e gostam de a dar e de lutar pela resolução dos seus problemas, e são muito exigentes. Isto, quanto a mim, é uma sorte que nós temos.»



«Avante!» entrevista Rego Mendes
vereador do Desporto, Educação e Juventude

Um trabalho novo feito com os interessados

«92 foi o ano da afirmação dos Jogos de Lisboa como uma grande manifestação desportiva de massas, bem como da consolidação dos planos de desenvolvimento do desporto, nas várias modalidades», recorda o vereador Rego Mendes, eleito comunista na edilidade da capital, que fez ao «Avante!» um breve balanço do trabalho realizado nos diferentes pelouros por que responde — **Desporto, Educação e Juventude**

Os Jogos de Lisboa registaram em 1992 um aumento significativo de participantes «de cerca de 16 mil passámos para mais de 21 mil», diz Rego Mendes que não esconde o êxito da iniciativa, cuja 7.ª edição começou já no passado dia 21 de Novembro e segundo tudo indica o número de participantes passará dos 25 mil. «Esta expectativa demonstra bem o interesse crescente pelos Jogos de Lisboa».

Até há pouco tempo os Jogos decorriam apenas a nível de bairro, mas hoje já abrangem as escolas e este ano foram alargados aos estudantes do ensino superior, em estreita colaboração com as associações respectivas. Como nos referiu o vereador comunista, «os Jogos não são da Câmara, são de Lisboa e são organizados conjuntamente com as juntas de freguesia e os clubes, ao nível de bairro, com os alunos e professores da área de Educação Física, nas escolas, e com as Associações de Estudantes, no Ensino Superior».

No que respeita às grandes competições, Rego Mendes realça a importância do meeting de S. António, que «ficou classificado em 15.º lugar a nível mundial» e a Meia-Maratona de Lisboa, que foi a prova portuguesa que registou até hoje o maior número de participantes à chegada. «Quase 4 mil atletas concluíram a prova, que foi assinalável não só pela participação, mas pelos recordes conseguidos quer em masculinos quer em femininos».

O desenvolvimento do desporto na capital defronta ainda o problema das infra-estruturas: «nesse campo temos vindo a acompanhar a recuperação e a construção de pequenos espaços desportivos, para conseguir dar resposta ao crescimento que se verifica na prática desportiva». Já neste final do ano, vão abrir mais oito polidesportivos em vários bairros da cidade e existem planos para prosseguir em 93 a construção de mais equipamentos, caso do pavilhão de média dimensão no Casal Vistoso, às Olatias, ou o polidesportivo do Lisboa Ginásio, também apoiado pela Câmara. Para Rego Mendes o fundamental é que Lisboa possua os equipamentos de que necessita, «é pouco

importante que eles sejam municipais ou dos próprios clubes».

Esta é de resto uma linha de orientação do pelouro: «o que nós entendemos por uma gestão democrática — implica o envolvimento das populações na resolução dos problemas colectivos, daí que estamos a desenvolver todo este trabalho em colaboração com o movimento associativo, com as colectividades e, por vezes, até com grupos informais, que é um tipo de associativismo. É nesse diálogo e colaboração permanente que nós entendemos que a cidade deve ser gerida e a resposta

acredita que «a ligação da escola à vida passa também pela sua ligação à cidade».

Quando se fala de ensino pensamos logo em alunos e por vezes esquecemos os professores, mas tal não acontece neste pelouro que preocupado com os poucos conhecimentos que muitos têm da cidade em que trabalham, promoveu uma acção designada «Pelas Freguesias de Lisboa», especialmente dirigida aos professores da capital.

«Entendemos que é fundamental que os professores conheçam a realidade das freguesias onde vivem os seus alunos, para melhor os perceberem e orientarem as suas aulas, em que podem chamar a atenção para aspectos locais com interesse. Foi nesse sentido que organizámos visitas conduzidas por especialistas que abrangeram os professores de todos os

criança tomar contacto com várias formas de comunicação que normalmente não fazem parte do seu mundo. «A Câmara tem contratados especialistas nas várias áreas que se deslocam às escolas e aí desenvolvem trabalho com as crianças e com os educadores».

A lista dos programas socioeducativos podia continuar porque os há em número suficiente, mas apenas acrescentamos que, apesar de não entrarem no quadro das competências da edilidade, todos eles são da exclusiva responsabilidade da Câmara e das Escolas, sem qualquer intervenção do Ministério da Educação. O resultado deste trabalho pôde ser visto no Fórum das Experiências Educativas que decorreu em Julho, no pavilhão Carlos Lopes, durante três dias. Aí, a par da troca de experiências, esteve patente uma mostra de



das Associações Juvenis, a ligação entre este pelouro e o Movimento Associativo teve um grande incremento, e criámos recentemente a Linha Lisboa Jovem, destinada só ao atendimento dos jovens e das suas associações» — resume Rego Mendes a actividade deste pelouro criado no início do mandato. A Linha Lisboa Jovem foi uma ideia que amadureceu

contactar o interessado posteriormente, enviar os materiais pedidos, ou tratar directamente através da Divisão de Apoio Juvenil, na Rua dos Sapateiros. Quem pensar que as sugestões dos jovens não são ouvidas está enganado.

Tudo começa com o plano de trabalho do pelouro que é todos os anos elaborado em conjunto com as organizações juvenis da cidade durante o chamado ciclo de debates — «pensamos que a auscultação dos jovens deve ser o mais alargada possível e não nos encaminhamos para nenhuma estrutura que represente as associações — queremos que todos tenham voz e a façam ouvir.» Foram as Associações de Estudantes, por exemplo, que sugeriram o alargamento dos Jogos de Lisboa ao Ensino Superior, tal como foram os jovens que propuseram a abertura das bibliotecas aos sábados, o que acontecerá no princípio de 93.

A semana da juventude é mais um exemplo. Decorre normalmente entre os dias 24 e 28 de Março e as iniciativas são promovidas pelas organizações juvenis, que apenas recebem da Câmara os apoios necessários. No caso da Semana da Juventude de 92, paralelamente a muitas outras actividades, foi montado um espaço musical no Rossio, onde participaram diversas bandas jovens — «todo o trabalho foi feito pelos jovens, a Câmara apenas deu os meios, que normalmente é o que lhes falta. Saliento que este pelouro não existe para fazer coisas para a juventude mas para dar possibilidade à juventude de fazer coisas autonomamente».



que temos obtido tem demonstrado que é uma orientação correcta».

Aprender com Lisboa

«Para uma escola viva — conhecer Lisboa» é o lema genérico de um grande conjunto de programas socioeducativos que a Câmara desenvolveu durante este ano com as escolas. «O objectivo é melhorar a qualidade do ensino ligando-o à vida e particularmente à cidade», afirma Rego Mendes, que

temos obtido tem demonstrado que é uma orientação correcta». Ainda no âmbito deste programa o pelouro da Educação está a preparar a edição de brochuras com vista a servirem de material de apoio nas escolas. Um outro programa destinado aos professores do 1.º ciclo que visa a formação e o acompanhamento na área da Educação Física — «abrange já 45 escolas e cerca de seis mil alunos». Para os jardins de infância e ensino básico, a Câmara tem um programa de sensibilização à criatividade, à escrita e leitura, possibilitando à

trabalhos realizados nas escolas. Para 93 está na forja o lançamento de um novo programa sobre Artes e Ofícios em ligação com a Associação de Artesãos, que culminará com um grande festival onde as escolas exporão os trabalhos realizados.

Telefonar e sugerir

«Neste último ano, saliento que o Conselho Municipal da Juventude funcionou em pleno, realizou-se o plenário

algum tempo — «nalguns municípios existem postos de atendimento juvenil, porém numa cidade como Lisboa é difícil conseguir que os jovens se desloquem à Câmara o que nos levou a optar pelo contacto telefónico». Se possível, os esclarecimentos são dados no próprio momento, assim como ficam registadas as sugestões, ideias ou propostas que sejam apresentadas. Mas se as questões exigirem estudo, ou for solicitada documentação específica, a Câmara compromete-se a

Pág. 1 — Desenho de José Espinho in «Casas da Câmara de Lisboa», Luis Pastor de Macedo e Norberto de Araújo — CML, Lisboa, 1951

Págs. II a VIII — Desenhos de Bernardo Marques in «Saudades de Lisboa», selecção de David Mourão Ferreira. Estúdios Cor. Lisboa, 1967

"Avante!" entrevista Daniel Branco

presidente da Câmara Municipal de V. F. de Xira e presidente da Junta Metropolitana de Lisboa

"Só uma acção concertada dará resposta à dimensão dos problemas existentes"

Com os seus órgãos eleitos em Abril último, a Área Metropolitana de Lisboa assume-se com uma instituição vocacionada para a defesa dos interesses concretos das populações dos 18 municípios que a integram e para a melhoria da sua qualidade de vida. O camarada Daniel Branco, presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira e presidente da Junta Metropolitana - o órgão executivo que juntamente com a Assembleia e o Conselho constituem os órgãos da Área Metropolitana de Lisboa -, faz nesta entrevista o balanço possível de aproximadamente seis meses de trabalho, passa em revista alguns dos que são os principais problemas e estrangulamentos que afectam a região e os perto de três milhões de pessoas que nela vivem e trabalham, e revela-nos as principais direcções de trabalho que norteiam a actividade da equipa que dirige.

"Avante!" - Antes da constituição dos órgãos das Áreas Metropolitanas, tu próprio, na Assembleia da República, chamaste a atenção para a necessidade de não serem criadas falsas expectativas. Mantêm-se as razões que te levaram a expressar essa preocupação? A que é que te referias concretamente?

Daniel Branco - Com a criação das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, com inteira justificação, dada a especificidade e envergadura

E em relação ao comportamento do Governo tem havido neste curto espaço de seis meses a tentativa de transferir responsabilidades em matérias que não consegue ou quer resolver? Em relação ao comportamento do Governo, o diálogo que houve entre si e a Área Metropolitana foi um diálogo muito mitigado. Neste momento, quanto a este aspecto, podemos falar em reuniões com alguns sectores do Executivo e da Administração Central, umas

sentido, eu diria, por conseguinte, que a postura do Governo não existe como tal. Há, sim, um relacionamento com alguns departamentos e ministérios.

Julgo que será no futuro um dos pontos que será necessário acertar com grande rigor.

É sabido que se vive mal na Área Metropolitana de Lisboa e que esta atravessa uma grave crise de falta de qualidade e de falta de funcionalidade. De forma sumária, o que é que as autarquias locais têm feito para superar este estado de coisas?

Há dois níveis de análise. Um dos problemas gerais desta falta de qualidade que marca a Área Metropolitana de Lisboa não está nas mãos das autarquias encontrar-lhe solução. São problemas de grande dimensão cuja competência, atribuída por lei, pertence à Administração Central. Quando dizemos que se vive mal, pensamos logo nas grandes dificuldades que as pessoas têm para se movimentar, na saturação enorme de trânsito, nos gravíssimos problemas de

para o desenvolvimento desses municípios. As autarquias têm sido, com efeito, ao longo destes 17 anos que nos separam das primeiras eleições autárquicas depois do 25 de Abril, não apenas uma fortíssima escola de democracia, como têm desempenhado no âmbito das suas competências um papel relevante na instalação de equipamentos, no desenvolvimento de zonas verdes, na resolução de problemas de saneamento, abastecimento de água ao domicílio, esgotos, recolha de lixo, etc.

Mas os sinais ficam-se pela esperança ou há claramente indícios de mudança?

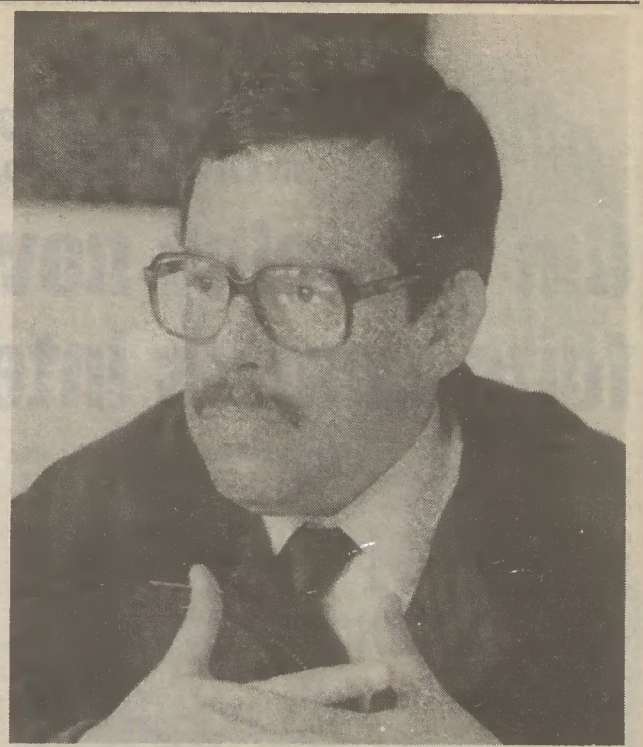
Creio que estamos num ponto de viragem. Com muito atraso - e sublinho muito atraso porque muitos dos investimentos que estão a ser feitos foram preconizados em planos para toda a Grande Lisboa nos anos 64/65 -, a Administração Central está neste momento a avançar com alguns investimentos, mas, insisto, com um grande atraso em relação àquilo que tem sido o ritmo e a dinâmica da administração local.

Quanto à Área Metropolitana de Lisboa, e apesar da sua curta existência, é possível dizer que veio contribuir para a defesa dos interesses concretos das populações e para a melhoria da sua qualidade de vida?

Penso que continuamos na questão das expectativas. É difícil que neste tão curto prazo haja sinais já visíveis. Nesta fase o que temos vindo a fazer é abrir caboucos e fazer alicerces. Estamos a estruturar, em termos do que designamos por áreas de intervenção prioritárias. Tomámos posição em relação ao Orçamento do Estado e em relação aos investimentos que nos pareciam cruciais e que deveriam estar no OE e no PIDDAC 93. Estamos também a trabalhar com grande ritmo - e este será um dos eixos centrais da nossa intervenção - para que haja um Programa Operacional para a Área Metropolitana de Lisboa. Trata-se de um programa que vai mesmo no sentido da questão que colocaste: tornar visível nas pessoas a existência da Área Metropolitana.

Os fundos comunitários desempenharão algum papel neste domínio?

Todos sabemos que os fundos comunitários têm tido um papel importante em relação a muitos investimentos e que esses fundos depois da Cimeira de Edimburgo foram aumentados e que vai haver mais dinheiro. Ora é óbvio que muitas das coisas essenciais que a Área Metropolitana carece requerem avultadíssimas verbas e, nesse sentido, o trabalho da Junta Metropolitana no momento presente é todo direccionado para uma participação muito



forte na elaboração, negociação, decisão e posterior gestão dos fundos comunitários que lhe venham a caber.

Nas áreas de intervenção prioritária que referiste incluem-se naturalmente alguns dos problemas actualmente mais sentidos, como sejam a existência de manchas de pobreza, a segregação social, a insegurança dos cidadãos ou a carência de equipamentos e infra-estruturas básicas.

Há que distinguir duas coisas. Estas áreas prioritárias foram definidas de acordo com aquilo que são as atribuições da Área Metropolitana. Nesse sentido, definimos cinco grupos de opções que têm depois uma estrutura em grupos de trabalho da Junta Metropolitana (ordenamento, planeamento e desenvolvimento; ambiente; transportes e acessibilidades; habitação e equipamentos; investimentos e fundos comunitários). Estas são, pois, as opções em termos das áreas de intervenção.

Agora a questão que colocas é outra. Quais os problemas mais sentidos e de que modo se pode avançar. Alguns coincidem com estas áreas, como é o caso das acessibilidades e transportes, a habitação (mais de metade dos problemas neste sector que existem no País estão aqui na Área Metropolitana) e também a questão do saneamento (basta lembrar a este respeito que temos muito pouco esgoto tratado, estando por isso a pôr-se em causa riquezas tão importantes como o estuário do Tejo e do Sado).

Estas três áreas coincidem. Mas depois há problemas sérios como a saúde e a segurança das populações, que, não sendo uma atribuição específica e própria da Área Metropolitana, merecem obviamente a nossa atenção e não regatearemos esforços no sentido de reivindicar medidas que impeçam que estas áreas se venham a degradar ainda mais.

Voltando ainda à questão das acessibilidades, estás em crer que o estrangulamento existente entre as duas margens do Tejo ficará resolvido com a construção da nova ponte no corredor escolhido?

Não. Em meu entender não vai. E independentemente da localização, que foi o aspecto mais polémico, há uma outra questão que reputo da maior importância: o transporte público de massas. A verdade é que a Ponte 25 de Abril, que já está com 20 anos, em todo este tempo nunca teve esse

transporte público. Mas pior: a decisão da nova ponte, independentemente do corredor escolhido, não aponta para a existência de um transporte público.

Aponta no sentido de privilegiar o meio rodoviário. E esse, em minha opinião, é que é o grande erro de qualquer uma das soluções. Entre as duas margens é urgente haver um transporte de massas, um transporte que terá de ser sobre carril, uma vez que é o que consegue manifestamente um escoamento mais rápido.

Este é aliás um problema sentido por milhares de pessoas que demoram cada vez mais tempo a fazer a ligação casa/emprego. Contudo, este inferno quotidiano não está dissociado do facto de haver uma concentração crescente da oferta de emprego em Lisboa enquanto a população residente activa diminui, ao passo que nos concelhos limítrofes a situação é inversa, assim originando um claro desequilíbrio na relação população activa residente/postos de trabalho existentes. Não há alternativa para este modelo radior-concêntrico?

Há de facto um problema que tem a ver com a estrutura da Área Metropolitana de Lisboa. É de resto um fenómeno preocupante que, do ponto de vista do desenvolvimento, este, sim, é mesmo bloqueador. Trata-se, do facto, como disseste, de Lisboa, como cidade, perder população e ganhar emprego. Atira para fora a função residência e aspira cada vez mais a função trabalho, o que está a gerar cada vez mais, se continuar assim, mecanismos incontroláveis de deslocações diárias de casa/trabalho.

Acontece assim que os transportes existentes e as linhas de acessibilidade não se adequaram e não acompanharam este movimento, ele próprio, de resto, um movimento manifestamente incorrecto. Neste contexto, penso que tem de se pensar as acessibilidades a dois níveis: por um lado, como me desloco para o emprego; por outro, como é que aproximamos o emprego dos locais onde as pessoas residem. Isto implica, pois, que se melhorem por um lado as acessibilidades (estradas, ferrovias, etc); por outro, que se crie uma estrutura polinuclear da Área Metropolitana, isto é, em vez de esta ter um núcleo central grande e depois periferias, ao contrário, haver uma estrutura em rede de núcleos urbanos com fáceis interligações com o centro, entre si e com o exterior.



dos problemas com que se debatem as populações destas áreas nevrálgicas para o desenvolvimento do País, poder-se-ia ser levado a pensar que os problemas iam rapidamente ser resolvidos e que o Governo poderia deixar de ter responsabilidades em relação a eles. O alerta foi, pois, no sentido de frisar em primeiro lugar que a instituição criada tem atribuições e poderes muito limitados, com ambiguidades na sua definição, e que, em segundo lugar, os problemas são de grande envergadura, dos maiores do País, e consequentemente, necessitam de uma conjugação de esforços entre todos os níveis de Poder (municípios, Área Metropolitana e Governo central).

com carácter pessoal, outras com carácter mais institucional. Para além do Ministério do Planeamento e Administração do Território e da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, porém, poucos contactos tem havido. Isto coloca um problema de fundo: é que, de facto, a Área Metropolitana não é uma estrutura criada por desconcentração do Ministério do Planeamento e da Administração do Território, mas uma entidade criada pela Assembleia da República que tem nas suas atribuições uma necessidade emanante de diálogo com todos os departamentos e ministérios da Administração Central. Nestes seis meses podemos dizer que por aí não avançámos muito. Neste

habitação, na falta de segurança que se vive em muitas zonas, em problemas de emprego e de precarização de emprego, em suma, áreas cuja responsabilidade é do Governo, isto é, da decisão de políticas nacionais. Nesse sentido, o essencial do que é necessário fazer para melhorar a qualidade de vida, a qualidade de funcionamento, a qualidade ambiental da Área Metropolitana compete ao Governo. A nível dos municípios, naquilo que efectivamente significa melhoria local, equipar à dimensão dos concelhos, julgo que se tem feito um trabalho globalmente positivo e em alguns casos podemos dizer mesmo um trabalho de grande contributo

Que financiamento para a Ciência e Tecnologia em Portugal ?

...mais a sua falta de respeito pelos inte-
...e pela competência profissional dos
...tular. Manifesta com efeito o seu desin-
...gação científica, ao atribuir através do
...na tão modesta fracção do PIB (Produ-
... científica e tecnológica, assim como
...nceiro que compromete o funciona-
...blicas
...esses

Junta
...tica e
...ca de
...a 11,5
...pro-
...pe em
...e 2,0
...uidos
...ncre-
...ento
...ades
...smos
...lida-
...adro
...de a
...E em
...a e o
...novo
...rama
...Tec-
...frac-
...dos a
...ps do
...por
...ada-
...ismo
...IDE.
...e no
...adro
...ento
...nte a

...penas subsidiária. Ora os ingressos
...cooperação europeia somam cerca de
...nem da dotação do Governo português
...stigação e Desenvolvimento Experi-

As conclusões gerais a extrair
deste cenário são duas. Primeiro,
quão fortemente a Ciência e Tec-
nologia nacionais estão dependentes e
condicionadas pelo apoio transitório
e conjuntural da CEE, facto para o
qual recentemente a OCDE (Organi-
zação de Cooperação e de Desenvol-
vimento Económicos) alertava. Segundo,
quão limitada e insuficiente
é a contribuição do Estado portu-
guês para o desenvolvimento deste
sector estratégico. O que não é mais
que uma faceta da falta de perspecti-
va e convicção do Governo e da sua
irresponsabilidade perante os inte-
resses nacionais.

Nas recentemente publicitadas
Grandes Opções do Plano para 1993
verificamos preocupados, mas já
sem espanto, que o PIDDAC (Pro-

grama de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administra-
ção Central) destina para a execução dos programas CIENCIA e STRIDE,
em 1993, apenas 3,95 e 0,25 milhões de contos. Ora o programa STRIDE
e a revisão do programa CIENCIA divulgados em Agosto de 1991 previ-
am a aplicação, em 1993, de cerca de 2,1 e de 9,0 milhões de contos, res-
pectivamente. A que atribuir diferenças tão significativas ?

Na ausência de uma justificação pública, e se elas traduzirem cortes de
verbas, devemos lamentá-los vivamente. Mas podemos desde já denuncia-
r o permanente cenário de ludíbrio da opinião pública e das aspirações
dos que trabalham na investigação científica e tecnológica, denunciar a
incapacidade do Governo executa-
r programas, desrespeitando
regulamentos e metas e não
cumprindo objectivos.

Também a aflitiva carência
de dotações, por parte do Orça-
mento do Estado, para as despes-
as de funcionamento das insti-
tuições e para o financiamento
dos projectos de investigação,
sem as quais os meios existentes
não podem ser rentabilizados,
constitui uma grave situação que
é imperioso que seja alterada.

A política negativa do
Governo em relação à investiga-

ção científica e tecnológica portuguesa exprime no fundo a gravíssima des-
crença oficial nas possibilidades de se caminhar no sentido de um desen-
volvimento autónomo do País. Desenvolvimento autónomo que não só não
dispensa como pelo contrário exige o reforço da cooperação internacional
e sobretudo a definição de uma política científica nacional orientada por
critérios e objectivos nacionais.

Atravessamos um período particularmente crítico. No plano mera-
mente nacional são tomadas medidas e decorrem processos em termos pre-
ocupantes, quer pelos seus objectivos expressos ou implícitos e não esclari-
cidos, quer pelo afastamento dos trabalhadores nas reorganizações em
curso, profissionalmente marginalizados ou mesmo ameaçados de "dispo-
nibilidade". É o caso da imposta reestruturação do LNETI (Laboratório
Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial). E é também o caso da
imposta extinção do INIC (Instituto Nacional de Investigação Científica),
em relação ao qual continuam por resolver algumas das suas negativas
consequências, designadamente o futuro do financiamento da investigação
científica no ensino superior.

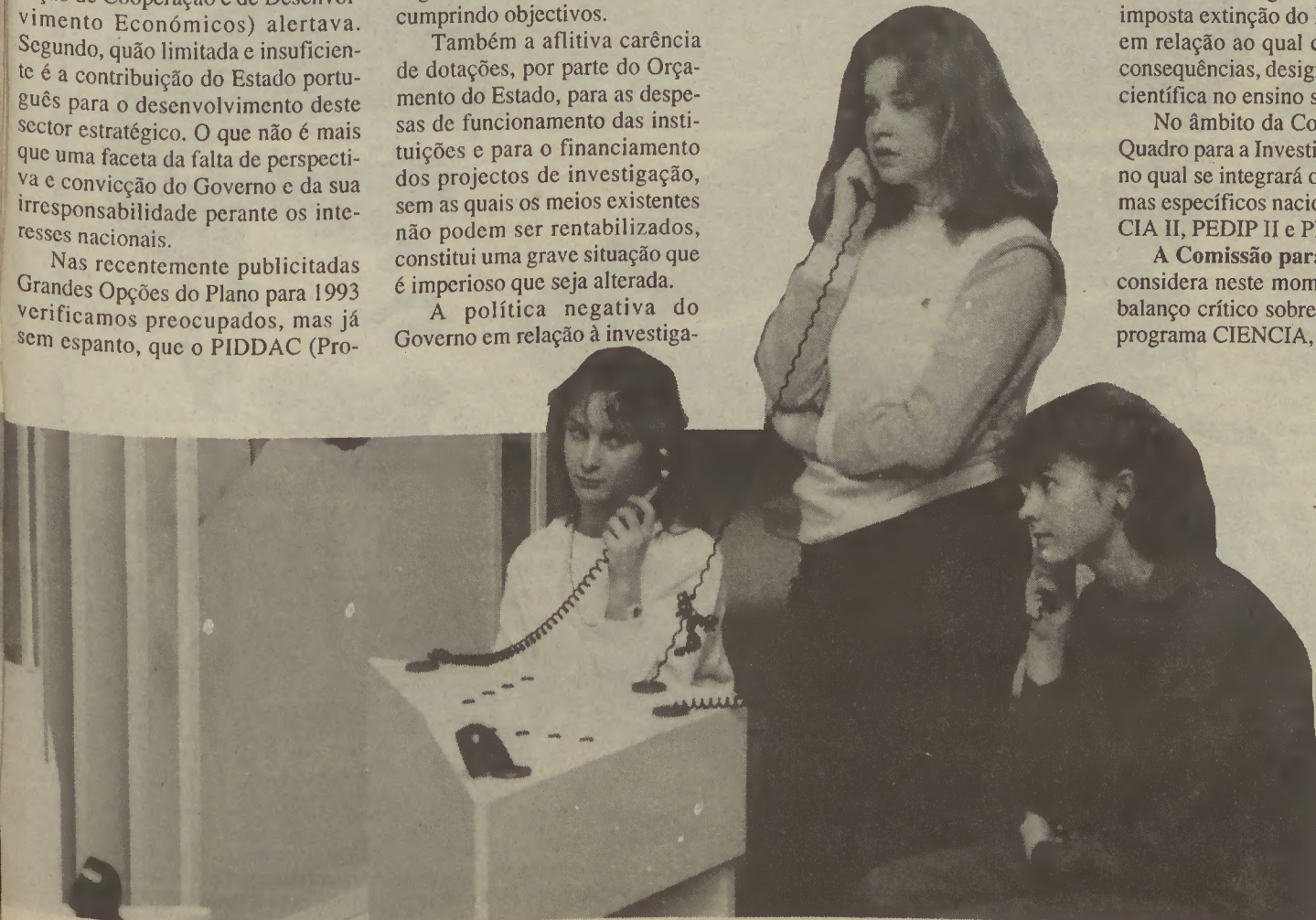
No âmbito da Comunidade Europeia está em definição o novo Plano
Quadro para a Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (1994-1997),
no qual se integrará o apoio dos fundos estruturais comunitários a progra-
mas específicos nacionais entretanto em elaboração (os programas CIEN-
CIA II, PEDIP II e PRODEP II).

A Comissão para as Questões da Ciência e da Tecnologia do PCP
considera neste momento indispensável e urgente que seja realizado um
balanço crítico sobre os objectivos, a execução e o efectivo impacto do
programa CIENCIA, bem como do Programa Base de Investigação Cien-
tífica e Tecnológica (e programas específicos com-
plementares). E defende vivamente que a comuni-
dade científica desempenhe um papel fundamental
neste balanço crítico, a par das instituições execu-
toras e do Conselho Superior de Ciência e Tecno-
logia, ao invés do que tem sido a prática governa-
mentalizadora a que este sector tem estado sujeito.

De igual modo, a Comissão para as Questões
da Ciência e da Tecnologia considera essencial
que a comunidade e as instituições científicas par-
ticipem activamente na elaboração dos novos pro-
gramas, particularmente do CIENCIA II e do Pro-
grama Base, por forma a assegurar a adequação de
objectivos, a transparência, a equidade e o rigor da
sua execução, assim como a efectiva execução e
avaliação das infra-estruturas e projectos financi-
ados.

Dezembro de 1992

A Comissão para as Questões da
Ciência e da Tecnologia do PCP



Defesa nacional e Forças Armadas

O PSD bloqueia o PCP propõe

Em 15 de Junho de 1984 o Governo, pela mão do então Vice-Primeiro-Ministro, Mota Pinto, submeteu para debate na Assembleia da República as Grandes Opções do Conceito Estratégico de Defesa Nacional. A sua aprovação ocorreu nos começos de 1985.

As mudanças que ocorreram no mundo - fim do Pacto de Varsóvia, fim do socialismo como sistema mundial - e em Portugal com a adesão à UEO, o Mercado Único, etc., tornaram o Conceito Estratégico de Defesa Nacional desatualizado e, portanto, a necessitar de reformulação.

A Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas (LDNFA) caracteriza-o como o primeiro dos documentos em que se consubstancia a política de defesa nacional.

A discussão e aprovação de um novo conceito deveria anteceder uma sucessão de documentos - Conceito Estratégico Militar, Missões das Forças Armadas, Sistema de Forças, Lei de Programação Militar.

O Governo PSD, na sua senda governamentalizadora e autoritária, ignora a lei e o envolvimento das outras instituições do Estado. Fugindo ao debate que a definição de umas novas Opções do Conceito Estratégico proporcionaria, o Governo vai prosseguindo com uma política de factos consumados que visa não só condicionar os princípios e parâmetros do futuro conceito, como implementar aquilo a que chama de reestruturação e redimensionamento, sem obedecer a qualquer enquadramento conceptual nacional.

O Governo já aprovou um novo Sistema de Forças e anunciou, mais uma vez, que vai entregar na Assembleia da República a 2ª Lei de Programação Militar; fecha e vende instalações militares, centraliza órgãos, modifica a estrutura orgânica das Forças Armadas, extingue a Região Militar Centro, reduz o quantitativo de militares, anuncia (falta agora ver a prática) a redução do tempo de Serviço Militar, aposta (até agora sem sucesso) em voluntários e contratados, cria a Brigada Aerotransportada, puxa para o MDN mais competências, estipula os quantitativos de militares em cada classe e ramo, o Governo, dizíamos, implementa tudo isto sem promover o debate, sem promover a definição prévia do quadro conceptual nacional, o que implica, necessariamente, a participação da Assembleia da República.

As implicações desta política são conhecidas, apesar do esforço tentacular do Governo e, sejamos justos, do seu Ministro Fernando Nogueira, em abafar os ecos do mal estar e da desmotivação, os sinais de crise que profundamente atingem as Forças Armadas.

O Conceito Estratégico da NATO e do Governo

Em 7 e 8 de Novembro de 1991, em Roma, foi acordado pelos Chefes de Estado e de Governo o novo Conceito Estratégico da Aliança.

Este conceito é uma peça essencial para a compreensão daquilo que pretendem reservar para os povos, mas também de compreensão da razão pela qual o Governo bloqueia o debate e a reformulação do conceito nacional. É que ele já tem e está a implementar um conceito!

O documento em apreço, depois de caracterizar o novo ambiente estratégico, resultante das alterações ocorridas no mundo (desaparecimento da URSS, fim do Pacto de Varsóvia, a unificação alemã, etc.), considera que "melhoraram sensivelmente a segurança global dos aliados". Mas "(...) os riscos que subsistem para a segurança dos aliados (...) provêm de direcções múltiplas, o que os torna difíceis de prever e avaliar. A OTAN deve estar preparada para responder a esses riscos (...)". Estas considerações levam à conclusão lógica (e pretendida) de que "(...) este novo ambiente não altera o objectivo ou as funções de segurança da Aliança e que este ambiente renovado oferece novas oportunidades à Aliança de traçar a sua estratégia dentro duma concepção alargada de segurança".

Assim e no que respeita aos princípios da estratégia, "as forças militares da Aliança devem garantir a integridade territorial e a independência política dos Estados membros (...)" e "o carácter colectivo de defesa da Aliança engloba as disposições práticas (...) que impeçam a nacionalização das políticas de defesa sem privar os aliados da sua soberania". Como facilmente se verifica, o final de frase visa somente constituir um escape facilitador de justificações políticas. As disposições práticas consagram "uma estrutura de comando integrado" e como "seus elementos-chave incluem-se os planos de forças colectivas, os planos operacionais comuns, as formações multinacionais, o estacionamento

de forças fora do território nacional, o treino, a logística e a cooperação nas infra-estruturas, armamento e logística".

Relativamente às características das forças convencionais, elas "(...) incluirão, para além das forças de intervenção imediata, as unidades de defesa principais (...) compostas por forças especiais de intervenção, que vão permitir o reforço do potencial existente numa determinada região. Para os aliados interessados, os acordos de defesa colectiva assentarão cada vez mais na formação de unidades multinacionais, como complemento dos apoios nacionais à OTAN. A existência dessas unidades testemunha a resolução da aliança de manter uma defesa colectiva credível, aumentar a sua coesão, reforçar a associação transatlântica e consolidar o pilar europeu. A criação das forças multinacionais, em particular das forças de intervenção, reforça a solidariedade".

Quaisquer comentários dificilmente acrescentarão elementos esclarecedores.

O Governo PSD tem efectivamente o seu (este) Conceito Estratégico e as medidas de política que vai tomando encaixam-se com perfeição no conceito estratégico da NATO, mas não no conceito estratégico de defesa nacional que Portugal precisa e que as instituições do Estado, nomeadamente a Assembleia da República, não discutiram e aprovaram.

Tal como o PCP tem vindo a alertar, o processo reestruturador empreendido pelo Governo nada tem de transparente e visa transformar as Forças Armadas numa "força armada" afecta a missões de natureza supranacional e sob comando externo.

Em síntese: o Governo bloqueia o debate, tripudia sobre os princípios constitucionais, não reformula o Conceito Estratégico em vigor e, até, não respeita os princípios consagrados naquele que vigora. Neste, as direcções essenciais são:

1) O reforço da coesão interna, através do fortalecimento da consciência nacional e do desenvolvimento dos valores éticos, morais e culturais.

2) A afirmação do primado do interesse nacional nas relações externas (...) e a salvaguarda de uma capacidade de decisão autónoma no quadro actual de interdependências económicas e militares.

3) A garantia de um quadro de alianças adequado (...) salvaguardando e promovendo ao máximo as potencialidades nacionais. Nesta direcção, a defesa nacional, sem deixar de ter em conta que o desarmamento equilibrado e a dissolução segura dos blocos político-militares são condições de uma paz mundial efectiva (...).

As propostas do PCP

Aqui, como em quase todas as esferas da vida nacional, o PCP alerta, exige, mas propõe caminhos. Neste sentido, o PCP entregou na Assembleia da República um projecto de Grandes Opções do Conceito Estratégico de Defesa Nacional.

No documento de apresentação ao projecto do PCP, é dito:

"A estratégia defendida é uma estratégia de matriz nacional, que privilegia os interesses nacionais e os meios nacionais de os prosseguir; é uma estratégia de coesão e solidariedade, que privilegia o fortalecimento da vontade popular por uma maior justiça social e um maior empenhamento cultural; é uma estratégia de progresso, que privilegia a afirmação de Portugal no mundo como uma nação em processo de desenvolvimento económico, com uma voz própria nos grandes processos estruturais tendentes à criação de uma nova ordem económica internacional; é uma estratégia de amizade, paz e cooperação, que privilegia a solução negociada dos conflitos, o diálogo, o respeito pelo direito internacional; é, finalmente, uma estratégia democrática, uma estratégia de participação de todo o povo e que empenha todos os portugueses na defesa de Portugal".

Ao projecto do PCP, o PSD contrapõe o uso e abuso do poder, com a maioria parlamentar que o suporta, visando implementar uma estratégia de matriz supranacional de acordo com o conceito NATO e o constante no Tratado de Maastricht.

Aliás, ao bloqueio efectuado pelo PSD não é alheio Maastricht. É que não seria o mesmo discutir e aprovar um novo Conceito Estratégico, antes ou depois da ratificação do Tratado da União Política.

Ao projecto do PCP, o PSD contrapõe uma política que prossegue uma estratégia de coesão e absolutização do seu poder, visando a sua intocabilidade governativa.

Ao projecto do PCP, o PSD contrapõe uma política de empobrecimento da democracia, retirando direitos sociais, políticos, económicos e culturais.

Ao projecto do PCP, o PSD contrapõe o liberalismo frio e cortante da sua política anti-social, anti-solidária, com cada vez menos Estado e pior Estado.

O PSD, o Governo, foge e bloqueia o debate, porque este, a efectivar-se, estalaria o verniz que esconde as suas reais intenções e motivações.

Neste quadro, não deixa de ser lamentável e perigoso que o Partido Socialista facilite tais objectivos e caminhos. A posição e empenhamento prático do PS sobre Maastricht revela que também ao nível da Defesa Nacional e Forças Armadas existirão identificações com o PSD sobre eixos fundamentais da política a seguir, como sejam a defesa comum, supranacionalidade do comando de forças e na sua constituição, potenciação da UEO como pilar europeu da NATO, etc. No entanto, é importante dizer-se que também o PS tem defendido o debate e a reformulação do Conceito Estratégico de Defesa Nacional.

O PCP reafirma de forma coerente a urgência de tal debate e continuará a pugnar por um Conceito Estratégico de Defesa Nacional que sirva Portugal e os portugueses, uma pátria independente e soberana.

■ RF



FELIZ 1994

(1993, será de novas calamidades)

■ Manoel de Lencastre

Faltavam dez dias para o Natal, era meio-dia e o centro de Londres conheceu o pânico. Explodiram duas bombas na Oxford Street. A «Scotland Yard» evacuou a zona compreendendo a Bond Street, Marble Arch, Portman Square, Cavendish Square, Oxford Circus, Tottenham Court Road. Toda a santa tarde gritaram pelas ruas as carinhas da polícia. A chuva começou a cair. Gemiam as ambulâncias. Depois, uma funda tristeza invadiu a rainha das cidades, metrópole das metrópoles, capital das capitais. As baixas foram poucas, mas as ruas esvaziaram-se de povo. Era o Natal inglês de 1992.

Dias mais tarde, a polícia fechava todo o West End (a zona central de Londres). O IRA anunciava novos bombardeamentos. Isto, quando ainda ninguém esqueceu as bombas que rebentaram na City, há meses, destruindo enormes edifícios onde funcionavam grandes companhias e quando estão bem frescas na memória dos habitantes da capital britânica as ameaças dos que seriam os maiores atentados bombistas de sempre se não tivessem sido frustrados no último momento da 24.ª hora — os que fariam tremer a Coroa, a Tesouraria e o Banco de Inglaterra. o N.º 10 e toda a Whitehall, Westminster e os capitalistas. «Canary Wharf» ficaria em escombros. Todos os edifícios irrecusavelmente imponentes mas desertos da zona morta que a «Olympia & York» ergueu inatingíveis devido ao esgotamento das facilidades de crédito bancário e à exiguidade dos transportes, cairiam como um castelo de cartas. A grande «Olympia & York» faliu, como sabemos, deixando um passivo superior a £ 8 biliões. Uma só coisa nos surpreendeu: porque desejava o IRA deitar abaixo, fazer em pó, algo que não passa de um simples cadáver? Aqueles grandiosos edifícios sem vida, distan-

O sistema já não consegue absorver as legiões de desempregados que, todos os dias, são atirados para o conhecimento daquilo que supunham só poder acontecer aos outros. Quase metade dos 30 000 postos de trabalho que a IBM vai suprimir, em 1993, registar-se-ão na Europa e cerca de 20% dessa metade terá lugar na Grã-Bretanha. A cidade de Birmingham, a cortar despesas desesperadamente, anunciou a demissão de 3000 funcionários. Feito este gesto, diversas outras quitarquias (trabalhistas, principalmente) despindo-se da pureza que se lhes imputava, revelaram a intenção de seguir o exemplo da segunda maior cidade britânica: os respectivos despedimentos atingirão 100 000 funcionários municipais.

A morte dos correios anunciada

Infelizmente, nesta sombria mas movimentada área das eliminações de postos de trabalho, as administrações autárquicas encontram-se também em boa companhia. Os Correios (Post Office) vão despedir 16 200 empregados (15 000 no sector da distribuição de cartas) como medida de preparação para a futura privatização dos serviços, os Correios, desapareçam e passe à história. Mas, o que surgirá depois? Deixamos a resposta: meia dúzia de esqueléticos serviços privados, a altos preços, virados quase em exclusivo para o sector empresarial. Morrerá, assim, o hábito e o direito de as pessoas escreverem uma carta, colocarem um selo no respectivo envelope e depositarem-na na caixa mais próxima convencidas de que atingirá o seu destino no dia seguinte. Entretanto, é preciso que se

as, anunciou nos Comuns «o mais vasto pacote de medidas para dar trabalho a 500 000 jovens desempregados na CEE». Porque, disseram-lhe das bancadas da oposição: «O desemprego em massa por entre a juventude está a matar a democracia». Msr. Shephard concordou logo. É uma grande amiga da democracia. Mas nós temos as nossas dúvidas. Estarão a ver bem o caso, os senhores deputados à Camara dos Comuns? Não é o capitalismo que, criando o desemprego, acaba por destruir a democracia? Quem abre as estradas através das quais marcha o fascismo? Se querem salvar a democracia, têm de combater o capitalismo. Aliás, é isso que o povo destas ilhas deseja: mudar de vida, construir uma Inglaterra, uma Grã-Bretanha diferente. Mas a maioria dos seus deputados, incluindo muitos dos principais dirigentes trabalhistas, tem medo do povo e não compreende nem quer que as lutas populares ganhem dimensões que ultrapassem a reduzida arena dos debates parlamentares.

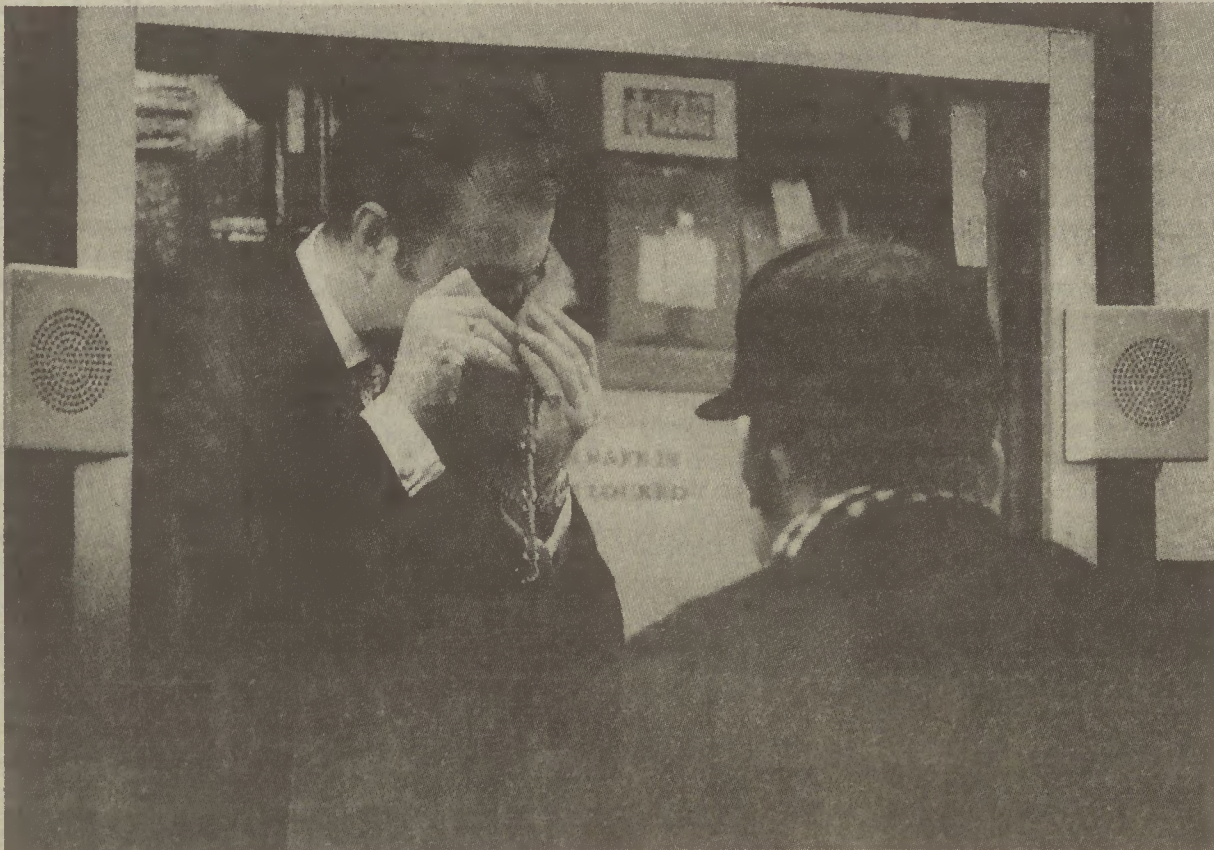
As casas de penhores renascem

Apesar da extraordinária carnificina económico-financeira e social a que assistimos em 1990, 91 e 92, ainda existem alguns grandes negócios. Outros, renascem para nos recordarem o passado. As companhias de seguros (Guardian Assurance, National Provident Institution, Profit Life, Pension and Windsor Life Assurance), dizem-nos que se encontram em situação vulnerável e a «Eagle Star» teve, há dias, de pedir quase 100 milhões de contos emprestados à empresa-mãe, a «British-American Tobacco», para poder fazer frente aos prejuízos que continuam a acumular-se. Outras grandes companhias do sector têm seguido idêntica rota: a «Royal Insurance», a «Commercial Union», a «General Accident», pediram emprestado, mas as casas de penhores são as únicas que, ao contrário, emprestam, ressurgem, voltam a popularizar-se e ganham alguma respeitabilidade. São as únicas instituições, hoje em dia, que, em último recurso, emprestam ao povo britânico.

Na realidade, iludido, desorientado, aflito, o povo olha em redor. Onde arranjar dinheiro? Haviam-no feito acreditar que o capitalismo era de todos e para todos. Mas os Bancos acabaram por reagir. Exigiram a devolução dos livros de cheques, dos cartões de garantia dos mesmos cheques e, logo a seguir, o «Barclaycard-Visa», o «Access», o «Diners», o «American Express» fizeram o mesmo: milhões de ingleses viram que lhes retiravam os cartões de crédito e que se lhes intimava o pagamento das correspondentes dívidas nos tribunais. Mas retirar a um inglês ou a uma inglesa esses fundamentais instrumentos de acção diária é arrancar-lhes o coração. É matá-los. É reduzi-los à mais incompleta incapacidade. E na hora fatal em que se tornou essencial fazer alguma coisa surgiram, como o último dos derradeiros recursos, as lojas de penhores, essas renascidas de longos anos de esquecimento. Foi nos braços deles que acabaram por cair quase todos os que a «modernidade» iludiu e abandonou.

Aí temos, portanto, um negócio pequenino (?) que, ao contrário de todos os outros, consegue prosperar. Empresta-se, principalmente, sobre peças de joalharia, binóculos, máquinas de fotografar, instrumentos musicais. E rejeitam-se, por exemplo, peças de vestuário, lençóis, painéis e os electroónicos (vídeos, etc.), coisas cujo valor cai todos os dias. Mas procurando adaptarem-se às exigências dos novos tipos de clientela que lhes surgem à porta, as casas de penhores modernizaram-se e prepararam-se para a hipótese de negócios mais volumosos. Uma delas tem em armazém para cima de 100 automóveis, barcos diversos e cinco «jet-skis». Guarda, até, aviões «Beeck» e «Piper Cherokee». O negócio avança e os seus tentáculos firmam-se bem sobre toda a Grã-Bretanha. Nas montras de uma dessas casas, em Glasgow, podem ver-se belos relógios de ouro.

Não vale a pena referir as circunstâncias que conduzem um cidadão a visitar uma casa de penhores. Vai lá levar os negócios que já tinham sido recusados pelos bancos. «Não queremos o seu automóvel, não queremos a sua TV, não queremos a sua casa.» Os bancos rejeitam todos os tipos de garantias porque, simplesmente, já não querem emprestar. Mas as casas de penhores têm sempre a porta aberta a quem possua alguma coisa de valor: estimam os objectos em 50% do seu preço real e desses 50% emprestam 20 ou 30. Grande negócio? Ainda existem alguns, como se vê. Costumam dizer os prestamistas que a maior parte dos objectos empenhados acabam por ser resgatados contra o pagamento da dívida e dos respectivos juros. Mas nessa não acreditamos nós. Os leilões são contínuos e as montras da loja de Glasgow estão cheias. Os lucros são fabulosos. Nem podia ser de outra maneira.



ciados da realidade, constituem um dos grandes monumentos às falências de 1992. Porque não preservá-los? Para que se aprenda. Para que se compreenda.

Declínio da «Ford» e da «Mercedes»

A abertura da nova fábrica da «Toyota», em Derby, coincidiu com as tristes notícias vindas de Dagenham, local da sede e da principal unidade fabril da «Ford». A grande companhia americana anunciou mais 3000 despedimentos. Perguntar-se-ão os mais ingénuos dos ingleses (que há muitos): «Mas nem uma nem outra são empresas britânicas — qual é o nosso papel nisto?» Só para, sem grande esforço, verem-se obrigados a concluir que a Inglaterra, a sua grande Inglaterra industrial não passa agora, pelo que se vê, de simples fornecedora de mão-de-obra barata. Entretanto, os ingleses não se acham sós. Regozijam-se, legitimamente, com o que está a passar-se na «Daimler-Benz». Aí, começa a sugerir-se que a «Mercedes» irá transformar-se no cancro de todo o famoso grupo germânico. De acordo com o «Der Spiegel», os prejuízos, em 1992, atingirão os £450 milhões (99 milhões de contos) depois de se haver registado uma quebra de 12% nas vendas no mercado interno, foi o próprio presidente da «Daimler-Benz», Herr Edzard Reuter, quem proclamou, recentemente: «A economia alemã rebentou como uma bola de sabão».

compreenda que esse direito, esse hábito, não passa de um negócio antigo, de uma barbaridade que pede eliminação. E os custos? Como vão os governos financiar, no futuro, esses gigantescos mastodontes que herdámos da antiguidade — correios, caminhos-de-ferro, serviços de saúde, etc.? Sejamos inteligentes...

Saibamos compreender a ingrata e gigantesca tarefa dos governos do nosso tempo — do britânico, do espanhol, do italiano. Se os orçamentos se contraem ou as sumptuosas despesas do Estado se alargam, os serviços públicos não podiam manter-se. A privatização e a redução a nada dos sistemas de serviços de utilidade pública constituem uma saída, não para a melhoria dos mesmos, mas para a selva a cuja porta nos encontramos já.

Salvar a democracia, combater o capitalismo

É o próprio Ministério do Emprego, em Londres, que vai despedir 3000 funcionários públicos. Uma contradição? Nada disso. Certos dos serviços ministeriais serão privatizados, o que torna perfeitamente compreensíveis as decisões da secretária de Estado, Gilliam Shephard. Esta senhora mostra-se preocupada, como lhe compete, com o crescimento do desemprego nos países da CEE e, assim, incapaz de solucionar esse problema no seu próprio país propõe-se resolvê-lo nos dos outros. Nestas circunstâncias,

PONTOS CARDEAIS

Gazetilha

Papel para o cujo

Esta vem da Madeira na gasosa. Aquele secretário-regional que só papel do fino, cor-de-rosa quer pró, e depois de, etc.

De dissidente a fama ele já goza. Vai ter sarilho. É canja. Então para aquilo já o cor-de-rosa é melhor que o laranja?...

Tradição

Não é o diz-se, diz-se, a confusão. Alguém assina, quando dá o xeque: atenção, atenção, «há um ambiente policial na SEC...»

Olha que admiração nos desconsola! Havendo lá tanta Kultura em jogo pois é claro que logo se puxa pela pistola...

A maioria do maioral

Noventa e três está aí, com um motivo de guiso no sorriso de criança. Há até quem o ache um pouco subversivo com seu farnel de esperança. Não veio antes do tempo o figurão? Será revolucionário de verdade? P'ra se saber, enfim, se sim ou não, vai reunir a Alta Autoridade.

Com a maioria que lá pode e quer pobre noventa e três, pobre fadário! A Alta Autoridade, está-se a ver vai negar a razão ao calendário...

No pelotão

Cavaco em tenra idade, sorridente, tinha na mente um sonho de verdade: ver dar a Sociedade um passo em frente pela vertente da europeidade.

Era patente assim tanta verdade? Na realidade, não. Subitamente entrou a gente na modernidade a europeidade dá de si presente.

Desemprego, falências, um inferno. São as vivências de um País moderno gostos de alguém que quer ir mais que a trote.

Cá para mim, caímos da tripeça. Agora sim, nós vamos à cabeça do pelotão, está bem, mas em pelote...

Ingenuidades

Desde que se apaixonou por Maastricht, Barros Moura tem visto aumentar a sua miopia de forma galopante. É um daquelas casos em que, ao contrário da cantiga, o «amor é cego», mas não vê.

Pois não é que vem sentenciar no «Diário de Notícias», de 20 de Dezembro (!) que o PSD começa «a marcar distâncias em relação ao tratado de Maastricht) que negociou e que, antes, apoiou sem reservas.»

Mas onde é que este homem tem andado? Caramba, e fala ele do daltonismo de outros! Então nem sequer sabe da excomunhão lançada por Cavaco Silva aos partidos que votaram contra Maastricht e dos elogios que derramou sobre o PS, tudo isto, aliás, como era de esperar? Boa maneira de marcar distâncias!

Dir-se-á que o artigo foi escrito antes destes episódios e que foi o «D.N.» que retardou, maldosamente, a publicação. Pois, mesmo que assim seja, a situação não melhora para o articulista e só demonstra como são desastrosas as suas previsões.

O artigo demonstra mais. Demonstra, noutro passo, como são desastrosas as suas apreciações. Diz ele: «A aposta no tratado foi uma opção voluntarista das forças interessadas na unidade europeia, numa «Alemanha europeia», na paz e na segurança, num quadro de garantia das regras democráticas e dos direitos do homem.» Será que Barros Moura acredita mesmo que são estes generosos sentimentos que fazem correr os mais acérrimos defensores do tratado? Por exemplo, um Helmut Kohl? As

transnacionais de sede europeia? Santa ingenuidade? Ou não tão santa?

O buraco de Cavaco

«As eleições não se ganham na véspera. Até porque o povo não se deixa enganar com essa facilidade». Disse Cavaco há dias. E, juntando o gesto à palavra, não foi na véspera de Natal que correu a inaugurar um troço da Via do Infante. O povo não se deixaria enganar com esse budo aos automobilistas que demandam o Algarve. Só que, mais uma vez, Cavaco teve pouca sorte com as estradas que inaugura, mesmo «sem» pressas, nem em véspera de...

Não tinham passado dois dias e o troço, apanhando Cavaco de costas, deu de si e abriu buraco. Desta vez não foi Belém que teve a culpa. A generalidade da comunicação social atribuiu o aluimento de terras à chuva. Ninguém se terá lembrado de culpar as obras apressadas do cavaquismo. De qualquer modo, buraco!

O buraco de Casqueiro

Quem não deve andar bem humorado nesta quadra festiva é o capista Casqueiro. É que, de repente, toda a gente viu o buraco que terá feito — segundo a imprensa reza — numa cooperativa agrícola de Santarém. Mais mal humorados ainda devem estar os seus associados quando souberam que o buraco de Casqueiro se eleva — ou afunda? — a 92 mil contos. O secretário geral da CAP foi presidente daquela cooperativa desde 1981 até ao corrente ano e é agora acusado, segundo o «Expresso», de ter planeado uma estratégia de destruição da CPAS. A

acusação parte de vários sócios da cooperativa, que já lhe deviam conhecer as maneiras e as estratégias. Talvez esperassem que Casqueiro se limitasse a fazer buracos em terra alheia e não viesse fazê-los ali...

O buraco de Panic

Está na moda contestar as eleições. Sobretudo está na moda a direita contestar os resultados delas, quando lhes são desfavoráveis. E não se pode dizer que a direita, que anda a ganhar em toda a linha, pelo mundo fora, tenha tido vitórias eleitorais por esse mesmo mundo.

Agora foi Milan Panic, o derrotado da Sérvia. Ainda os votos não tinham sido todos contados e já os seus colaboradores gritavam que tinha havido fraude e que a vitória não pertencia a Milosevic.

De repente, Panic deu conta do buraco — estava nada mais nada menos a candidatar-se ao título de «Savimbi dos Balcãs»... E declarou aceitar os resultados!

O buraco da rainha

Decididamente, a rainha de Inglaterra anda com azar. Então não é que o seu discurso, tão cuidadosamente bordado para dizer pelo Natal, foi, sabe-se lá por que buraco da sua segurança, parar às mãos intrigistas do pasquim «The Sun»? O discurso, que deveria ficar gravado até ao dia 25 na BBC, apareceu nas páginas do jornaleco logo no princípio da semana. Foi mais um revez a coroar uma série de chatices que a família real tem atravessado. Não é de admirar que Isabel II tenha recentemente chamado a 1992 um «annus horribilis»...

frases da Semana

“Para as pessoas desfavorecidas, o presépio de Belém não tem sentido.”

☛ (D. Eurico Nogueira — «Jornal de Notícias», 26.12.92)

“Irei bater-me como um leão pelo pelouro das Relações Externas.”

☛ (João de Deus Pinheiro — «TSF», 22.12.92)

“Simplesmente, o presidente Delors sempre mostrou alguma renitência em conceder-nos este pelouro (das Relações Externas) na medida em que havia outros candidatos. Daí que tivéssemos de ter alguma cautela no enunciado (...).”

☛ (João de Deus Pinheiro — «Diário de Notícias», 27.12.92)

“A Comunidade é a Feira da Malveira transposta a um nível geográfico que só é possível através de uma intelectualização do processo.”

☛ (Cardoso e Cunha — «Diário de Notícias», 28.12.92)

“Weiberger é um verdadeiro patriota americano, que prestou longo e extraordinário serviço ao nosso país.”

☛ (George Bush — citado em «Jornal de Notícias», 26.12.92)

“O sr. Bush continua implicado no Irangate e, por esse motivo, perdeu-se vergonhosamente a si próprio.”

☛ (New York Times, sobre o perdão concedido por Bush a Weinberger — «Diário de Notícias», 23.12.92)

“Gostaria de receber um Bugatti.”

☛ (Zita Seabra — «Diário de Notícias», 23.12.92)

“Espero que Portugal reconheça a integração de Timor-Leste na Indonésia, para lá poder ir.”

☛ (Abílio Osório, governador de Timor — «Jornal de Domingo», Canal 1, 27.12.92)

“Ficaria contente com um CD de música coral eslava.”

☛ (Barbosa de Melo — «Diário de Notícias», 23.12.92)

“Veria com muito gosto Judas numa lista do PS.”

☛ (Jorge Lação — «Expresso», 24.12.92)

“Só os puros de coração alcançam ver a Deus.”

☛ (D. António Ribello, mensagem de Natal — «Diário de Notícias», 25.12.92)



Filmes na TV

A Pantera Cor-de-Rosa
«The Pink Panther» (EUA/1963). Realização de Blake Edwards. Interpretação de David Niven, Peter Sellers, Robert Wagner, Capucine, Claudia Cardinale, Brenda de Benzie. Cor, 110 minutos.

Quando se ouve o memorável e «palmilhante» tema de Henri Mancini e surge no ecrã o genérico com a simpática «fera» cor-de-rosa, é certo e sabido que nos espera mais de hora e meia de farras gargalhadas, preparadas e encenadas a preceito por um mestre da comédia sofisticada - Blake Edwards - e geradas com brilhantismo não menor por um actor de fartíssimos recursos histrionicos - Peter Sellers - a quem ficámos a dever a criação deste espantoso Inspector Clouzot. História louca de roubos de jóias em meio de gente endinheirada (ou enfarpelada para se passar por isso), esta Pantera Cor-de-Rosa foi a primeira película de uma série subordinada ao mesmo género temático, reposição já habitual nos cinemas ou nas televisões durante esta quadra, mas que sempre nos faz passar uns agradáveis momentos de distração.

Quinta, 15.10, Canal 1

Air America

«Air America» (EUA/1990). Realização de Roger Spottiswoode. Interpretação de Mel Gibson, Robert Downey, Jr., Nancy Travis, Ken Jenkins, David Marshall Grant, Lane Smith, Art La Fleur. Cor, 108 minutos.

Embora pretensamente imaginado como um produto para fazer rir, mas com resultados práticos bem longe do almejado sucesso, este filme resulta assim totalmente deslocado, como género, nesta noite de passagem de ano, ainda para mais incluído em uma chamada «Sessão Especial»... Claro que há Mel Gibson e Robert Downey a chamar as atenções, mas as cenas de acção e espectacularidade são forçadíssimas. O argumento desenvolve-se à volta de uma operação de contrabando de droga situada no Laos durante a Guerra do Vietname e com a cumplicidade de alguns agentes da CIA. Rezam as crónicas sobre este filme que o seu parto foi difícil e demorou dez anos. Talvez que o esforço não tenha valido a pena.

Quinta, 21.50, Canal 1

Os Deuses Devem Estar Loucos

«The Gods Must Be Crazy» (África do Sul, 1980). Realização de Jamie Uys. Interpretação de Nixau, Marius Weyers, Sandra Prinsloo, Nic De Jager, Lown Verwey, Michael Thys. Cor, 105 minutos.

Enorme êxito de bilheteira onde quer que tenha sido projectado, este filme arvorando o pavilhão do Botswana, mas na realidade saído dos estúdios da África do Sul, é uma hilariante comédia de aventuras que, entretanto, apresenta por vezes facetas paternalistas altamente duvidosas. O seu autor, Jamie Uys, ficou a dever a sua ambivalente fama aos documentários que rodou na África do Sul, mas também a alguns dos mais lamentáveis exemplares dos «apanhados» inseridos na série «Gente Gira». Mas a história do filme

parte de uma excelente ideia: um nativo do deserto de Kalahari é surpreendido por uma garrafa de Coca Cola que é atirada de um avião e, julgando tratar-se de uma oferta dos deuses, acaba por provocar verdadeiros conflitos entre tribos. Os sarilhos desencadeados são fáceis de adivinhar...

Quinta, 01.40, Canal 1

Brilhintina II

«Grease II» (EUA/1982). Realização de Patricia Birch. Interpretação de Maxwell Caulfield, Michelle Pfeiffer, Adrian Zmed, Christopher McDonald, Peter Frechette. Cor, 110 minutos.

Ainda se se tratasse do «original» (Grease I), com o Travolta e a Olivia, música a rodos e belas coreografias, ainda vá que não vá. Mas a coreógrafa do primeiro, Patricia Birch, meteu-se a dar ares de realizadora e espalhou-se ao comprido. Certamente desconhecendo aquela do sapateiro e do rabecão, pós de pé uma sequela que deixa muito a desejar, com música sofrível e protagonistas desajustados (em que nem a Pfeiffer se safou) e, apenas, com uma boa cena no início do filme - o número do regresso à escola.

Sexta, 16.50, Canal 1

A Primeira Noite

«The Graduate» (EUA/1967). Realização de Mike Nichols. Interpretação de Anne Bancroft, Dustin Hoffman, Katharine Ross, Murray Hamilton, William Daniels, Elizabeth Wilson. Cor, 105 minutos.

Um dos grandes filmes que passam pelas televisões nesta quadra. Na realidade, como esquecer o espectáculo de Anne Bancroft a iniciar o adolescente Dustin Hoffman no cinema (e não só) e que dizer dessa espantosa banda sonora com as imortais canções de Simon & Garfunkel? Uma altíssima comédia dramática, um Oscar para o Melhor Realizador e, de certo modo, um marco no cinema americano dos anos 60. Que mais se pode pedir?

Sexta, 21.40, SIC

Fim-de-Semana com o Morto

«Weekend at Bernie's» (EUA/1989). Realização de Ted Kotcheff. Interpretação de Andrew McCarthy, Jonathan Silverman, Catherine Mary Stewart, Terry Kiser, Don Calfa, Catherine Parks, Eloise Broady. Cor, 95 minutos.

Uma comédia de humor negro, com o cadáver de um patrão às bolandas de dois empregados que a seu convite o vêm visitar à sua fabulosa residência de Verão e se vêem envolvidos em sarilhos de que tentam descartar-se. O realizador, especializado em filmes de acção (como o famigerado Rambo), faz aqui a agulha para um outro género, o que, apesar de tudo, não é má ideia...

Sexta, 22.00, Canal 1

Onde Fica a Guerra?

«Which Way To The Front?» (EUA/1970). Realização de Jerry Lewis. Interpretação de Jerry Lewis, Jan Murray, Willie Davis, John Wood, Steve Franken, Dack Rambo. Cor, 92 minutos.

Também não inédita em quadras festivas, na televisão, esta sátira aos filmes de guerra constitui um dos últimos filmes totalmente realizados por Jerry Lewis e, por sinal, não é dos que mais se recomendam na sua espectacular e multifacetada carreira. Apesar de tudo, algumas rábulas deste desastrosado multimilionário americano em bolandas pela II Grande Guerra são dignas de nota, como por exemplo o seu encontro com Hitler.

Sexta, 24.00, TV 2

A Volta ao Mundo em 80 Mentiras

«Around The World in 80 Days» (Austrália/1986). Realização de Philip Quast. Interpretação de Allan Penney, Gosia Dobrowolska, Diana Davidson, Kelly Dingwall. Cor, 87 minutos.

E a longa noite termina com mais uma comédia, esta vinda dos antípodas. Com o principal fito de lhe ficarem com o dinheiro, já que a ideia é tudo simularem sem sair de casa, dois irmãos convencem o pai, já senil, a fazerem todos uma viagem à volta do Mundo. Algumas gargalhadas e sorrisos que o filme proporciona não fazem esquecer certa crueza e falta de gosto que, por vezes, envolvem a história. Mas, felizmente, o velho não está tão senil como isso...

Sexta, 00.35, Canal 1

Inferno nas Alturas

«Flying Leathernecks» (EUA/1951). Realização de Nicholas Ray. Interpretação de John Wayne, Robert Ryan, Don Taylor, Janis Carter, Jay C. Flippen. Cor, 98 minutos.

Durante os combates em Guadalcanal, um major impiedoso confronta-se com um capitão bem mais razoável, perante os perigos da guerra. Exceptuando a encenação e montagem das brilhantes cenas dos combates aéreos, este é um filme menor na riquíssima carreira de Nicholas Ray, talvez por que se tenha tratado de uma encomenda, daquelas que não se podem recusar ao patrão... quando ele se chama Howard-«RKO» Hughes.

Sábado, 11.45, TV 2

As Aventuras de Buffalo Bill

«Buffalo Bill» (EUA/1944). Realização de William Wellman. Interpretação de Joel McCrea, Maureen O'Hara, Linda Darnell, Thomas Mitchell, Anthony Quinn, Edgar Buchanan. Cor, 90 minutos.

Só de olhar para a ficha técnica, com uma tal parêntese de intérpretes, apetece logo não perder o filme. Mas é provável que, depois, uma certa decepção surja. Tanto mais que, como o visionamento acabará por esclarecer, o seu interesse não vai muito para além disso, já que este clássico de Wil-



- «O Feitiço da Lua», um elenco fabuloso

liam Wellman baseado na biografia do herói do Oeste se fica pelo muito que promete mas não chega a alcançar.

Sábado, 15.05, SIC

Um Pequeno Romance

«A Little Romance» (EUA/1979). Realização de George Roy Hill. Interpretação de Laurence Olivier, Diane Lane, Thelonus Bernard, Arthur Hill, Sally Kellerman. Cor, 105 minutos.

Mais uma vez Laurence Olivier num papel em que se transfigura para agora incarnar o papel de um velho vigarista que se aproveita do encontro que acontece por acaso com dois adolescentes apaixonados para os convencer a ser o seu chaperon durante uma viagem até Veneza, que ele aproveita para as suas traficâncias financeiras. Um interessante filme romântico que é um bom momento de entretenimento para uma tarde de sábado. Excelente música do francês George Delerue, na banda sonora.

Sábado, 15.45, Canal 1

Perry Mason: O Caso da Caneta Envenenada

«Perry Mason: The Case Of Poisoned Pen» (EUA/1990). Realização de Christian I. Nyby II. Interpretação de Raymond Burr, Barbara Hale, William R. Moses, Cindy Williams, Tony LoBianco, Barbara Babcock. Cor, 100 minutos.

Telefilme que dá sequência aos «casos» de Perry Mason, este girando à volta de um escritor de maus fígados que é acusado de matar a sua ex-mulher durante uma misteriosa convenção de escritores.

Sábado, 00.55, SIC

«Isn't It Shocking?»

(título português, não fornecido na programação mensal ou semanal) EUA/1973. Realização de John Badham. Interpretação de Alan Alda, Louise Lasser, Edmond O'Brien, Ruth Gordon, Will Geer, Dorothy Tristan. Cor, 71 minutos.

A estranha história de crimes em série numa pequena cidade da Nova Inglaterra, que atormentam os seus habitantes e despertam a sagacidade do sheriff local, é o pano de fundo desta brilhante e misteriosa comédia criminal realizada, para a televisão, por um talentoso realizador dos filmes para o cinema. Boas referências.

Sábado, 23.30, Canal 1

Mr. Frost, o Assassino

«Mr. Frost» / «Deadly Mr. Frost» (EUA/1991). Realização de Philip Setbon. Interpretação de Jeff Goldblum, Alan Bates, Kathy Baker, Jean-Pierre Cassel, Daniel Gélin, Roland Giraud. Cor, 94 minutos.

Mau gosto em forma de suspense em quantidades industriais e excessivo número de cadáveres por metro quadrado (nada menos de 24, se bem que espartilhados para ocupar menos espaço), são alguns dos ingredientes deste filme bem ao jeito das «sessões duplas» desta comercial RTP... Para quem tiver gosto e paciência.

Sábado, 00.45, Canal 1

O Pássaro Azul

«The Blue Bird» (EUA/1940). Realização de Walter Lang. Interpretação de Shirley Temple, Spring Byington, Nigel Bruce, Gale Sondergaard, Eddie Collins, Sybill Jason. Cor, 88 minutos.

Não, não é o filme de George Cuckor de 1976 (aliás, primeira co-produção soviético-americana) - também ele com argumento adaptado a partir da famosa peça de Maeterlinck - mas a sua segunda versão, datada de 1940. Mas estes dados de referência vêm a propósito para vos dizer que, tal como a versão posterior, quase nada do encanto da peça original perpassa por este filme, rodado um ano depois de O Feitiço de Oz, em que nem sequer Shirley Temple consegue dar, a quem disso o esperava, um ar da sua graça. Como acontece quase sempre, não há amor como o primeiro: Maurice Tourneur havia feito bem melhor... em 1918!

Domingo, 15.05, SIC

As Neves do Kilimanjaro

«The Snows of Kilimanjaro» (EUA/1952). Realização de Henry King. Interpretação de Gregory Peck, Susan Hayward, Ava Gardner, Hildgarde Neff, Leo G. Carroll. Cor, 110 minutos.

Brilhantemente adaptado do romance de Ernest Hemingway (escritor ao qual as adaptações cinematográficas nem sempre têm feito justiça) este filme tem uma impecável distribuição de intérpretes, entre os quais avulta Gregory Peck em um dos seus melhores papéis: o de um repórter e escritor que percorre o mundo em

busca de aventuras. A história vem encontrá-lo em Paris, onde conhece uma mulher por quem se apaixonou e segue até Espanha, em plena Guerra Civil, onde esta encontrará a morte. E então que ele casa com uma outra mulher cujas qualidades vem a descobrir em terras de África para onde partira para reflectir sobre o sentido da vida. Um excelente filme de Henry King, com uma história intimista, desenvolvendo-se nos ambientes caros a Hemingway e enquadrada por uma espectacular encenação.

Domingo, 16.30, Canal 1

Força Delta

«The Delta Force» (EUA/1986). Realização de Menahem Golan. Interpretação de Chuck Norris, Lee Marvin, Martin Balsam, Joey Bishop, Robert Forster, Lainie Kazan, George Kennedy, Hanna Schygulla, Susan Strasberg, Bo Svenson, Robert Vaughn, Shelley Winters, Assaf Dayan. Cor, 129 minutos.

Produto do lobbie israelita nas altas esferas dos circuitos de produção nos EUA, este filme de acção, rodado em Israel, gira à volta da captura de um avião por terroristas árabes no Médio Oriente e da sua recuperação por um punhado de valentes americanos, com Chuck Norris e Lee Marvin à cabeça... Inegavelmente eficaz e sempre prendendo o espectador à acção, o filme, a avaliar pelas vedetas envolvidas, deve ter saído bastante para o caro. Mas a propaganda compensa...

Domingo, 21.10, SIC

A Magia da Mulher Negra

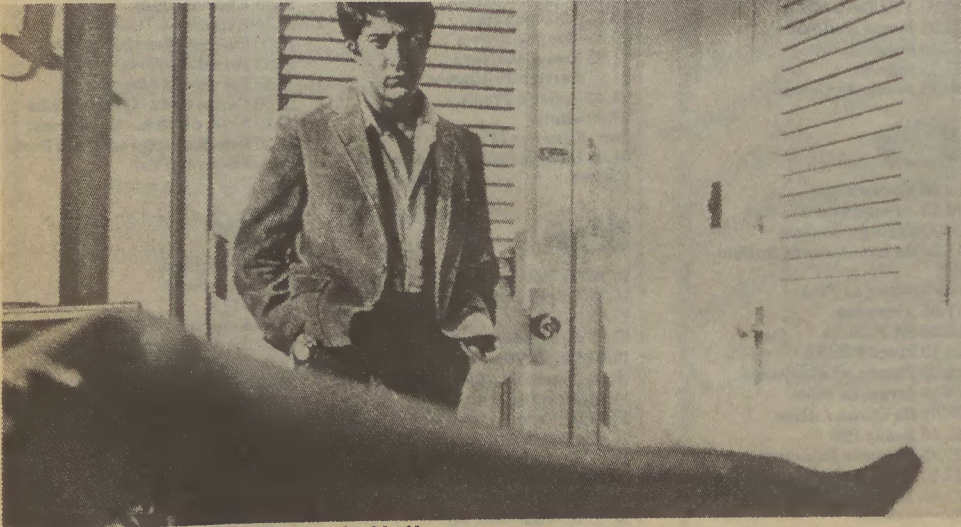
«Black Magic Woman» (EUA/1991). Realização de Deryn Warren. Interpretação de Mark Hamill, Amanda Wyss, Apollonia Kotero, Victor Rivers, Abridah Viera. Cor, 87 minutos.

Filme bastante recente e desconhecido entre nós, resta-nos o relato que nos é proporcionado pelo Boletim de Informação da RTP: «thriller erótico em atmosfera de fábula macabra sobre um homem que tem um caso amoroso com uma mulher e depois de a abandonar começa a ser vítima de feitiços e sortilégios»...

Domingo, 23.05, TV 2

Adorável Júlia

«Adorable Julia» (Fr/1964). Realização de Alfred Weidenmann. Interpretação de Lili Palmer, Charles Boyer,



- «A Primeira Noite», de Dustin Hoffman

Jean Sorel, Thomas Fritsch.
P/B, 94 minutos.

O charme de Lili Palmer e Charles Boyer estão a matar nesta adaptação de uma peça de Somerset Maugham em que uma atriz de meia idade não deixa que os casos de amor interfiram com a sua vida profissional.

Segunda, 15.30, Canal 1

Nunca Digas Nunca

«Never Say Never Again» (EUA/1983). Realização de Irvin Kershner. Interpretação de Sean Connery, Klaus Maria Brandauer, Max Von Sydow, Barbara Carrera, Kim Basinger, Bernie Casey, Alec McCowen, Edward Fox. Cor, 137 minutos.

É o regresso de Sean Connery à sua personagem de James Bond após doze anos de ausência. Mas, tirando naturalmente o seu carisma pessoal e a sua actuação ao



- Ava Gardner e Gregory Peck, em «As Neves do Kili-manjaro»

melhor estilo britânico de agente secreto, o filme não anda nem desanda e Klaus Maria Brandauer, no papel do mau da fita, não chega a meter medo. Desigual; mas entretém.

Segunda, 21.35, SIC

«Dust»

(título português não fornecido na programação mensal), Fr./Bélg./1985. Realização de Marion Hansel. Interpretação de Jane Birkin, Trevor Howard, John Mather, Nadine Uwampa. Cor, 87 minutos.

Uma mulher (Magda) vive com seu pai numa quinta isolada numa região desértica da África do Sul, sofrendo da ignorância a que o pai vota, absorvido que este anda com a ligação que mantém com a mulher do seu capataz, um casal de empregados negros. É então que Magda, não suportando o ciúme, mata o pai e esconde o corpo com a cumplicidade do capataz. Mas as dificuldades financeiras sobrevivem e apenas aquele casal se mantém ao seu serviço, num ambiente de relações complexas que culminam na violação de Magda pelo capataz e, após a partida deste, em uma nova solidão. Uma história envolto num sufocante ambiente de racismo e paixão, num filme com interessantes referências

Segunda, 23.40, TV 2

O Perfume da Senhora de Negro

«Il Profumo Della Signora In Nero» (It./1964).

Segunda, 01.00, Canal 1

«The Seventh Victim»

(título português, não fornecido na programação mensal) EUA/1943. Realização de Mark Robson. Interpretação de Tom Conway, Kim Hunter, Jean Brooks, Evelyn Brent, Elizabeth Russell, Hugh Beaumont, Elford Gage, Isabel Jewell, Barbara Hale. P/B, 71 minutos.

A Sétima Vítima, ao contrário de certos produtos que ultimamente invadem os nossos televisores nas doses massivas das noites e madrugadas das sextas e dos sábados, mais do que mostrar horrendas cenas de terror e violência, com sangue a saltar por todos os

	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A A Bela e o Monstro	★★	—	★★★
B O Coração da Cidade	—	★★★★	★★★
C O Jogador	★★★	★★★★	★★★★
D Os Livros de Próspero	★★★★	—	—
E Twin Peaks	★★★★	★★★	★★★★

Classificação de ★ a ★★★★★

- A — Real. Gary Trousdale e Kirk Wise, prod. Disney — Alfa/4 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), Amoreiras/4 (13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45, 00.15), Cine 222 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), Fonte Nova/2 (14.15, 16.30, 18.45, 21.15), King Triplex/1 (13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.30), Quarteto/4 (14.45, 16.30, 18.15, 20.00, 21.45, 24.00), S. Jorge/1 (14.15, 16.15, 18.15, 21.15), — Lisboa.
B — Real. Lawrence Kasdan — Quarteto/2 (14.15, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) — Lisboa.
C — Real. Robert Altman — Alfa/5 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), Amoreiras/5 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15) — Lisboa.
D — Real. Peter Greenaway — King Triplex/3 (14.15, 16.30, 19.00, 21.45) — Lisboa.
E — Real. David Lynch — Amoreiras/7 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) — Lisboa.

por parte de Cher e, sobretudo, dessa fabulosa Olympia Dukakis, ambas alcançando os Oscars da especialidade. Mas não só. É sobretudo o argumento, da pena de Patrick Shanley (também ele contemplado), desenvolvendo-se como se fosse uma peça de teatro mas permitindo a Norman Jewison uma encenação nada estática, cuidadosa e envolvente, que faz demonstrar à evidência quão decisivo é, no cinema, o saber da escrita para os diálogos e para as imagens. A não perder.

Quarta, 21.45, Canal 1

Uma Rapariga Em Cada Porto

«A Girl in Every Port» (EUA/1952). Realização de Chester Erskine. Interpretação de Groucho Marx, William Bendix, Marie Wilson, Don DeFore, Gene Lockhart. P/B, 86 minutos.

História tresloucada à volta das peripécias de um cavalo de corridas a bordo de um barco, é um dos tais filmes em que um bom naipe de intérpretes (onde avulta Groucho Marx) não chega para salvar o que não tem remédio. A menos que, ao contrário do que é indicado na programação mensal prevista pela RTP, se trate do filme de Howard Hawks de 1928, pelo que convém estar atento...

Quarta, 01.30, TV 2

Nota: a Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão. Por exemplo, à hora de fecho desta edição, os serviços competentes da RTP ainda ignoram que programa ou filme substituirá a anteriormente prevista transmissão pela TV 2 do espectáculo de fim do ano no Terreiro do Paço, que a SIC transmitirá em directo.

Teatro

CASA DA COMÉDIA

Lisboa, Rua S. Francisco Borja, às Janelas Verdes. De 3ª a sáb. às 22.00, dom. às 17.00. TAROT, OU A VIAGEM DO LOUCO, texto e encenação de Filipe Crawford.

COMUNA

Lisboa, Praça de Espanha. Tel. 7271818 e 2752175. Sala Nova - De 2ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00: EDUARDO II, de Christopher Marlowe, enc. de João Mota, pelo Teatro da Comuna. Café-Teatro - De 3ª a sáb. às 22.00, dom. às 17.00: NA MINHA RUA NINGUÉM PASSA, texto e encenação de José Carretas.

RITZ CLUB

Lisboa, Rua da Glória, 57. Tel. 3425140. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00: A CANTORA CARECA, de Eugene Ionesco, enc. de Helder Costa, pela companhia A Barraca.

SALA DO POVO PORTUENSE

Porto, Rua de Camões. Tel. 698570. De 3ª a dom. 21.30, dom. também às 16.00. FELIZ ANO VELHO, de Marcelo Rubens Paiva, encenação de Júlio Cardoso.

TEATRO ABERTO

Lisboa, Praça de Espanha. Tel. 7970969. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. A ÓPERA DE 3 VINTENS, de Bertolt Brecht e Kurt Weill, versão de João Lourenço e Vera San Payo de Lemos, coreografia de Olga Roriz, pelo Novo Grupo e convidados.

TEATRO DA GRAÇA

Lisboa, Trav. de S. Vicente, 11. Tel. 875626. De 2ª a sáb (excepto à 4ª) às 21.30, dom. às 17.00. VASSA GELEZNOVA, de

Maximo Gorki, encenação de Elisa Lisboa

TEATRO MUNICIPAL DE ALMADA

Almada, Rua Conde Ferreira. Tel. 2752175. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. D. QUIXOTE, de António José da Silva, enc. de Joaquim Benite, pela Companhia de Teatro de Almada.

TEATRO MUNICIPAL MIRITA CASIMIRO

Estoril, Av. Fausto de Figueiredo. De 4ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. HAROLD E MAUDE, de Collin Higgins, encenação de Carlos Avilez.

TEATRO NACIONAL D. MARIA II

Lisboa, Rossio. Sala Garrett: de 3ª a sáb. às 21.00, dom. às 16.00. DUETO A SOLO, de Tom Kempinski, enc. Jacinto Ramos.

TEATRO NACIONAL S. JOÃO

Porto, Praça da Batalha. PASSA POR MIM NO ROSSIO, texto e encenação de Filipe La Fera.

TEATRO DA TRINDADE

Lisboa, Largo da Trindade, 7-A. De 3ª a dom. às 21.30, sáb. e dom. às 16.00: O PAI TIRANO, pelo Teatro de Animação de Setúbal - Na Sala-Estúdio, de 3ª a sáb. às 18.30: NOITES, de Carlos Manuel Rodrigues.

TIL - TEATRO INFANTIL DE LISBOA

Lisboa, Rua Leão de Oliveira, 1. Sáb. e dom. às 16.00. O SOLDADINHO DE CHUMBO, adaptação do texto de Hans Christian Andersen, encenação de Fernando Gomes

Tempo



Nas regiões do Norte e Centro, céu pouco nublado e vento fraco a moderado. Nas regiões do Sul, céu com períodos de muito nublado, períodos de aguaceiros, vento moderado.

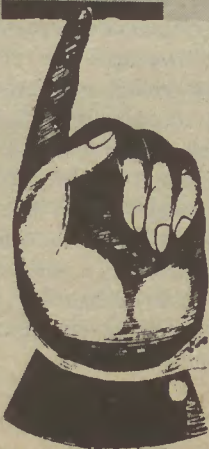
Um vasto conjunto de análises, reflexões e orientações a que o debate em curso em torno de Maastricht confere renovada actualidade, importância e utilidade

PORTUGAL
INDEPENDENTE
NO MUNDO
EM MUDANÇA

Encontro do PCP sobre a Independência Nacional

20-21 Out. 1990
ALMADA

edições
Avante!



À venda

Filmes na TV

A Pantera Cor-de-Rosa
«The Pink Panther» (EUA/1963). Realização de Blake Edwards. Interpretação de David Niven, Peter Sellers, Robert Wagner, Capucine, Claudia Cardinale, Brenda de Benzie. Cor, 110 minutos.

Quando se ouve o memorável e «palmilhante» tema de Henri Mancini e surge no ecrã o genérico com a simpática «fera» cor-de-rosa, é certo e sabido que nos espera mais de hora e meia de fartas gargalhadas, preparadas e encenadas a preceito por um mestre da comédia sofisticada - Blake Edwards - e geradas com brilhantismo não menor por um actor de fartíssimos recursos histriónicos - Peter Sellers - a quem ficámos a dever a criação deste espantoso Inspector Clouzot. História louca de roubos de jóias em meio de gente endinheirada (ou enfarpelada para se passar por isso), esta *Pantera Cor-de-Rosa* foi a primeira película de uma série subordinada ao mesmo género temático, reposição já habitual nos cinemas ou nas televisões durante esta quadra, mas que sempre nos faz passar uns agradáveis momentos de distração.

Quinta, 15.10, Canal 1

Air America

«Air America» (EUA/1990). Realização de Roger Spottiswoode. Interpretação de Mel Gibson, Robert Downey, Jr., Nancy Travis, Ken Jenkins, David Marshall Grant, Lane Smith, Art La Fleur. Cor, 108 minutos.

Embora pretensamente imaginado como um produto para fazer rir, mas com resultados práticos bem longe do almejado sucesso, este filme resulta assim totalmente deslocado, como género, nesta noite de passagem de ano, ainda para mais incluído em uma chamada «Sessão Especial»... Claro que há Mel Gibson e Robert Downey a chamar as atenções, mas as cenas de acção e espectacularidade são forçadíssimas. O argumento desenvolve-se à volta de uma operação de contrabando de droga situada no Laos durante a Guerra do Vietname e com a cumplicidade de alguns agentes da CIA. Rezam as crónicas sobre este filme que o seu parto foi difícil e demorou dez anos. Talvez que o esforço não tenha valido a pena.

Quinta, 21.50, Canal 1

Os Deuses Devem Estar Loucos

«The Gods Must Be Crazy» (África do Sul, 1980). Realização de Jamie Uys. Interpretação de Nixau, Marius Weyers, Sandra Prinsloo, Nic De Jager, Lown Verwey, Michael Thys. Cor, 105 minutos.

Enorme êxito de bilheteira onde quer que tenha sido projectado, este filme arvorando o pavilhão do Botswana, mas na realidade saído dos estúdios da África do Sul, é uma hilariante comédia de aventuras que, entretanto, apresenta por vezes facetas paternalistas altamente duvidosas. O seu autor, Jamie Uys, ficou a dever a sua ambivalente fama aos documentários que rodou na África do Sul, mas também a alguns dos mais lamentáveis exemplares dos «apanhados» inseridos na série «Gente Gira». Mas a história do filme

parte de uma excelente ideia: um nativo do deserto de Kalahari é surpreendido por uma garrafa de Coca Cola que é atirada de um avião e, julgando tratar-se de uma oferta dos deuses, acaba por provocar verdadeiros conflitos entre tribos. Os sarilhos desencadeados são fáceis de adivinhar...

Quinta, 01.40, Canal 1

Brilhintina II

«Grease II» (EUA/1982). Realização de Patricia Birch. Interpretação de Maxwell Caulfield, Michelle Pfeiffer, Adrian Zmed, Christopher McDonald, Peter Frechette. Cor, 110 minutos.

Ainda se se tratasse do «original» (*Grease I*), com o Travolta e a Olivia, música a rodos e belas coreografias, ainda vá que não vá. Mas a coreógrafa do primeiro, Patricia Birch, meteu-se a dar ares de realizadora e espalhou-se ao comprido. Certamente desconhecendo aquela do *sapateteiro* e do *rabecão*, pôs de pé uma sequela que deixa muito a desejar, com música sofrível e protagonistas desajustados (em que nem a Pfeiffer se safou) e, apenas, com uma boa cena no início do filme - o número do regresso à escola.

Sexta, 16.50, Canal 1

A Primeira Noite

«The Graduate» (EUA/1967). Realização de Mike Nichols. Interpretação de Anne Bancroft, Dustin Hoffman, Katharine Ross, Murray Hamilton, William Daniels, Elizabeth Wilson. Cor, 105 minutos.

Um dos grandes filmes que passam pelas televisões nesta quadra. Na realidade, como esquecer o espectáculo de Anne Bancroft a iniciar o adolescente Dustin Hoffman no cinema (e não só) e que dizer dessa espantosa banda sonora com as imortais canções de Simon & Garfunkel? Uma altíssima comédia dramática, um Oscar para o Melhor Realizador e, de certo modo, um marco no cinema americano dos anos 60. Que mais se pode pedir?

Sexta, 21.40, SIC

Fim-de-Semana com o Morto

«Weekend at Bernie's» (EUA/1989). Realização de Ted Kotcheff. Interpretação de Andrew McCarthy, Jonathan Silverman, Catherine Mary Stewart, Terry Kiser, Don Calfa, Catherine Parks, Eloise Broady. Cor, 95 minutos.

Uma comédia de humor negro, com o cadáver de um patrão às bolandas de dois empregados que a seu convite o vêm visitar à sua fabulosa residência de Verão e se vêem envolvidos em sarilhos de que tentam descartar-se. O realizador, especializado em filmes de acção (como o famigerado *Rambo*), faz aqui a agulha para um outro género, o que, apesar de tudo, não é má ideia...

Sexta, 22.00, Canal 1

Onde Fica a Guerra?

«Which Way To The Front?» (EUA/1970). Realização de Jerry Lewis. Interpretação de Jerry Lewis, Jan Murray, Willie Davis, John Wood, Steve Franken, Dack Rambo. Cor, 92 minutos.

Também não inédita em quadras festivas, na televisão, esta sátira aos filmes de guerra constitui um dos últimos filmes totalmente realizados por Jerry Lewis e, por sinal, não é dos que mais se recomendam na sua espectacular e multifacetada carreira. Apesar de tudo, algumas rábulas deste desastrosado multimilionário americano em bolandas pela II Grande Guerra são dignas de nota, como por exemplo o seu encontro com Hitler.

Sexta, 24.00, TV 2

A Volta ao Mundo em 80 Mentiras

«Around The World in 80 Days» (Austrália/1986). Realização de Philip Quast. Interpretação de Allan Penney, Gosia Dobrowolska, Diana Davidson, Kelly Dingwall. Cor, 87 minutos.

E a longa noite termina com mais uma comédia, esta vinda dos antípodas. Com o principal fito de lhe ficarem com o dinheiro, já que a ideia é tudo simularem sem sair de casa, dois irmãos convencem o pai, já senil, a fazerem todos uma viagem à volta do Mundo. Algumas gargalhadas e sorrisos que o filme proporciona não fazem esquecer certa cruzada e falta de gosto que, por vezes, envolvem a história. Mas, felizmente, o velho não está tão senil como isso...

Sexta, 00.35, Canal 1

Inferno nas Alturas

«Flying Leathernecks» (EUA/1951). Realização de Nicholas Ray. Interpretação de John Wayne, Robert Ryan, Don Taylor, Janis Carter, Jay C. Flippen. Cor, 98 minutos.

Durante os combates em Guadalcanal, um major impiedoso confronta-se com um capitão bem mais razoável, perante os perigos da guerra. Exceptuando a encenação e montagem das brilhantes cenas dos combates aéreos, este é um filme menor na riquíssima carreira de Nicholas Ray, talvez por que se tenha tratado de uma encomenda, daquelas que não se podem recusar ao patrão... quando ele se chama Howard «RKO» Hughes.

Sábado, 11.45, TV 2

As Aventuras de Buffalo Bill

«Buffalo Bill» (EUA/1944). Realização de William Wellman. Interpretação de Joel McCrea, Maureen O' Hara, Linda Darnell, Thomas Mitchell, Anthony Quinn, Edgar Buchanan. Cor, 90 minutos.

Só de olhar para a ficha técnica, com uma tal parêntese de intérpretes, apetece logo não perder o filme. Mas é provável que, depois, uma certa decepção surja. Tanto mais que, como o visionamento acabará por esclarecer, o seu interesse não vai muito para além disso, já que este clássico de Wil-



- «O Feitiço da Lua», um elenco fabuloso

liam Wellman baseado na biografia do herói do Oeste se fica pelo muito que promete mas não chega a alcançar.

Sábado, 15.05, SIC

Um Pequeno Romance

«A Little Romance» (EUA/1979). Realização de George Roy Hill. Interpretação de Laurence Olivier, Diane Lane, Thelonus Bernard, Arthur Hill, Sally Kellerman. Cor, 105 minutos.

Mais uma vez Laurence Olivier num papel em que se transfigura para agora incarnar o papel de um velho vigarista que se aproveita do encontro que acontece por acaso com dois adolescentes apaixonados para os convencer a ser o seu *chaperon* durante uma viagem até Veneza, que ele aproveita para as suas traficâncias financeiras. Um interessante filme romântico que é um bom momento de entretenimento para uma tarde de sábado. Excelente música do francês George Delerue, na banda sonora.

Sábado, 15.45, Canal 1

Perry Mason: O Caso da Caneta Envenenada

«Perry Mason: The Case Of Poisoned Pen» (EUA/1990). Realização de Christian I. Nyby II. Interpretação de Raymond Burr, Barbara Hale, William R. Moses, Cindy Williams, Tony LoBianco, Barbara Babcock. Cor, 100 minutos.

Telefilme que dá sequência aos «casos» de Perry Mason, este girando à volta de um escritor de maus fígados que é acusado de matar a sua ex-mulher durante uma misteriosa convenção de escritores.

Sábado, 00.55, SIC

«Isn't It Shocking?»

(título português, não fornecido na programação mensal ou semanal) EUA/1973. Realização de John Badham. Interpretação de Alan Alda, Louise Lasser, Edmond O'Brien, Ruth Gordon, Will Geer, Dorothy Tristan. Cor, 71 minutos.

A estranha história de crimes em série numa pequena cidade da Nova Inglaterra, que atormentam os seus habitantes e despertam a sagacidade do *sheriff* local, é o pano de fundo desta brilhante e misteriosa comédia criminal realizada, para a televisão, por um talentoso realizador dos filmes para o cinema. Boas referências.

Sábado, 23.30, Canal 1

Mr. Frost, o Assassino

«Mr. Frost» / «Deadly Mr. Frost» (EUA/1991). Realização de Philip Setbon. Interpretação de Jeff Goldblum, Alan Bates, Kathy Baker, Jean-Pierre Cassel, Daniel Gélin, Roland Giraud. Cor, 94 minutos.

Mau gosto em forma de *suspense* em quantidades industriais e excessivo número de cadáveres por metro quadrado (nada menos de 24, se bem que esquarterados para ocupar menos espaço), são alguns dos ingredientes deste filme bem ao jeito das «sessões duplas» desta comercial RTP... Para quem tiver gosto e paciência.

Sábado, 00.45, Canal 1

O Pássaro Azul

«The Blue Bird» (EUA/1940). Realização de Walter Lang. Interpretação de Shirley Temple, Spring Byington, Nigel Bruce, Gale Sondergaard, Eddie Collins, Sybill Jason. Cor, 88 minutos.

Não, não é o filme de George Cuckor de 1976 (aliás, primeira co-produção soviético-americana) - também ele com argumento adaptado a partir da famosa peça de Maeterlinck - mas a sua segunda versão, datada de 1940. Mas estes dados de referência vêm a propósito para vos dizer que, tal como a versão posterior, quase nada do encanto da peça original perpassa por este filme, rodado um ano depois de *O Feitiço de Oz*, em que nem sequer Shirley Temple consegue dar, a quem disso o esperava, um ar da sua graça. Como acontece quase sempre, não há amor como o primeiro: Maurice Tourneur havia feito bem melhor... em 1918!

Domingo, 15.05, SIC

As Neves do Kilimanjaro

«The Snows of Kilimanjaro» (EUA/1952). Realização de Henry King. Interpretação de Gregory Peck, Susan Hayward, Ava Gardner, Hildgarde Neff, Leo G. Carroll. Cor, 110 minutos.

Brilhantemente adaptado do romance de Ernest Hemingway (escritor ao qual as adaptações cinematográficas nem sempre têm feito justiça) este filme tem uma impecável distribuição de intérpretes, entre os quais avulta Gregory Peck em um dos seus melhores papéis: o de um repórter e escritor que percorre o mundo em

busca de aventuras. A história vem encontrá-lo em Paris, onde conhece uma mulher por quem se apaixona e segue até Espanha, em plena Guerra Civil, onde esta encontrará a morte. É então que ele casa com uma outra mulher cujas qualidades vem a descobrir em terras de África para onde partirá para reflectir sobre o sentido da vida. Um excelente filme de Henry King, com uma história intimista, desenvolvendo-se nos ambientes caros a Hemingway e enquadrada por um espectacular encenação.

Domingo, 16.30, Canal 1

Força Delta

«The Delta Force» (EUA/1986). Realização de Menahem Golan. Interpretação de Chuck Norris, Lee Marvin, Martin Balsam, Joey Bishop, Robert Forster, Lainie Kazan, George Kennedy, Hanna Schygulla, Susan Strasberg, Bo Svenson, Robert Vaughn, Shelley Winters, Assaf Dayan. Cor, 129 minutos.

Produto do *lobby* israelita nas altas esferas dos circuitos de produção nos EUA, este filme de acção, rodado em Israel, gira à volta da captura de um avião por terroristas árabes no Médio Oriente e da sua recuperação por um punhado de valentes americanos, com Chuck Norris e Lee Marvin à cabeça... Inegavelmente eficaz e sempre prendendo o espectador à acção, o filme, a avaliar pelas vedetas envolvidas, deve ter saído bastante para o caro. Mas a propaganda compensa...

Domingo, 21.10, SIC

A Magia da Mulher Negra

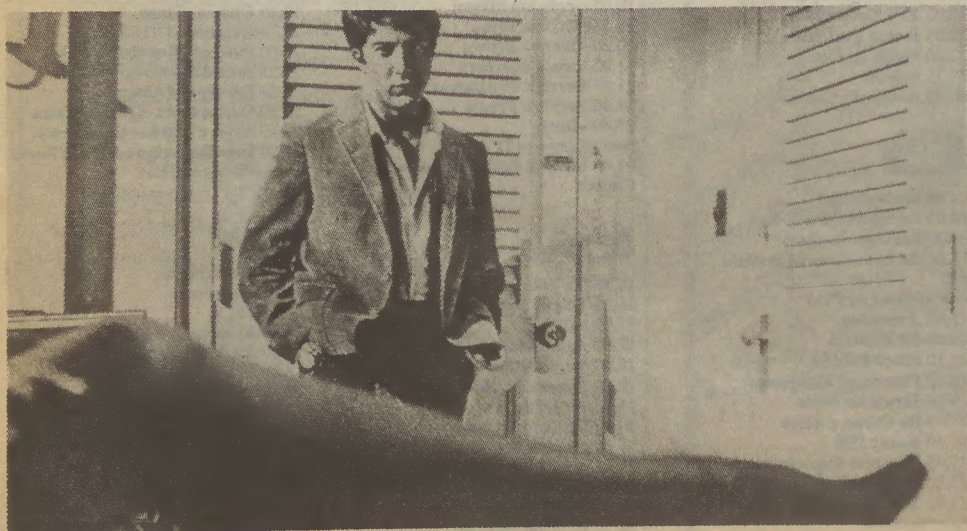
«Black Magic Woman» (EUA/1991). Realização de Deryn Warren. Interpretação de Mark Hamill, Amanda Wyss, Apollonia Kotero, Victor Rivers, Abriah Viera. Cor, 87 minutos.

Filme bastante recente e desconhecido entre nós, resta-nos o relato que nos é proporcionado pelo Boletim de Informação da RTP: «thriller erótico em atmosfera de fábula macabra sobre um homem que tem um caso amoroso com uma mulher e depois de a abandonar começa a ser vítima de feitiços e sortilégios»...

Domingo, 23.05, TV 2

Adorável Júlia

«Adorable Julia» (Fr/1964). Realização de Alfred Weidenmann. Interpretação de Lili Palmer, Charles Boyer,



- «A Primeira Noite», de Dustin Hoffman

Cinema

Jean Sorel, Thomas Fritsch.
P/B, 94 minutos.

O charme de Lili Palmer e Charles Boyer estão a matar nesta adaptação de uma peça de Somerset Maugham em que uma actriz de meia idade não deixa que os casos de amor interfiram com a sua vida profissional.

Segunda, 15.30, Canal 1

Nunca Digas Nunca

«Never Say Never Again» (EUA/1983). Realização de Irvin Kershner. Interpretação de Sean Connery, Klaus Maria Brandauer, Max Von Sydow, Barbara Carrera, Kim Basinger, Bernie Casey, Alec McCowen, Edward Fox. Cor, 137 minutos.

É o regresso de Sean Connery à sua personagem de James Bond após doze anos de ausência. Mas, tirando naturalmente o seu carisma pessoal e a sua actuação ao



- Ava Gardner e Gregory Peck, em «As Neves do Kili-manjaro»

melhor estilo britânico de agente secreto, o filme não anda nem desanda e Klaus Maria Brandauer, no papel do mau da fita, não chega a meter medo. Desigual, mas entretém.

Segunda, 21.35, SIC

«Dust»

(título português não fornecido na programação mensal), Fr./Bélg./1985. Realização de Marion Hansel. Interpretação de Jane Birkin, Trevor Howard, John Mathikiza, Nadine Uwampa. Cor, 87 minutos.

Uma mulher (Magda) vive com seu pai numa quinta isolada numa região desértica da África do Sul, sofrendo da ignorância a que o pai vota, absorvido que este anda com a ligação que mantém com a mulher do seu capataz, um casal de empregados negros. É então que Magda, não suportando o ciúme, mata o pai e esconde o corpo com a cumplicidade do capataz. Mas as dificuldades financeiras sobrevivem e apenas aquele casal se mantém ao seu serviço, num ambiente de relações complexas que culminam na violação de Magda pelo capataz e, após a partida deste, em uma nova solidão. Uma história envolta num sufocante ambiente de racismo e paixão, num filme com interessantes referências

Segunda, 23.40, TV 2

O Perfume da Senhora de Negro

«Il Profumo Della Signora In Nero» (It./1964).

Segunda, 01.00, Canal 1

«The Seventh Victim»

(título português, não fornecido na programação mensal) EUA/1943. Realização de Mark Robson. Interpretação de Tom Conway, Kim Hunter, Jean Brooks, Evelyn Brent, Elizabeth Russell, Hugh Beaumont, Elford Gage, Isabel Jewell, Barbara Hale. P/B, 71 minutos.

A Sétima Vítima, ao contrário de certos produtos que ultimamente invadem os nossos televisores nas doses massivas das noites e madrugadas das sextas e dos sábados, mais do que mostrar horrendas cenas de terror e violência, com sangue a saltar por todos os

	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A A Bela e o Monstro	★★	—	★★★
B O Coração da Cidade	—	★★★★	★★★
C O Jogador	★★★	★★★★	★★★★
D Os Livros de Próspero	★★★★	—	—
E Twin Peaks	★★★★	★★★	★★★★

Classificação de ★ a ★★★★★

- A — Real. Gary Trousdale e Kirk Wise, prod. Disney — Alfa/4 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), Amoreiras/4 (13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45, 00.15), Cine 222 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), Fonte Nova/2 (14.15, 16.30, 18.45, 21.15), King Triplex/1 (13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.30), Quarteto/4 (14.45, 16.30, 18.15, 20.00, 21.45, 24.00), S. Jorge/1 (14.15, 16.15, 18.15, 21.15), — Lisboa.
B — Real. Lawrence Kasdan — Quarteto/2 (14.15, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) — Lisboa.
C — Real. Robert Altman — Alfa/5 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), Amoreiras/5 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15) — Lisboa.
D — Real. Peter Greenaway — King Triplex/3 (14.15, 16.30, 19.00, 21.45) — Lisboa.
E — Real. David Lynch — Amoreiras/7 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) — Lisboa.

por parte de Cher e, sobretudo, dessa fabulosa Olympia Dukakis, ambas alcançando os Oscars da especialidade. Mas não só. É sobretudo o argumento, da pena de Patrick Shanley (também ele contemplado), desenvolvendo-se como se fosse uma peça de teatro mas permitindo a Norman Jewison uma encenação nada estática, cuidadosa e envolvente, que faz demonstrar à evidência quanto decisivo é, no cinema, o saber da escrita para os diálogos e para as imagens. A não perder.

Quarta, 21.45, Canal 1

Uma Rapariga Em Cada Porto

«A Girl in Every Port» (EUA/1952). Realização de Chester Erskine. Interpretação de Groucho Marx, William Bendix, Marie Wilson, Don DeFore, Gene Lockhart. P/B, 86 minutos.

História tresloucada à volta das peripécias de um cavalo de corridas a bordo de um barco, é um dos tais filmes em que um bom naipe de intérpretes (onde avulta Groucho Marx) não chega para salvar o que não tem remédio. A menos que, ao contrário do que é indicado na programação mensal prevista pela RTP, se trate do filme de Howard Hawks de 1928, pelo que convém estar atento...

Quarta, 01.30, TV 2

Nota: a Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão. Por exemplo, à hora de fecho desta edição, os serviços competentes da RTP ainda ignoram que programa ou filme substituirá a anteriormente prevista transmissão pela TV 2 do espectáculo de fim do ano no Terreiro do Paço, que a SIC transmitirá em directo.

Teatro

CASA DA COMÉDIA

Lisboa, Rua S. Francisco Borja, às Janelas Verdes. De 3ª a sáb. às 22.00, dom. às 17.00. TAROT, OU A VIAGEM DO LOUCO, texto e encenação de Filipe Crawford.

COMUNA

Lisboa, Praça de Espanha. Tel. 7271818 e 2752175. Sala Nova - De 2ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00: EDUARDO II, de Christopher Marlowe, enc. de João Mota, pelo Teatro da Comuna. Café-Teatro - De 3ª a sáb. às 22.00, dom. às 17.00: NA MINHA RUA NINGUÉM PASSA, texto e encenação de José Carretas.

RITZ CLUB

Lisboa, Rua da Glória, 57. Tel. 3425140. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00: A CANTORA CARECA, de Eugene Ionesco, enc. de Helder Costa, pela companhia A Barraca.

SALA DO POVO PORTUENSE

Porto, Rua de Camões. Tel. 698570. De 3ª a dom. 21.30, dom. também às 16.00. FELIZ ANO VELHO, de Marcelo Rubens Paiva, encenação de Júlio Cardoso.

TEATRO ABERTO

Lisboa, Praça de Espanha. Tel. 7970969. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. A ÓPERA DE 3 VINTENS, de Bertolt Brecht e Kurt Weill, versão de João Lourenço e Vera San Payo de Lemos, coreografia de Olga Roriz, pelo Novo Grupo e convidados.

TEATRO DA GRAÇA

Lisboa, Trav. de S. Vicente, 11. Tel. 875626. De 2ª a sáb (excepto à 4ª) às 21.30, dom. às 17.00. VASSA GELEZNOVA, de

Maximo Gorki, encenação de Elisa Lisboa

TEATRO MUNICIPAL DE ALMADA

Almada, Rua Conde Ferreira. Tel. 2752175. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. D. QUIXOTE, de António José da Silva, enc. de Joaquim Benite, pela Companhia de Teatro de Almada.

TEATRO MUNICIPAL MIRITA CASIMIRO

Estoril, Av. Fausto de Figueiredo. De 4ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. HAROLD E MAUDE, de Collin Higgins, encenação de Carlos Avilez.

TEATRO NACIONAL D. MARIA II

Lisboa, Rossio. Sala Garrett: de 3ª a sáb. às 21.00, dom. às 16.00. DUETO A SOLO, de Tom Kempinski, enc. Jacinto Ramos.

TEATRO NACIONAL S. JOÃO

Porto, Praça da Batalha. PASSA POR MIM NO ROSSIO, texto e encenação de Filipe La Fera.

TEATRO DA TRINDADE

Lisboa, Largo da Trindade, 7-A. De 3ª a dom. às 21.30, sáb. e dom. às 16.00: O PAI TIRANO, pelo Teatro de Animação de Setúbal - Na Sala-Estúdio, de 3ª a sáb. às 18.30: NOITES, de Carlos Manuel Rodrigues.

TIL - TEATRO INFANTIL DE LISBOA

Lisboa, Rua Leão de Oliveira, 1. Sáb. e dom. às 16.00. O SOLDADINHO DE CHUMBO, adaptação do texto de Hans Christian Andersen, encenação de Fernando Gomes



Um vasto conjunto de análises, reflexões e orientações a que o debate em curso em torno de Maastricht confere renovada actualidade, importância e utilidade

PORTUGAL
INDEPENDENTE
NO MUNDO
EM MUDANÇA

Encontro do PCP sobre a Independência Nacional

20-21 Out. 1990
ALMADA

edições Avante!



À venda

Tempo



Nas regiões do Norte e Centro, céu pouco nublado e vento fraco a moderado. Nas regiões do Sul, céu com períodos de muito nublado, períodos de aguaceiros, vento moderado.

a talhe de FOICE

Os vigilantes

A Guerra do Golfo — que tão abundantemente foi contada ao povo e mostrada às criancinhas pela Máquina do Grande Irmão Americano, apressando-se os irmãozinhos a enviar os seus obedientes repórteres repetir a saga dos «aliados» em cenários grandiosamente a condizer, tão reais que quando o telespectador descolava da TV e recolhia ao leito tinha de sacudir a areia dos sapatos — ainda há-de ficar na memória das gentes como o Marco da Grande Viragem. Sozinhos a comandar, os salvadores do mundo, campeões dos direitos humanos, vigilantes da democracia, do mundo ocidental e cristão, passaram a limpar o planeta de ditaduras obsoletas, opressões variadas, servidões antigas. Arrastando atrás de si — e algumas vezes à sua frente — as tropas aliadas ou, pelo menos, recebendo condescendentes a anuência, o aplauso, o «bem haja» de governos e de povos gratos, os discípulos de MacCarthy, de MacArthur, de Nixon e de Reagan empreenderam a humaníssima tarefa de limpar o mundo. Subiu-lhes o orgulho à cabeça? A arrogância ao coração? Nada disso. A prova é que não dão um passo nem um tiro antes de receberem a bênção da ONU, como os antigos cruzados não se atreviam ao caminho sem sermão e missa cantada. Heróis do Mundo Novo, não fazem a guerra pelo prazer do sangue e do saque — como se sabe inevitáveis decorrências das mais sagradas batalhas. Não, senhores! O que os anima é a caridade, levam a liberdade inscrita nas bandeiras, medicamentos nas mochilas, leite em pó nos camiões, artistas de variedades nos helicópteros, os corações a transbordar de humanidade. Chamam às suas operações já não Tempestade no Deserto, mas Restaurar a Esperança! Estão sempre alerta. Estão por toda a parte. Aqui restabelecem o mercado, além compram cérebros excedentários, quando a terra é de paz e os ex-inimigos se rojam em súplicas. Acolá varrem cidades pecadoras com a ira dos deuses. Além estão dispostos a boicotar uma ilha inteira, erguendo um bloqueio por onde não passa nem uma aspirina. E querem as armas apenas para si? Longe deles tal ideia. São capazes dos maiores sacrifícios, vendendo-as a baixo preço onde houver uma etnia que se rebele, um cacique que se levante, um nacionalista que se erga em bicos dos pés. Mas sempre por vontade da ONU. Querem a paz. Socorrem os vencidos, recompõem os savimbis de todos os continentes, apaziguam os justos ânimos de todos os suhartos. Como Grandes Responsáveis do mundo inteiro, nesse poder investidos pela ONU, distribuem o pão e a educação. Com dor na alma castigam, com circunspeção mantêm silêncios apaziguadores. Ainda há dias tivemos dessa equidistante postura dois exemplos paradigmáticos dos novos tempos que vivemos. As forças do bem, que vigiam no Golfo a paz e a concórdia, foram obrigadas a abater em pleno território do Iraque, na chamada «zona de segurança» um MIG iraquiano. Tudo feito com limpeza, em nome da ONU. E, como se não bastasse fazê-lo, veio o Presidente eleito dos EUA, antes de tomar posse, afirmar o seu apoio a mais esta obra de caridade, lembrando que os americanos estão na primeira linha na concretização do que ordena a ONU. Ao mesmo tempo, um delegado da ONU visitava Israel, onde foi oficialmente recebido. Ali o levava a piedade da Organização que recentemente expressara o seu repúdio pela expulsão de mais quatro centenas de palestinianos, deportados para terra de ninguém, em pleno deserto. Pediu que, ao menos, eles pudessem receber da ONU mantimentos e socorros. Mas decerto logo compreendeu que não é boa educação intervir num castigo exemplar. E, como a ONU se contentou com o não de Israel, os Estados Unidos, revelando um grande espírito de isenção, não pensaram sequer em intervir...

■ LM

1993 - O ano da morte dos aduaneiros

Milhares de trabalhadores vão para o desemprego a partir da próxima segunda-feira

A entrada em vigor do mercado interno, em 1 de Janeiro de 1993, ficará na memória de milhares de famílias como o início do fim dos aduaneiros. A 4 de Janeiro, primeiro dia útil de 1993, muitos daqueles trabalhadores ficarão no desemprego; até final do mês, o número de desempregados no sector deverá ascender a cerca de 5500.

As diferenças de opinião entre patrões e sindicatos sobre o que será o futuro imediato só difere quanto às datas: o desemprego é certo; resta saber se ocorrerá no início ou no fim do mês. Para os Sindicatos do sector, a previsão é que nesse dramático dia muitos escritórios fechem ou continuem a trabalhar apenas com um mínimo de funcionários. Para a Câmara dos Depachantes Oficiais (CDO) é provável que durante o mês de Janeiro os escritórios ainda continuem a trabalhar para concluir processos de desalfandegamento referentes a mercadorias entradas em Portugal nos últimos dias deste ano.

Seja como for, nos finais de Janeiro o problema do desemprego será uma realidade, a que até à data não foi dada qualquer alternativa satisfatória.

Como os sindicatos têm acusado, apesar de o desaparecimento da actividade de aduaneiro ser conhecido mesmo antes da adesão de Portugal à CEE, os sucessivos governos "não se preocuparam em tomar medidas compensatórias pela perda de 8500 postos de trabalho". Embora há mais de dois anos se venha a tentar acordar um 'pacote' de medidas, com indemnizações e subsídios de desemprego bonificados, o facto é que os impasses se sucederam. Apelos ao Governo, ao Presidente da República, ao Parlamento, greves que chegaram a durar

uma semana não chegaram para desbloquear a situação. A escassos dias do "fim oficial" da actividade, tudo está por resolver.

Os sindicatos exigem medidas compensatórias, designadamente que o Governo garanta a totalidade das indemnizações para os trabalhadores que vão ficar sem emprego; o Governo prevê o pagamento de um terço e o restante a ser suportado pelas empresas. Mas "se muitas empresas vão fechar ou entrar em falência, como podem elas pagar indemnizações?", interrogam os sindicatos. De concreto, o Governo apenas garante um terço da pré-reforma para os trabalhadores com 54 a 60 anos, subsídio de desemprego durante 24 meses para trabalhadores com idades entre os 40 e 54 anos e reforma antecipada aos 60 anos, sem direito a indemnização. Prevê ainda a criação de bolsas de formação e incentivos às empresas que contratem trabalhadores aduaneiros (cerca de 500 contos, com um acréscimo de 20 por cento se os trabalhadores tiverem menos de 40 anos). À hora do fecho desta edição, o decreto-lei sobre esta matéria continuava por publicar.

40 horas de trabalho em discussão no Parlamento

Um projecto de Lei apresentado pelo PCP sobre a redução semanal do trabalho normal vai ser discutido na quinta-feira da próxima semana (dia sete de Janeiro) na Assembleia da República. O agendamento foi marcado por iniciativa do grupo parlamentar comunista, visando fazer aprovar definitivamente as oito horas por dia e as quarenta horas por semana como limite máximo da jornada de trabalho, sendo esse limite de sete horas por dia e trinta e cinco por semana para o trabalho nocturno, por turnos,

insalubre ou perigoso do ponto de vista físico e psíquico. O preâmbulo do projecto de Lei apresentado pelo Partido Comunista Português lembra que já em 1935 a Organização Internacional do Trabalho aprovava na sua convenção nº. 35 o princípio de quarenta horas de trabalho semanal. Nos últimos anos em Portugal diversa regulamentação colectiva de trabalho consegue alguns avanços nesta matéria e já na anterior legislatura o PCP apresentou um projecto de Lei neste sentido, que só não teve vencimento pelo voto contra do PSD, apesar de na campanha eleitoral para as legislativas de 91 este partido ter prometido a redução para quarenta horas semanais do horário de trabalho.

Entre outras medidas propostas pelo PCP conta-se a obrigatoriedade de gozar seguidamente dois dias de descanso semanal, reformulase o regime de descansos compensatórios aos trabalhadores por turnos e concede-se a estes trabalhadores o período de descanso semanal após cinco dias de trabalho, acabando-se com a imposição feita ao trabalhador de descontinuar para o Fundo de Desemprego 25 por cento do acréscimo de remuneração resultante de trabalho suplementar.

Aluimento na Via do Infante e pressa de inaugurar

Depois do aluimento de terras na sexta-feira num troço da Via do Infante, inaugurado dois dias antes pelo Primeiro-Ministro Cavaco Silva, a Direcção da Organização Regional do PCP criticou em comunicado «a apressada inauguração» daquela via «que resultou em prejuízos para a imagem do Algarve e para as populações da Região», lê-se nessa nota de segunda-feira passada assinada pelo executivo da DORAL.

«Esta pressa, no que respeita aos assuntos algarvios, tem sido própria de Cavaco Silva, mais interessado em calendarizar os seus espectáculos políticos do que em preocupar-se com a planificação rigorosa de obras decisivas para os interesses nacionais», diz o comunicado que acrescenta: «o aluimento agora ocorrido tem a ver com a má concretização e fiscalização da obra e não com a intempérie cujos efeitos devem estar previstos numa obra desta envergadura que custa milhões ao país».

O PCP lembrou que a pressa de cumprir o calendário das inaugurações de Cavaco trouxe inclusivamente custos acrescidos a esta obra em trabalhos extraordinários e recordou a propósito «as apressadas inaugurações do nó da Guia em vésperas da campanha eleitoral de 1987 do qual resultaram vários aciden-

tes, da variante de Almansil e da nova gare do aeroporto de Faro, nos quais prevalecendo idênticos critérios de inaugurações políticas resultaram inúmeros inconvenientes para as populações e maiores encargos para o erário público».

O comunicado da DORAL conclui dizendo que «a juntar à gravíssima ofensiva gover-

namental em curso contra os interesses e direitos dos trabalhadores e da população em geral, este novo episódio da via do Infante aumenta a necessidade de se criar uma alternativa ao Governo de Cavaco Silva, cuja política profundamente desumana e injusta está cada vez mais mergulhada na incompetência».

Encontros do PCP com Presidente da República, PS, ID e Verdes

Durante os últimos dias o PCP tomou a iniciativa de promover contactos com diversas forças políticas e entidades, com o objectivo principal de transmitir as conclusões fundamentais do XIV Congresso do PCP e promover um intercâmbio de opiniões sobre a situação da política nacional.

Assim delegações do PCP, dirigidas por Carlos Carvalhas, secretário-geral do Partido,

encontraram-se na quarta-feira, dia 24, no Palácio de Belém com o Presidente da República, Mário Soares; na véspera e na sede do PS no Largo do Rato em Lisboa com uma delegação dirigida pelo engenheiro António Guterres e ontem, no Centro de Trabalho do PCP na Rua Soeiro Pereira Gomes, com delegações da Associação Intervenção Democrática e do Partido Ecologista «Os Verdes».

Festas de fim de ano

Diversas organizações do PCP tomaram a iniciativa de organizar comemorações de passagens de ano. Assim a Comissão Concelhia de Setúbal organiza no pavilhão do parque José Afonso um *reveillon* com a participação de um conjunto musical e serviço de bar. As inscrições podem ainda ser feitas para o centro de trabalho

de Setúbal. Também no Couço, no salão da Tabacucira e igualmente com a exibição de um conjunto musical, a comissão de freguesia do PCP convida a população para uma passagem de ano, enquanto em Alpiarça a comissão local de iniciativas do Partido promove um jantar-convívio seguido de baile no restaurante «Alpiarga».